





**Domingos da Cruz**

Ferramentas para destruir  
o ditador e evitar nova ditadura  
Filosofia Política da Libertação para Angola



Ferramentas para destruir  
o ditador e evitar nova ditadura  
Filosofia Política da Libertação para Angola

## NOTA OBRIGATÓRIA

*Não tenho mérito nenhum sobre as ideias contidas neste livro. Com excepção de alguns capítulos, a maior parte das ideias são do filósofo norte-americano Gene Sharp, extraídas da sua obra, “Da ditadura à democracia”.*

*Se tenho algum mérito, talvez decorrerá do facto de ter adaptado o seu pensamento à realidade angolana.*

*“Uma das coisas importantes da não-violência é que não busca destruir a pessoa, mas transformá-la.”* — Martin Luther King Jr., Ativista Cívico dos EUA

*“A vitória está reservada para aqueles que estão dispostos a pagar o preço.”* — Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra.”

*“Creio que a verdadeira democracia só pode nascer da não-violência”* — M. Gandhi, Ativista Cívico Indiano.

*“A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar.”* — Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra”.

*“Se você ainda não achou uma causa pela qual valha a pena morrer, você ainda não achou razão de viver.”* — Martin Luther King Jr., Ativista Cívico.

*“O que o ditador tem a mais é que vocês são os meios que vocês lhe fornecem para se destruírem [...]. Como poderia ter tantas mãos para feri-los, se não fosse as suas? [...] Teria ele algum poder sobre vocês, se não fosse por meio de vocês mesmos? [...] Que mal poderia ele lhes fazer, se vocês não acobertassem o ladrão que os rouba, se não fossem cúmplices do assassino que os mata e se não fossem traidores de si mesmos?”* — Etienne de La Boetie, Filósofo Francês, In: “Discurso da Servidão Voluntária”.

*“Vocês podem livrar-se [da ditadura]. [...]. Mesmo sem tentar fazê-lo, apenas mostrando este desejo. Decidam-se a não mais serem subservientes e serão livres. Não quero que o ataquem, nem que o façam desequilibrar-se: deixem de apoiá-lo e vão vê-lo como uma gigantesca estátua que, quando retirado seu pedestal, sucumbe com o próprio peso, fazendo-se em pedaços.”* - Etienne de La Boetie, Filósofo Francês, In: Discurso da Servidão Voluntária.

# FICHA TÉCNICA

## **Título**

Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura - Filosofia Política da Libertação para Angola

## **Autor**

Cruz, Domingos da  
mbombamudiatela@gmail.com  
+244 914 031 348

## **Paginação e Capa**

Sedrick de Carvalho  
sedrick040@live.com.pt  
+244 924 083 593

## **1ª edição**

## **Tiragem**

1.000 exemplares

## **Editora**

Mundo Bantu  
Observatório da Imprensa

Luanda - Angola/2015

VIII

Domingos da Cruz

# SUMÁRIO

Introdução .....	11
I. Chaves prévias para enfrentar e detonar a ditadura com realismo político .....	17
II. Nunca, nunca jamais negociar com o ditador .....	41
III. Fontes de onde vem o poder para detonar o ditador .....	57
IV. Fraquezas das ditaduras .....	67
V. A aplicação do poder da resistência democrática: Exercitando o poder .....	73
VI. A necessidade inevitável de planeamento estratégico .....	87
VII. Estratégia de planeamento .....	99
VIII. Aplicando o desafio político ou desobediência civil .....	117
IX. Desintegrando a ditadura. aleluia, aleluia! .....	129
X. Alicerces para uma democracia real e durável .....	139
XI. Os métodos e técnicas de acção não violenta: raiva, revolta e revolução (rrr) na prática .....	149
XII. A urgência e necessidade de um “projecto político filosófico de nação” .....	165
XIII. Estudos e fontes adicionais sobre e como realizar a erosão da tirania .....	173



# INTRODUÇÃO

A “Filosofia Política da Libertação para Angola” é radicalmente pacífica, fraterna, mas realista. Na luta contra a opressão, existem três caminhos possíveis: a guerrilha, como a de Cabinda por exemplo; a guerra convencional, do tipo que a UNITA levou a cabo e o “desafio político” que é sinónimo de “desobediência civil”.

O grupo hegemónico e o ditador, atingiram um nível de ascensão no controle da sociedade em que o único caminho parece-me ser a via pacífica, a resistência civilizada ao estilo de Mahatma Ghandi, Nelson Mandela e todas as resistências contemporâneas que assistimos na Tunísia e no Burkina Faso.

É realista desencadear o desafio político ou a desobediência civil frente a um regime feroz, selvagem e delinquente? Sim! Mas não é fácil e nem sequer deve ser num piscar de olhos. A luta contra a ditadura deverá durar anos. Os democratas pacíficos deverão cultivar uma “ética da libertação” onde a paciência, a inteligência, o planeamento são fundamentais para ir destruindo a ditadura paulatinamente e no momento exacto levar à cabo um movimento de grandes proporções em massas populares.

Segundo Desmond Tutu, “muita gente pensa que as armas de fogo são fonte de medo do ditador. Não. O maior medo do ditador é quando as pessoas decidem ser livres”. Pegar em armas levaria a ditadura à agradecer, na medida em que teria legitimidade tanto interna quanto externa para exterminar. Por outro lado, usar armas se-

ria atingir um dos ângulos mais fortes do ditador. Ele tem mais armas que os democratas (que se pode obter), assim como logística e toda engenharia financeira. Usar armas demonstra que somos igualmente selvagens como o ditador e perderíamos autoridade moral e legitimidade democrática.

Um país como Angola, em que os seus filhos foram mortos aos montes pelo regime colonial português, quadro similar sucede/u com novo regime de “colonização interna” que prolonga as mortes até hoje, por isso, a opção pela guerra convencional ou guerrilha, prolongaria o sofrimento e não nos dá nenhuma garantia de vitória. Pelo contrário, a guerra fortalece a ditadura e a experiência histórica prova isto. É exactamente isto que o grupo hegemónico quer novamente!

Um aspecto importantíssimo, o qual os democratas contra a ditadura devem ter em conta é a actual conjuntura geopolítica e geoestratégica internacional. A relação entre Angola e a China coloca os países ocidentais na corrida para terem acesso a parte dos recursos. Muita gente critica tal atitude. É uma crítica ingênua. Todo povo e governo inteligente, na História Universal, correm em defesa dos seus interesses. Isto é o que eu faria também. Nenhum governo ocidental tem o dever, numa lógica unilateral, de ajudar-nos (o povo) quando isto pode pôr em causa seus interesses.

Aliás, seria humilhante se nós não conquistássemos a nossa liberdade, e um estrangeiro o fizesse. Se assim for, será simulacro de liberdade.

Uma possível ajuda externa para o derrube do poder não é desejável, sob pena de transformarmos a liberdade para qual lutamos numa mira-

gem e darmos mais uma vez nosso destino colectivo ao estrangeiro.

Uma vez que as forças internas estão domesticadas – os artistas, a igreja, os empresários, as forças militares, a administração pública, a mídia, as autoridades tradicionais, espaços do conhecimento, a oposição parlamentar, os desportistas, as ONGs e associações — incluindo a comunidade internacional e agências das Nações Unidas, resta-nos desde logo contar única e exclusivamente com as nossas forças colectivas que se podem construir na base da solidariedade, tendo como factor de unidade a luta pela liberdade, democracia e dignidade humana.

Se formos capazes de mobilizar os oprimidos, certamente terão confiança para acreditar na sua capacidade de desintegração e erosão definitiva da ditadura. No momento em que estivermos na rua em massa, dar-se-á o desequilíbrio na correlação de forças a nosso favor e dali a comunidade internacional apoiará as forças pro-democracia.

Neste momento de apoio da comunidade internacional, sejamos tão racionais quanto na longa marcha que levou a desintegração da ditadura, porque tal auxílio não será desinteressado. Visa sempre manter interesses. Este é um ponto-chave para que as forças democráticas possam mostrar ao povo que são diferentes do antigo regime. A diferença residirá na capacidade de celebrar acordos que beneficiem o colectivo, que traga prosperidade. Os acordos devem ter uma marca claramente social e de esquerda, demarcando-se da chaga neoliberal.

Em síntese vale reter o seguinte: a) a luta pacífica – desafio político ou desobediência civil — é

o melhor caminho para a conquista da liberdade e democracia; b) a guerra não garante vitória aos democratas e as possibilidades de perdas humana do lado das forças democráticas é inevitável; c) um Golpe de Estado representa retrocesso civilizacional e viabilizaria o nascimento de nova ditadura militar; d) o povo angolano é “órfão”, por isso, deve contar exclusivamente com as suas forças internas que virão da solidariedade e da confiança colectiva; e) as possibilidades da comunidade internacional ajudar-nos, são boas quando já estivermos há segundos de ruir o edificio da ditadura; f) Finalmente, os democratas devem ter cuidado com ajudas de última hora porque visam interesses instalados. Caso sejam necessárias, há que celebrar acordos que beneficiem socialmente os cidadãos. E de preferência envolver as múltiplas fontes de poder democrático nas negociações como forma de demarcar-se da imagem anterior. Os acordos devem ser claramente de esquerda.





## I. CHAVES PRÉVIAS PARA ENFRENTAR E DETONAR A DITADURA COM REALISMO POLÍTICO

*“Derrotar o inimigo em cem batalhas não é a excelência suprema; a excelência suprema consiste em vencer o inimigo sem ser preciso lutar [com armas militares].” – Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra”.*

“A garantia de nos tornamos invencíveis está em nossas próprias mãos [...]. A invencibilidade está na defesa; a possibilidade de vitória, no ataque. Quem se defende mostra que sua força é insuficiente; quem ataca mostra que ela é abundante”, afirmou o filósofo chinês Sun Tzu, na sua clássica obra a “Arte da Guerra”. Diante da situação de Angola, a nossa invencibilidade residirá em dois factores: na confiança colectiva e na solidariedade decorrente de sermos vítimas e oprimidos. Construída a confiança colectiva, devemos desferir ataques pacíficos e sistemáticos ao ditador e a todos delinquentes à sua volta. Importa esclarecer que o desafio político, a resistência, não se podem confundir com o pacifismo cristão. Pelo que a desobediência civil pressuporá acções muito ténues de distinguir entre o pacífico e o violento. Por exemplo, queimar pneus nas avenidas com vista a pôr fim a cooperação dos indecisos com a ditadura e conseqüentemente, travar o curso normal do autoritarismo e as instituições que a sustentam.

O termo usado neste contexto foi introduzido por Robert Helvey. “Desafio político” é luta não violenta (protesto, não-cooperação e intervenção), aplicada, desafiadora e activamente para fins políticos. O termo surgiu em resposta à confusão e distorção criados por equiparação da luta não violenta ao pacifismo e “não-violência” moral ou religiosa. “Desafio” denota uma oposição deliberada à autoridade, por meio de desobediência, não deixando espaço para submissão. “Desafio político” descreve o ambiente em que a acção é empregada (político), bem como o objectivo (poder político). O termo é usado principalmente para descrever a acção das populações para recuperar o controlo de instituições governamentais através do ataque implacável às fontes de poder das ditaduras, e o uso deliberado de planeamento estratégico e operações para fazê-lo. Neste trabalho, desafio político, resistência não violenta e luta não violenta serão usados como sinónimos, embora os dois últimos termos geralmente se refiram a uma gama mais ampla de objectivos (sociais, económicos, psicológicos, etc.). Todos visando um fim: derrubar o ditador, seus apoiantes e estruturas que o suportam com vista a instaurar a democracia.

Mas todo este processo de resistência paciente, pressupõe não perder de vista outros factores geopolíticos internacionais, como sejam, as revoluções anteriores. Levar em conta outras lutas, permite-nos evitar os mesmos erros de resistências anterior, sem deixar de reconhecer o mérito e o heroísmo daqueles protagonistas.

Para mim, a revolução Egípcia e Líbia cometeram somente um erro: as forças democráticas sabiam o que não queriam, mas não sabiam o que

queriam com a clareza que a desobediência civil exige.

As forças democráticas sabiam que não queriam Hosni Mubarak, nem Muammar Gaddafi e seus regimes, mas não tinham um Projecto Político Filosófico de Nação e de País. Tal como é preciso um plano estratégico de luta, um projecto com actividade, objectivo claro, alvo definido, custos, atribuição de tarefas e cronograma bem estabelecido, é igualmente necessário e obrigatório um Projecto Político Filosófico de Nação e de País, no qual as forças democráticas possam apresentar aos cidadãos envolvidos ou não directamente na queda do regime, a visão do grupo sobre o que desejam fazer para o país após a derrocada da ditadura.

Tal projecto, permite garantir segurança e confiança no futuro. Viabiliza a credibilidade e nutre simpatias para com as forças democráticas, tanto internamente quanto no plano externo. Um projecto de nação permite que se avalie a capacidade organizativa dos opositoristas ao autoritarismo e os observadores externos perceberão que a resistência é composta por pessoas lúcidas que sabem o que desejam como projecto colectivo nacional. Sobre isto haverá uma secção específica!

A prova de que as forças pro-democracia no Egipto, não sabiam o que queriam, é que após a queda de Mubarak, não apresentaram um plano para o futuro e não apresentaram o candidato da resistência que derrubou o ditador.

O grupo que luta contra ditadura, é suposto terem um ideal de sociedade, por isso, após a queda do ditador, o normal é apresentar um candidato, mesmo que a “verdade eleitoral” ora implantada

na democracia nascente, os derrote no escrutínio. Sem um candidato da resistência há o risco de uma nova camarilha de intolerantes implantarem nova ditadura e matar a esperança que paira na sociedade. A realidade sociopolítica do Egito e da Líbia, prova o que afirmo. Os antigos parceiros dos ditadores, seus contemporâneos que partilham mentalidade semelhante assumiram o poder gerando algumas incertezas. “Quando observas à direita, à esquerda, em frente e atrás, e só há políticos lixo, então, você deve procurar assumir o poder”, afirma Lula da Silva. Não o poder pelo poder, mas sim, o poder como meio para fazer diferente, o poder por uma questão de salvação nacional.

Dito isto, é igualmente importante catalogar as organizações nacionais formais com as quais se pode contar para a luta. O critério para catalogar estas organizações é o conceito “grupos de pressão”. De acordo com a ciência política, os grupos de pressão são aquelas instituições da sociedade civil que agem de forma independente e pressionam o poder político com vista a mudar a forma de governar ou derrubar o regime. Na América Latina e na Europa do Leste, grupos de pressão decidiram claramente pela queda das ditaduras.

Muitas vezes, confunde-se grupos de pressão com os grupos corporativos ou grupos de interesse. Os grupos de interesse são organizações formais ou informais em que os indivíduos que as compõem defendem seus interesses por mais simples que sejam, por exemplo, manter um salário, seguro de saúde e segurança no trabalho. Um sindicato é um grupo de interesse.

Muitas ONGs, associações e outras formas de

organização da sociedade civil que inicialmente têm como fim, serem grupos de pressão, há dado momento deixam o seu ideal substancial, diluem-se e ganham um carácter burocrático e puramente corporativo. Em Angola tem muitas instituições desta natureza. Uma das causas delas perderem o carácter de pressão, reside no facto de muitas pessoas juntarem-se à organizações da sociedade civil com vista a ter emprego. Quem quer emprego deve solicitar outro tipo de instituição e não organizações que na sua essência visam fazer pressão. Seguramente que para Angola um inquérito provaria, que muita gente nestas instituições nem sequer sabe que deve fazer pressão ao poder! Não quero dizer que os activistas devem viver na miséria. O simples facto de serem cidadãos merecem o necessário para viverem com dignidade. O papel de luta e sacrificio justifica em acréscimo que vivam com o necessário, sem confundir a ostentação e o luxo escandaloso que toma conta da mentalidade de alguns pseudo-activistas.

Segundo Norberto Bobbio, a democracia sustenta-se na individualidade, por esta razão, conta-se o voto de cada pessoa e não da organização. Um à um, e não das ONGs, fundações, clubs etc. Nesta lógica, forças democráticas, devem igualmente contar com personalidades individuais com autoridade moral e um percurso claramente democrático e que se opõem com clareza e espinha dorsal aberta à ditadura. Devem contar com personalidades sérias porque muitas vezes têm mais peso, influência do que organizações. Por exemplo, Julian Assange, Bob Geldof, Desmond Tutu, Graça Machel, individualmente têm mais peso e influência do que todos os partidos da opo-

sição falsária e cooptada de Angola.

Muitas personalidades que se dizem activistas e democratas, por não terem consciência que a sua missão é pressão ao regime e alterar políticas no mínimo, há muitas que passam a vida a cumprir tarefas rotineiras com vista a manter salários. Para estas pessoas, quando for necessários acordos para que as suas instituições não sejam atingidas, certamente fazem tranquilamente. Temem serem encerradas ou ilegalizadas.

Uma vez que as organizações não são paredes, há que estar atento ao *discurso e percurso* dos membros. Existem organizações das quais não se pode esperar apoio, mas é preciso identificar personalidades que a compõem. Discurso é a narrativa construído por qualquer meio: música, escultura, cinema, literatura, pintura, entrevistas, etc. Percursos são as acções das pessoas. Para contar com alguém no exercício do direito à resistência, é preciso identificar coerência entre o seu discurso e percurso. Cuidado! Este aspecto é chave porque os incoerentes inviabilizam a continuidade do *direito à revolução* e muitas vezes propõem negociação com o ditador e vendem-se. Sobre negociação haverá um item adiante.

Pense no seguinte: um indivíduo que diz ser contra corrupção, mas envolve-se em corrupção; Um indivíduo que diz-se contra o autoritarismo e tráfico de influência, mas a gestão da sua organização é de forma autoritária. Isto ajuda-nos a compreender o discurso e percurso.

Entre as chaves prévias a ter em conta na concretização do direito à indignação revolucionária, está uma avaliação geral da mentalidade democrática e grau de tolerância dos cidadãos que

apoiam e os que se colocam na posição oposta.

Se os pro-democracia batem-se pela queda da ditadura é sinal evidente de que a sociedade não é democrática. A triste conclusão é que esta falta de democracia atinge todas esferas para o caso de Angola, tornando o desafio político mais exigente.

Em Angola, há uma característica que une quase todos, e nos proporciona semelhança: autoritarismo e anti-democratas, que se traduz na categoria *Quatro Nós*.

- Nós *Igreja* onde todos devem estar de acordo, mas podem criticar para fora, desde que não sejam seus parceiros. O crítico interno lhe é dado uma sorte repugnante.

- Nós *Partidos da Oposição* onde devem estar todos de acordo, mas podemos criticar o grupo hegemónico. Quem criticar aqui dentro é expurgado.

- Nós *Sociedade Civil* onde devem estar igualmente de acordo, mas finge-se tolerância. Pelo que quem criticar “ad intra” deve ser expurgado ou acusado de agente secreto do regime.

- Nós *Grupo Hegemónico* onde a crítica é veneno e custa a vida de quem atreve-se à criticar. Mas os grupos acima, suponho que se tivessem poder de repressão e capacidade de impor toda sua vontade, também seriam capazes de matar os que se atrevem a fazer uso da liberdade de comunicar ou outras liberdades incómodas.

O que fazer para lidar com estes sectores todos autoritários? Quais são as causas deste autoritarismo universal?

Quanto à como lidar com este punhado de autoritários, não sei. Mas quando os revolucionários tomarem consciência deste autoritarismo geral,

poderão ser justos, no sentido de que podem recuperar pessoas que apesar de serem do grupo delinquente ditatorial, são boas, mas covardes e incapazes de demonstrar resistência ao ditador. Deve-se contar com a força espiritual e física destas pessoas para construção da futura sociedade democrática.

Quanto as causas, deste autoritarismo são:

° *Histórica*. Regime colonial e anti-democrático. Tal cultura política do amém e do não fala política continuou após a descolonização política em relação ao Europeu. Tudo isto reforçou a desconstrução de uma narrativa cidadã e reforço da lógica autoritária.

° *Religiosa*. A colonização trouxe consigo a bíblia que reforçou a submissão às autoridades religiosas onde vale diluir o eu na colectividade, mesmo que custe a minha dignidade, com a expectativa de entrar no paraíso por meio do buraco de uma agulha.

° *Educacional*. Desde sempre tivemos sistema educacional autoritário, em que a escola era e é ainda hoje instrumento para manutenção do poder e honraria para as autoridades políticas e tantas quantas forem necessárias.

Uma vez que a família, cruza-se historicamente com todos esses factores, tornou-se igualmente autoritária, e transferiu estas ideias para os seus membros que compõem a igreja, os partidos, as

organizações da sociedade civil, o governo e outras esferas possíveis que uma sociedade tem.

A última chave de compreensão prévia, que as forças que lutam por uma “sociedade aberta”, como diz K. Popper, devem levar em consideração é o conceito de democracia constitucional (formal) e democracia política (real, material e cidadã).

Uma vez que o objectivo deste texto não é uma análise exaustiva da teoria da democracia, mas sim, edificar uma ferramenta para destruir a ditadura, por isso, passo a citar sucintamente as categorias centrais da democracia real:

- A democracia assenta sobre o império da lei. Ninguém está acima da lei, com realce para a Constituição.

- A democracia funda-se nas liberdades individuais. Ou seja, não há democracia sem concretização ou usufruto dos direitos de cada cidadão.

- Na democracia todos são iguais, independentemente de ser simples cidadão, bispo, madre, deputado, ministro, juiz, presidente, etc.

- Em democracia deve-se respeitar as minorias étnicas, raciais, partidárias e todos grupos vulneráveis: idosos, crianças, mulheres, albinos, grupos indígenas, etc.

- Na democracia deve-se promover a liberdade de comunicação em todas esferas: literatura, ciência, escultura, mídia, música, pintura, religiosidade, artesanato, etc. E em relação a liberdade de imprensa, não se pode confundir a existência de tal liberdade com muitos meios de comunicação. Há liberdade quando existe multiplicidade de grupos e visões representadas num mesmo órgão de comunicação.

- Em democracia deve haver transparência e

prestação de contas.

- Na democracia deve haver separação de poder e cada órgão de soberania — Judicial, Legislativo e Executivo — deve monitorar o outro órgão. Não pode haver subordinação de nenhum órgão em relação ao outro.

- Em democracia deve haver múltiplos centros de poder independentes: associações, clubs, ONG, cidadãos independentes com poder de pressão, etc.

- Na democracia, a forma de acesso aos rendimentos nacionais é meritória e em alguns casos promovido pelo Estado para grupos vulneráveis. Tal democratização do consumo e acesso aos bens pode ser feito com subsídios vários: emprego, apoio a famílias numerosas, combustíveis, bolsas de estudo, residência, subsídio de electricidade e água, etc.

- Em democracia há tolerância e limites de poder por parte dos responsáveis públicos.

- Na democracia deve haver eleições livres e que garantem verdade eleitoral que se traduz na alternância de poder. Para isso deve haver Comissão Nacional Eleitoral Independente.

- Em democracia, as forças de defesa e segurança — serviços secretos, polícia, exército — servem somente para proteger os cidadãos e defender o país de qualquer ameaça externa. Tais forças, subordinam-se às instituições políticas civis, mas não podem servir interesses de pessoas, como é o caso do Presidente ou do Chefe do Estado Maior do Exército.

- Finalmente, só há democracia quando a dignidade humana é posta acima de tudo e todos interesses instalados.

Quando as forças que lutam contra a ditadura têm plena consciência sobre o que é efectivamente a democracia real - aquela democracia que se concretiza na prática e não mero discurso retórico constitucional ou mentiras políticas, podem concluir que há uma ditadura. Isto serve igualmente aos “activistas burocratas”. Quando o activista saber o que é de facto democracia, saberá que na ditadura não se promove conferência, workshop, seminário, palestra ou espaços de negociação e debates infrutíferos para mudar o regime. Estas actividades só são úteis quando visam mobilizar para... e atingir claramente o alvo: ditador.

Na ditadura deve-se criar um plano estratégico para destruir a ditadura. Reduzir a pó o partido que o sustenta e recuperar algumas pessoas boas que o compõem para construir a sociedades aberta à favor da qual se está à lutar. Esgotadas as ideias prévias para luta, vamos às ferramentas super-práticas para destruir com sucesso o autoritarismo, sem perder o sentido realista da dureza e possíveis perdas humanas que os bravos democratas podem sofrer, uma vez que enfrentar-se-á selvagens assassinos.

## **Escalando o “céu” para liberdade**

Segundo Nelson Mandela, “se quem tem o poder nega a tua liberdade, então, o único caminho para a liberdade é o poder”. Neste sentido, gostaria anunciar que diante de uma ditadura feroz, escrevo este texto como uma ferramenta de trabalho para destruir a ditadura e evitarmos o nascimento de um novo regime autoritário em Angola. Um regime autoritário é possível, por aquilo que

vimos na pseudo-oposição, no exército e brigas pelo poder entre os membros do grupo hegemônico.

Mas depois dos indignados triturarem o regime e coloca-lo nos livros de história, deverão assumir democraticamente o poder, com vista a construir uma sociedade aberta, onde possam florescer novas utopias.

Quando os indignados decidem lutar pacificamente, não podem deixar ser realistas. Ninguém ama a morte. A luta pela liberdade é sinal claro que os indignados amam a vida, mas uma vida autêntica. Uma vida real e não mera ficção apresentada nas telas, jornais e rádios da ditadura. Os membros das forças democráticas não se devem deixar intimidar e destruir por perguntas estúpidas e covardes como: você não tem medo de morrer? Não gostas da tua vida? Claro que o revolucionário é a pessoas que mais ama a vida. Mas ama a vida com dignidade. Ama a vida em que todos tenham o básico para viver com tranquilidade.

Tomar consciência do realismo na luta para remover a ditadura pressupõe que os democratas saibam que: 1. Infelizmente as ditaduras na sua queda levam consigo vidas; 2. Lutamos não porque amamos a morte. Luta-se porque amamos a vida, mas a vida com abundância e plenitude. Lutamos porque somos radicais no amor a nós e a comunidade.

Aqueles que escalam as cataratas e montanhas para a liberdade, devem olhar para a história e perceber que a escolha pela luta pacífica funcionou em muitas partes do mundo. Temos os seguintes exemplos de quedas de ditaduras

de forma pacífica desde 1980: Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Eslovênia, Madagáscar, Mali, Bolívia, Filipinas, Nepal, Coreia do Sul, Chile, Argentina, Haiti, Brasil, Uruguai, Malásia, Tailândia, Bulgária, Hungria, URSS, etc.

A queda destes regimes, permitiu o avanço das liberdades, diminuiu de maneira incomensurável o sofrimento das vítimas e promoveu mais justiça social. Isto não significa que construíram sociedades perfeitas depois do derrube do poder, mas sim, progrediram para o melhor.

Um dos sintomas fundamentais da ditadura é que as pessoas são atomizadas. Isoladas e incentivadas a ter o sucesso individual sem olhar para o sofrimento do outro. Uma das funções das forças democráticas é promover espaços de diálogo, unidade e solidariedade que permite forjar uma massa compacta com coragem e que acredite no seu potencial de atingir o cume da montanha da liberdade política.

O resultado de pessoas desunidas é claro: a população torna-se fraca, não tem auto-confiança, e é incapaz de resistir. As pessoas estão, frequentemente, muito assustadas para compartilhar seu ódio à ditadura e seu desejo de liberdade, inclusive dentro da família e amigos. As pessoas estão muitas vezes demasiado aterrorizadas para pensar seriamente em resistência pública. Em todo caso, de que valeria? Em vez disso elas enfrentam o sofrimento brutal e um futuro privado de esperança.

## **Liberdade através da guerra convencional ou de guerrilha?**

Indivíduos que se beneficiam da ditadura, num claro acto de desrespeito, desespero e manipulação, chamam os manifestantes pacíficos como sendo incultos e de baixo nível. Estes bandidos que querem manter os benefícios financeiro e material provenientes da ditadura devem ser completamente ignorados e digo porquê. Mandela tinha baixo nível? Steve Biko era ET por acaso? J. P. Sartre, cuja grandeza intelectual o levou a ganhar Nobel, vocês membros da ditadura chegaram ao seu nível? Noam Chomsky, um dos intelectuais mais importante do século XXI é professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o Nobel sul africano de literatura, J. M. Coetzee, Desmond Tutu, Martinho Lutero, Henry D. Thoreau, M. Ghandi, Abdias do Nascimento, Martin L. King, etc. Foram todos manifestantes, cuja grandeza moral e intelectual, no grupo hegemónico não encontramos nada similar. Enganem os bois e toda massa militantes, cujos cérebros não funcionam em virtude da lavagem cerebral ao longo dos anos. Bandidos de uma figa!

Compreender estas manobras psicológicas com vista a inviabilizarem o curso da revolução é fundamental para a prossecução da luta e o triunfo.

O caminho da guerra, a avenida da violência não garante vitória. Em muitos casos enfraquece ainda mais a revolução e aumenta o sofrimento da população porque a ditadura passa a desconfiar de todos e atinge até indivíduos indiferentes à luta.

As leis são violadas, processos arquivados,

Constituição pisada, opinião pública ignorada, continuidade de tortura, desaparecimentos e assassinatos, pobreza galopante. Tudo isto leva os democratas a concluir que a solução é a luta armada, a violência. Partir para a violência é uma contradição com a democracia que defendemos.

Independentemente do mérito da opção de violência, no entanto, uma coisa é certa. Ao depositar a confiança nos meios violentos, escolhe-se exactamente o tipo de luta em que os opressores, quase sempre têm a superioridade. Os ditadores estão equipados para aplicar violência esmagadora. Não importa quão longa ou brevemente esses democratas possam continuar, eventualmente, as duras realidades militares tornam-se inevitáveis. Os ditadores têm quase sempre superioridade em equipamento militar, munições, transportes, e tamanho das forças militares. Apesar da bravura, os democratas não são (quase sempre) páreo para eles.

Quando a rebelião militar convencional é reconhecida como irrealista, alguns dissidentes, então, preferem a guerrilha. Mas, a guerrilha raramente, se alguma vez, beneficia a população oprimida ou traz uma democracia. A guerrilha não é uma solução óbvia, sobretudo tendo em conta a tendência muito forte de produzir um número imenso de vítimas entre seu próprio povo. A técnica não é garantia contra a falha, apesar de dar suporte à análise teórica e estratégica, e por vezes apoio internacional. Lutas de guerrilha muitas vezes duram muito tempo. As populações civis são frequentemente deslocadas pelo governo estabelecido, com imenso sofrimento humano e deslocamento social.

Se os guerrilheiros finalmente têm sucesso, o regime resultante, com frequência é mais ditatorial do que seu antecessor devido ao impacto centralizador das forças militares ampliadas e o enfraquecimento ou a destruição de grupos e instituições independentes da sociedade durante a luta — órgãos que são vitais para o estabelecimento e manutenção de uma sociedade democrática. Pessoas hostis às ditaduras devem procurar outra opção: o desafio político, indignação transformadora que ultrapassa o descontentamento, a desobediência civil, a resistência democrática, em definitiva devem optar pela seguinte fórmula: RRR= Raiava, Revolta e Revolução.

### **Golpes, eleições, potências ocidentais para nos salvar?**

Frequentemente, um povo oprimido solicita a intervenção do exército para pôr fim ao ditador. É um equívoco. Não se pode esquecer que os militares são um pilar fundamental que sustentam e mantêm a ditadura, basta lembrar o que as altas patentes dizem quando sentem que a ditadura está sob ameaça de ruir, em virtude da bravura dos indignados.

Mas levantemos a hipótese de que alguns generais influentes, assim como o Chefe do Estado Maior do Exército, estejam insatisfeitos com a ditadura e derrubam o ditador. Teoricamente, esse grupo poderia ser mais suave no seu comportamento e mais aberto de forma limitada a reformas democráticas. Mas, é mais provável que aconteça o contrário. A instituição de uma ditadura militar brutal porque terão controlo do poder não por

mecanismos civis, que a democracia exige, mas pela lógica militar, que se traduzirá na destituição de todos os cargos civis antes existentes.

No contexto de Angola, um golpe de Estado vindo do exército, colocará as FAA em guerra contra a Guarda Presidencial, em oposição a Polícia de Intervenção Rápida e ainda contra o exército paralelo que o ditador criou e o instalou na província do Kuando Kubango, à 5 Km de Menongue e está sob responsabilidade do General-Governador do Kuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira. Aliás, este exército paralelo (milícia especial privada), estacionada no Cunene, foi criado exactamente para intervir em caso de Golpe de Estado. (CK, 23/09/2014). Depois de consolidar sua posição, a nova camarilha pode vir a ser mais cruel e mais ambiciosa que a antiga. Por conseguinte, a nova camarilha — em quem foram depositadas as esperanças — será capaz de fazer o que quiser sem se preocupar com a democracia ou direitos humanos. Essa não é uma resposta aceitável para o problema da ditadura. Há indicadores de que o generalato não seria boa opção para Angola. São tão corruptos e delinquentes quando o ditador que é o Comandante máximo das forças Armadas e o responsável absoluto de todo sector de defesa e segurança de acordo com o simulacro de Constituição.

Não existem *eleições* sob ditaduras como instrumento de mudança política significativa. Eleições são simplesmente armas para manter o poder com legitimidade externa e interna frente aos seus parceiros. Ditadores não estão no negócio de autorizar eleições que possam removê-los dos seus tronos. A realidade de Angola é um argu-

mento eloquente para sustentar este argumento.

As forças democráticas íntegras e reais, diante de uma ditadura não podem optar pelas avenidas institucionais e jurídicas para tentar reformas políticas. Nem mesmo a negociação é uma opção viável.

Quando personalidades que dizem lutar para pôr fim à ditadura, criam partidos, ou com os partidos existentes lutam para entrar no parlamento, o propósito é um: ter ganhos económicos pessoais, para os membros do partido, etc. Mas também existem pessoas nesta atmosfera hostil que concorrem por ingenuidade. Acreditam que nas instituições de simulacro se pode alterar o quadro.

Na realidade, participar em eleições numa ditadura, é ser usado como instrumento que legitima a ditadura e prolonga a sua vida. Ausência total de partidos em eleições, coloca o regime autoritário em pressão interna e externa e cai com facilidade porque reforça a perda de legitimidade.

A visão de que os oprimidos são incapazes de agir eficazmente, algumas vezes é precisa por um determinado período. Como foi observado, muitas vezes as pessoas oprimidas não estão dispostas e estão temporariamente incapazes de lutar, porque não têm confiança nas suas capacidades para enfrentar a ditadura cruel, e nenhuma maneira conhecida para se salvarem. Por isso, *é compreensível que muitas pessoas coloquem sua esperança de libertação nos outros*. Esta força externa pode ser a “opinião pública”, as Nações Unidas, um determinado país, ou as sanções económicas e políticas internacionais.

Tal cenário pode soar reconfortante, mas há

problemas graves com esta confiança num salvador externo. Essa confiança pode estar totalmente equivocada. Geralmente, nenhum salvador externo quer ajudar, e se um estado estrangeiro intervir, ele provavelmente não será confiável.

Uma intervenção estrangeira para derrubar a ditadura tem as seguintes implicações e consequências:

- Frequentemente, estados estrangeiros tolerarão, ou até mesmo ajudarão positivamente uma ditadura, a fim de defender seus próprios interesses económicos ou políticos.

- Estados estrangeiros também podem estar dispostos a vender um povo oprimido em vez de manter as promessas de ajudar em sua libertação à custa de outro objectivo.

- Alguns estados estrangeiros agirão contra uma ditadura só para ganhar o controlo económico, político ou militar sobre o país.

- Os estados estrangeiros podem se envolver activamente para fins positivos somente se e quando o movimento de resistência interna já começou a abalar a ditadura, tendo, assim, a atenção internacional direccionada para a natureza brutal do regime.

A intervenção de um Estado estrangeiro, enquadra-se sempre, mas sempre dentro de uma lógica geopolítica e geoestratégica. No caso dos países e povos arrogantes que intervêm, para eles, existem ditaduras benigna e ditadura maligna. A ditadura é benigna quando vai de acordo com os interesses de cada país, contribuindo para o alcance de alguns fins nacionais e internacionais. É maligna quando a coisa ocorre em sentido inverso. Nesta perspectiva, quando o Egipto era ponta de lança

dos interesses Norte-americano no Médio Oriente foi um regime abençoado e com apoio financeiro e militar. O mesmo sucede com a Arábia Saudita e outros regimes brutais.

Para a França e a União Europeia, Muammar Gaddafi era um ditador benigno e fundamental para conter a emigração de África para Europa. Era igualmente bom porque financiava campanhas eleitorais de candidatos europeus como Nikolas Sarkozy por exemplo, e garantiu a exploração do hidrocarboneto necessário para o bom funcionamento da economia da zona Euro.

Durante a *primavera árabe* quando os ventos da correlação de forças inverteram-se, não houve alternativa, se não apoiarem os revolucionários, mas porque precisavam manter os interesses petrolíferos. Todo cuidado é pouco na relação com estes monstros! Tão inconvenientes quanto o inimigo interno: o ditador e seus discípulos.

Ditaduras normalmente existem, principalmente por causa da distribuição interna do poder no país de origem. A população e a sociedade são demasiado fracas para causar à ditadura sérios problemas; a riqueza e o poder estão concentrados em muito poucas mãos. Embora a ditadura possa se beneficiar ou ser um pouco debilitado por acções internacionais, sua existência depende principalmente de factores internos.

Pressões internacionais podem ser muito úteis; mas quando elas estão à apoiar um poderoso movimento de resistência interna. Então, por exemplo, boicotes económicos internacionais, embargos, rompimento das relações diplomáticas, saída de organizações internacionais, condenação por organismos das Nações Unidas, e assemelhados

podem ajudar muito. Mas, na ausência de um movimento de resistência interna forte, tais ações por outros são improváveis que ocorram.

### **Democratas, encaremos a dura verdade/realidade**

Com realismo e racionalidade, as forças democráticas percebem que a luta é dura. Pode custar vidas, mas devemos desafiar esta realidade horrorosa. Segundo Nelson Mandela, “[...] a coragem não é a ausência de medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas aquele que conquista por cima do medo.”

A conclusão é dura. Quando se quer derrubar uma ditadura de forma eficaz e com o menor custo, então deve-se observar quatro tarefas imediatas:

- Deve-se fortalecer a própria população oprimida na sua determinação, autoconfiança e habilidades de resistência;
- É preciso fortalecer os grupos sociais e instituições independentes do povo oprimido;
- É preciso criar uma poderosa força interna de resistência; e
- Deve-se desenvolver um grande e sábio plano estratégico para a libertação e implementá-lo com habilidade.

Como parece estar evidente, é necessário que um grupo de cidadãos e organizações se juntem de maneira ultra secreta para criar um plano estratégico de luta de médio e longo prazo. É importante não haver preocupação com número de pessoas ou organizações. Não havendo organiza-

ções, pode ser somente personalidades com criatividade e espírito pragmático. O velho Ghandi afirma que “quem sabe concentrar-se numa coisa e insistir nela como único objectivo, obtém, ao fim e ao cabo, a capacidade de fazer qualquer coisa.” Ele insiste dizendo: “A força não provém da capacidade física, mas da vontade férrea.”

A luta de libertação é um momento de autoconfiança e fortalecimento interno do grupo em luta. Conforme Charles Stewart Parnell gritou durante a campanha irlandesa de greve contra os alugueis em 1879 e 1880: “Não adianta confiar no governo. [ . . . ] Você deve confiar somente em sua própria determinação. [ . . . ] Ajudar-se permanecendo unido. . . fortalecer aqueles entre vocês que são fracos [ . . . ], unirem-se, organizarem-se [ . . . ] e vocês devem vencer [ . . . ] Quando você tiver tornado esta pergunta madura para o acerto, então e só assim ela vai ser acertada.”<sup>(1)</sup>

Contra uma força auto-suficiente, dada a estratégia sensata, acção disciplinada e corajosa, e força genuína, a ditadura acabará por ruir. Minimamente, os quatro requisitos acima precisam ser atendidos.

Como a discussão acima indica, a libertação em relação as ditaduras, em última análise, depende da capacidade das pessoas de libertar a si mesmas. Os casos de desafio político bem sucedido — ou luta não violenta para fins políticos — citados acima, indicam que os meios existem para que as populações se libertem, mas essa opção permanece subdesenvolvida. Examinaremos esta opção em detalhes nos capítulos seguintes.

---

<sup>(1)</sup> Patrick Sarsfield O’Hegarty. History of Ireland Under the Union, 1880-1922. London: Methuen, 1952, pp.490-491.

Para já vamos olhar a problemática da negociação quando está em causa a necessidade de derrubar a ditadura.



## II. NUNCA, NUNCA JAMAIS NEGOCIAR COM O DITADOR

*“Quando cercar o inimigo, deixe uma saída para ele, caso contrário, ele lutará até a morte.”* – Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra”.

Depois de longos e horrorosos anos de opressão, os poucos que percebem a necessidade de libertação, muitas vezes, concluem que a massa geral atingiu a imbecilidade colectiva, ao ponto de amar a dor politicamente erguida. Não poucas vezes afirma-se – ao estilo do filósofo francês, Etienne de La Boétie, na sua obra “Discurso da Servidão Voluntária” – que o povo sente prazer. Está satisfeito e é um tipo de espécie que nasceu para desfrutar com orgulho e louvores à escravidão colectiva. A propósito, isto lembra-me um poema que publiquei no Club K e no Jornal Folha 8 intitulado, “Amor à opressão”:

### **Amor à Opressão**

*Oh, opressão. Amo-te profundamente opressão!  
Adoro-te...*

*O teu escarro é o meu adicional para o pão, das  
manhãs solorentas e calorosas.*

*Amo-te no interior da minha mais ínfima partícula  
quântica.*

*O meu amor pela opressão...*

*Faz-me desejar que enfies o teu soldado em todos  
orifícios do meu corpo.*

*Ah, que prazer você produz opressão...*

*Ah, ah, ah! Ó, ó, ó! Que gostoso. Enfia as tuas*

*balas.*

*Cospe toda pólvora celestial do teu reino nos meus nervos, mandíbulas...*

*O meu corpo faminto deseja este acto redentor.*

*Cuspídelas e enfiadelas que me levarão à imortalidade social, política, económica e transcendental.*

*Por isso desejo-te, desejo-te, desejo-te incessantemente.*

*O que seria de mim se não fosse a opressão...*

*Se não fosse a opressão que faz do fluxo menstrual da rainha o mais agradável que o vinho escocês de há 250 anos?*

*E a menstruação das princesas?*

*Que são a água para os nossos banhos, para confeccionar nossos alimentos, nossos sumos naturais,*

*... menstruações que são a nascente e afluentes dos nossos rios, alfa e ómega da maior e melhor civilização já vista na história humana.*

*Que seria de mim sem a opressão...*

*Como saberia que afinal o terreno baldio é condomínio.*

*Como saberia que a razão é loucura e a loucura e a idiotice afinal são a verdadeira racionalidade.*

*Ah, amo-te opressão!*

*Graças a opressão alcancei a conversão e a economia da salvação.*

*Graças a opressão ascenderei aos céus no décimo dia ao lado esquerdo, abaixo e acima da morada do pai.*

*Oh, Opressão.*

*Graças a ti percebi que o xixi é água benta que levar-me-á a purificação.*

*... deus bantu... obrigado pela opressão...*

*Esta fonte suprema da felicidade e fim último da civilização.*

*Maldito é o homem que não ama a opressão,  
Em nome do pai, do filho, das filhas, dos si-  
paios... morte à todos que não amam a opressão,  
Ámen.*

*Morrerão porque são apóstatas, blasfemadores  
e infiéis...*

*Morte morrida absoluta aos que não amam a  
opressão.*

*Assim seja. [Luanda Sul, 20.12.2013]*

Diante desta triste constatação que se traduz em impotência, alguns democratas propõem a negociação como caminho para ir tornando o regime aberto e suave aos poucos. A negociação tem riscos graves. As negociações comportam armadilhas das quais pode ser impossível sair a médio e longo prazos, uma vez que a negociação está a dar-se num contexto de desequilíbrio de poder na correlação de forças, e o oponente é um “selvagem político” sedento de poder e com vontade universal de manter os interesses instalados há longos anos.

Ideia similar é defendida por Gene Sharp, ao afirma que “quando confrontados com os graves problemas de enfrentar uma ditadura (como analisado sucintamente no capítulo I), algumas pessoas podem cair de volta em submissão passiva. Outros, não vendo qualquer perspectiva de alcançar a democracia, podem concluir que devem chegar a um acordo com a ditadura aparentemente permanente, esperando que através de “conciliação” de “compromisso” e “negociações” eles possam ser capazes de recuperar alguns elementos

positivos e acabar com as brutalidades. Na superfície, na falta de opções realistas, há um apelo àquela linha de raciocínio”. Talvez os democratas não tenham compreendido os ditadores, que podem ter agido por motivos bons em circunstâncias difíceis? Não esqueça que na Líbia, o ditador chamou os manifestantes ratos que seriam mortos com facilidade. Poucos dias depois solicitou a negociação com as ratazanas que se tinham agigantado.

### **Méritos e limitações das negociações**

Negociações são uma ferramenta muito útil na resolução de certos tipos de problemas e conflitos, e não devem ser negligenciadas ou rejeitadas quando são adequadas. Mas que fique claro que para com ditador e seus sequazes não se negocia. Uma greve por melhores salários é um bom exemplo do papel apropriado das negociações num conflito.

Conflitos trabalhistas com os sindicatos legais são, no entanto, completamente diferente do que os conflitos nos quais a manutenção de uma ditadura cruel ou a instauração da liberdade política estão em jogo.

Quando as questões em jogo são fundamentais, afectando princípios éticos nacionais ou universais, questões da liberdade humana, ou todo o desenvolvimento futuro da sociedade, as negociações não fornecem uma maneira de alcançar uma solução mutuamente satisfatória. Em algumas questões básicas não deve haver qualquer compromisso. Só uma mudança nas relações de poder à favor dos democratas pode proteger adequada-

mente as questões básicas em jogo. Tal mudança ocorrerá por meio da luta, não das negociações. Isso não quer dizer que as negociações nunca devam ser usadas. Mas em questões extremas. O ponto aqui é que as negociações não são uma forma realista para remover uma ditadura forte na ausência de uma forte oposição democrática.

No contexto de Angola, marcado por uma crise moral e incoerência profunda dos actores que se dizem a favor da democracia, o mais provável que acontecerá, tão logo a negociação começar, os negociadores democráticos podem desaparecer e nunca mais se falar deles. Tal desaparecimento dar-se-á de três formas:

- Receberão bens para benefício pessoal (eu os conheço);
- Serão mortos ou acomodados no estrangeiro;
- Poderão ainda sair da negociação como membros da ditadura, como diria o filósofo camaronês Mongo Bety, para as ditaduras, todos são seus membros, é só uma questão de tempo.

Um factor importante que ajudará os actores do desafio político a não negociarem é definir com clareza o alvo e o objectivo: destituir o ditador e construir uma sociedade aberta. Tudo que não deitar a baixo o ditador e seu regime deve ser evitado. É o caso da negociação. Não devemos esquecer que a negociação dá tempo ao regime para reorganizar suas estruturas e recursos que se encontram em pânico, momento em que a revolução está em marcha.

Porque definir o alvo? Porque todos os problemas que serão levantados na negociação serão os sintomas da ditadura e não a renúncia do ditador. Aliás, ele só negociará quando perceber que

poderá perder o poder. Esta é a questão que queremos que ele não tenha mais e seja novamente tomado pelas forças democráticas com vista a dar um fim benéfico ao mesmo poder que foi usado para fins maléficos.

A definição do alvo, leva-me a analisar o problema ético e metafísico da responsabilidade. Os males que a sociedade tem são a extensão do cancro que se chama ditador. É assim que sendo ele o chefe do executivo, a responsabilidade tem um carácter pessoal e não institucional, por isso, é o alvo. Tudo resto é perda de tempo. Por exemplo, uma sociedade civil que senta na sala de hotel para discutir manipulação na mídia, má gestão dos resíduos hospitalares e urbanos, destruição do direito à memória e patrimónios arquitectónico antigo, pena de morte extra-judicial executadas pelas forças do ditador; Tudo isto é perda de tempo e falta de inteligência suficiente porque isto legitima e ajuda o ditador a dizer para fora que há democracia. Isto é fazer o jogo do poder.

### **Rendição negociada?**

Quando a ditadura é forte, mas existe uma resistência irritante, os ditadores podem querer negociar a rendição da resistência, sob o pretexto de fazer a “paz”. O convite para negociar pode parecer atraente, mas podem existir graves perigos à espreita na sala de negociações. Sobre tais riscos referi nas linhas anteriores.

Por outro lado, quando as forças democráticas são excepcionalmente fortes e a ditadura está verdadeiramente ameaçada, os ditadores podem procurar as negociações a fim de salvar o máximo

de seu controle ou o máximo de riqueza possível. Em nenhum caso os democratas devem ajudar ditadores a atingir seus objectivos.

Quando Blaise Compaoré estava a ver o cerco apertado decretou *estado de emergência nacional* e suspensão da Constituição. Uma via aberta para repressão e negação dos direitos humanos, mas solicitou igualmente negociação, anunciando que já não mais se candidataria. Não há dúvidas que só queria manter o poder e nada mais. Os democratas não deram ouvidos ao ditador e o resultado muitos conhecem. A negociação é um erro que mantém e viabiliza a continuidade da opressão ditatorial.

Nesses tipos de conflitos, a única função adequada das negociações pode ocorrer no final de uma batalha decisiva em que o poder dos ditadores tenha sido efectivamente destruído, e eles buscam passagem segura pessoal e familiar até um aeroporto internacional. Nestes casos por razões humanistas, devemos permitir saída em segurança.

### **Poder e justiça em negociações**

“Negociação” não significa que os dois lados se sentam juntos em base de igualdade, discutem e resolvem as diferenças que produziram o conflito entre eles. Dois factos devem ser lembrados. Primeiro, nas negociações não é a justiça relativa dos pontos de vista conflitantes e os objectivos que determinam o conteúdo de um acordo negociado. Em segundo lugar, o conteúdo de um acordo negociado é largamente determinado pela capacidade de poder de cada lado.

Embora esses (pontos em negociação) possam ser muito discutidos, os resultados reais nas negociações vêm de uma avaliação das situações de poder absoluto e relativo dos grupos em conflito. Uma vez que na balança de forças o poder tem tudo: controlo económico-financeiro, igreja, artistas, militares, administração pública, etc é mais uma razão suficiente para não negociar. Os detentores do direito à revolução só têm poder simbólico, não menos forte, mas sem capacidade para influência numa mesa de negociação à porta fechada com “ditador selvagem”. Normalmente as forças democráticas têm a vantagem de ser a fonte originária do poder, têm a legitimidade democrática para solicitar de volta o poder que os pertence e força moral dos propósitos da luta: criar uma boa sociedade aberta onde se respeite a pessoa e haja justiça.

Noutro tipo de conflito que não o de luta contra uma ditadura, a atenção deve ser prestada ao que cada um dos lados está disposto a ceder, a fim de chegar a um acordo. Nas negociações bem sucedidas há compromisso, uma divisão das diferenças. Cada lado recebe parte do que quer, e cede parte dos seus objectivos. Quando a questão é o desafio político isto não serve. O alvo é claro, o ditador e seu regime deverão ser remetidos nos livros e museus de história.

### **Ditadores agradáveis/Ditadores benignos**

Os ditadores podem ter muitos motivos e objectivos subjacentes à sua dominação: poder, posição, riqueza, remodelar a sociedade, e assim por diante. Devemos nos lembrar de que nenhum

destes será atingido se eles abandonarem as suas posições de controlo. No caso de as negociações, os ditadores tentarão preservar seus objectivos.

Sejam quais forem as promessas oferecidas por ditadores em qualquer solução negociada, não se deve esquecer que os ditadores podem prometer qualquer coisa para garantir a submissão dos seus adversários democráticos e, em seguida descaradamente violar esses mesmos acordos.

Se os democratas concordam em suspender a resistência para obter uma suspensão da repressão, eles podem ficar muito decepcionados. Uma interrupção da resistência raramente leva à redução da repressão. Uma vez que a força de restrição da oposição interna e internacional tenha sido removida, os ditadores podem até mesmo tornar sua opressão e violência mais brutal do que antes. O colapso da resistência popular, muitas vezes elimina a força de contrapeso que limitava o controlo e brutalidade da ditadura. Os tiranos podem, então, avançar contra quem quer que seja. “Porque o tirano tem o poder de infligir apenas a quem falta a força para resistir”, escreveu Krishnalal Shridharani.<sup>(2)</sup> *A resistência, não as negociações, é essencial para a mudança nos conflitos em que questões fundamentais estão em jogo.*

Em quase todos os casos, a resistência deve continuar a conduzir os ditadores para fora do poder. O sucesso é mais frequentemente determinado não pela negociação de um acordo, mas

---

<sup>(2)</sup> Krishnalal Shridharani, *War Without Violence: A Study of Gandhi's Method and Its Accomplishments* (New York: Harcourt, Brace, 1939, and reprint New York and London: Garland Publishing, 1972), p. 260.

através da utilização racional dos meios mais apropriados e potentes de resistência disponíveis. É nosso argumento, a ser explorado mais tarde com mais detalhes, que o desafio político, ou a luta não violenta, é o meio mais poderoso disponível para aqueles que lutam pela liberdade.

### **Negociar a paz? Que tipo de paz?**

Nem todo mundo que usa a palavra “paz” quer a paz com liberdade e justiça. A submissão à opressão cruel e aquiescência passiva a ditadores cruéis que cometeram atrocidades em centenas de milhares de pessoas não é a verdadeira paz. Hitler muitas vezes pediu paz, com o que ele queria dizer submissão à sua vontade. A paz dos ditadores é muitas vezes nada mais que a paz da prisão ou do sepulcro.

Há outros perigos. Os negociadores bem-intencionados, às vezes confundem os objectivos das negociações e o processo de negociação em si. Além disso, negociadores democráticos ou especialistas em negociação, estrangeiros aceites para ajudar nas negociações podem num único golpe fornecer aos ditadores a legitimidade interna e internacional que havia sido negado anteriormente devido à sua tomada do estado, violações dos direitos humanos e brutalidades. Sem aquela legitimidade desesperadamente necessária, os ditadores não podem continuar a governar indefinidamente. Expoentes da paz não devem lhes dar legitimidade. Não preciso argumentar muito porque os angolanos sabem o que significa a paz que mata mais do que furacão. Paz em que os homens não têm vontade porque toda vontade se dilui na

vontade universal do ditador.

**Manter a esperança real em alta. Sim, nós podemos!**

É racional e humano esmorecer por causa da travessia no deserto para o qual a ditadura lançou-nos há décadas. Mas existem razões reais e fundadas para ter esperança no nascimento e construção de uma outra civilização assente na dignidade da mulher e do homem todo e todo homem e mulher.

Ditaduras não são permanentes. As pessoas que vivem sob ditaduras não precisam permanecer fracas, e os ditadores não precisam ser autorizados a permanecer fortes por tempo indeterminado. Aristóteles observou há muito tempo “ [ . . . ] A oligarquia e a tirania têm vida mais curta do que qualquer outra Constituição. [ . . . ] Todas juntas, as tiranias não duraram muito tempo.”<sup>(3)</sup> As ditaduras modernas também são vulneráveis. Seus pontos fracos podem ser agravados e o poder dos ditadores pode ser desintegrado. (Examinaremos esses pontos fracos em detalhes nas linhas adiante).

A história recente mostra a vulnerabilidade das ditaduras e revela que elas podem se desintegrar em curto espaço de tempo: enquanto que dez anos — 1980-1990 — foram necessários para derrubar a ditadura comunista na Polónia; na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia em 1989 ela

---

<sup>(3)</sup> Aristóteles, *A Política*, tradução de Sinclair TA (Harmondsworth, Middlesex, England and Baltimore, Maryland: Penguin Books 1976 [1962]), Livro V, Capítulo 12, pp. 231 e 232.

ocorreu dentro de semanas. Em El Salvador e na Guatemala em 1944, as lutas contra os ditadores militares brutais entrincheirados exigiram cerca de duas semanas cada. O poderoso regime militar do Xá do Irão foi solapado em alguns meses. A ditadura de Marcos nas Filipinas caiu diante do poder do povo dentro de algumas semanas em 1986: o governo dos Estados Unidos abandonou rapidamente o presidente Marcos quando a força da oposição tornou-se operante. O golpe da linha dura tentado na União Soviética em Agosto de 1991 foi bloqueado em dias pelo desafio político. Depois disso, muitos de suas nações constituintes dominadas por longo tempo, em poucos dias, semanas, meses recuperaram suas independências.

O antigo preconceito de que meios violentos sempre funcionam rapidamente e meios não violentos exigem mais tempo claramente não é válido. Embora muito tempo possa ser necessário para a evolução da situação e da sociedade subjacentes, a luta efectiva contra uma ditadura, por vezes, ocorre de forma relativamente rápida através de luta não violenta.

### **O equívoco no pensamento angolano sobre negociação**

52

Em Angola existem basicamente três correntes que visam mudar o quadro actual, da ditadura para a democracia.

Uma é defendida por Marcolino Moco, na sua obra, “Angola: a terceira alternativa”. O autor afirma que é um método de negociação proposto a todos os actores políticos e à toda a sociedade civil.

Para Moco, para que Angola possa ultrapassar o quadro actual, é necessário que o Presidente do MPLA, José Eduardo, convoque todas as vontades nacionais com vista a discutirmos o futuro do país. Classifico a proposta de Moco como uma *negociação vertical*. É vertical porque a iniciativa parte de cima para baixo.

Mais recentemente, foi criada uma plataforma informal da sociedade civil, que lançou o “manifesto pela concertação nacional”.

O manifesto pela concertação multisectorial de Angola, propõe que o Presidente desça do seu pedestal e dialogue com a sociedade com vista à encontrarmos uma solução viável e favorável para todos, mas com garantias de que não serão responsabilizados por nenhuma barbaridade protagonizada no passado. Esta proposta podemos chamá-la por *negociação horizontal*. É horizontal, porque parte de baixo para cima, convocando todos para que no momento da negociação, hipoteticamente estejam na mesma condição e valerá somente a força do argumento e da racionalidade.

Tal como foi afirmado acima, a negociação serve para outro tipo de conflitos, mas não para detonar ditaduras. Pelo que, tanto a negociação horizontal quanto a negociação vertical são inviáveis para o propósito deste texto — dinamitar e detonar a ditadura — reservando-a o lugar ideal: o escombro da história negativa. São ainda inviáveis porque têm um carácter *a-histórico*. Explico: o grupo hegemónico e o seu chefe nunca dialogaram seja com quem fosse quando estão em vantagem relativa. Hoje, tal vantagem fortaleceu-se e parece atingir um nível mais ou menos absoluto, pelo que não é neste contexto de “domínio total”

que poderá negociar. Basta compulsar cuidadosamente a história de Angola para perceber em que circunstância José Eduardo parou para negociar com Jonas Savimbi e mediadores internacionais do nosso processo político-militar.

Estas correntes são um alerta para as forças democráticas que aderiram ao desafio político, ao direito à revolução como solução pacífica. É um alerta porque permite-nos saber que nem todos concordarão conosco. Nem todos deixarão de cooperar com o regime. Isto verificar-se-á nas mais variadas esferas. Por isso, há que contar com as forças daqueles que acreditam no direito à resistência que dá voz e vida as ruas, ruelas e avenidas como veia segura para a queda; fim do autoritarismo e evitar o nascimento de nova ditadura, que está sempre à espreita, basta analisar o comportamento daqueles que não detêm o poder governante hoje!





### III. FONTES DE ONDE VEM O PODER PARA DETONAR O DITADOR

*“A vantagem estratégica desenvolvida por bons guerreiros é como o movimento de uma pedra redonda, rolando por uma montanha de 300 metros de altura. A força necessária é insignificante; o resultado, espectacular.”* – Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra”.

Alcançar uma sociedade com liberdade e paz não é, obviamente, tarefa simples. Exigirá grande habilidade estratégica, organização e planeamento. Acima de tudo, exigirá poder. Os democratas não podem esperar derrubar uma ditadura e estabelecer a liberdade política sem a capacidade de aplicar o seu próprio poder de forma eficaz.

Mas como isso é possível? Que tipo de poder pode a oposição democrática mobilizar que será suficiente para destruir a ditadura militar e sua vasta rede militar e de polícia? As respostas estão numa compreensão frequentemente ignorada do poder político. A aprendizagem dessa percepção não é realmente uma tarefa tão difícil. Algumas verdades básicas são bastante simples.

#### **“O Mestre dos Macacos”**

Uma parábola chinesa do século XIV de autoria de Liu Ji, por exemplo, descreve muito bem esse entendimento negligenciado do poder político.<sup>(4)</sup>

<sup>(4)</sup> Esta história, intitulada originalmente “Governo por tru-

*No estado feudal de Chu, um velho sobrevivia mantendo macacos ao seu serviço. O povo de Chu o chamava de “ju gong” (mestre dos macacos).*

*Todas as manhãs, o velho reunia os macacos no seu pátio, e dava ordem ao mais velho para liderar os outros até as montanhas para colher frutos de arbustos e árvores. A regra era que cada macaco tinha que dar um décimo de sua colheita ao velho. Aqueles que não conseguissem fazê-lo seriam chicoteados impiedosamente. Todos os macacos sofriam amargamente, mas não se atreviam a reclamar.*

*Um dia, um pequeno macaco perguntou aos outros macacos: “Foi o velho quem plantou todas as árvores de fruto e arbustos?” Os outros disseram: “Não, eles cresceram naturalmente.” O pequeno macaco ainda perguntou: “Não podemos colher os frutos sem a permissão do velho?” Os outros responderam: “Sim, todos nós podemos,” O pequeno macaco continuou: “Então, por que devemos depender do velho; por que todos nós devemos servi-lo?”*

*Antes que o pequeno macaco pudesse terminar sua declaração, todos os macacos de repente se tornaram iluminados e despertos.*

*Naquela mesma noite, vendo que o velho tinha adormecido, os macacos derrubaram todas as barricadas da paliçada em que estavam confinados e destruíram totalmente a paliçada. Eles também levaram os frutos que o velho tinha em stock, trou-*

---

ques” é de Yu-li-zi por Liu Ji (1311-1375) e foi traduzida por Sidney Tai. Yu-li-zi também é o pseudônimo de Liu Ji. A tradução foi publicada originalmente em *Nonviolent Sanctions: News from the Albert Einstein Institution* (Cambridge, Mass.), Vol. IV, n.º 3 (Inverno 1992-1993), p. 3.

*xeram todos eles consigo para a floresta, e nunca mais retornaram. O velho finalmente morreu de inanição.*

Yu-li-zi diz, “alguns homens no mundo governam seus povos por meio de truques e não através de princípios justos. Eles não são exactamente como o mestre dos macacos? Eles não estão conscientes das suas confusões mentais. Assim que seus povos se tornam iluminados, seus truques não funcionam mais.”

### **Fontes necessárias de poder político**

O princípio é simples. Ditadores exigem o apoio do povo que governam, sem a qual eles não pode garantir e manter as fontes de poder político. Basta lembrar a engenharia selvagem do regime para coagir a massa à participar em comícios. Estas fontes de poder político incluem:

- *Autoridade.* A crença entre as pessoas de que o regime é legítimo, e que têm o dever moral de obedecê-lo;

- *Recursos humanos.* O número e a importância das pessoas e grupos que estão à obedecer, cooperar, ou a prestar apoio aos governantes;

- *Habilidades e conhecimentos* necessários para que o regime execute acções específicas e fornecidas pelas pessoas e grupos que colaboram;

- *Factores intangíveis.* Factores psicológicos e ideológicos que podem induzir as pessoas a obedecer e ajudar os governantes;

- *Recursos materiais.* O grau em que os governantes controlam ou têm acesso a bens, recursos naturais, recursos financeiros, o sistema económico, e meios de comunicação e transporte, e

- *Sanções, punições, ameaçadas ou aplicadas* contra o desobediente e não-cooperativo para assegurar a submissão e cooperação que são necessárias para que o regime exista e realize suas políticas. Todas estas fontes, no entanto, dependem da aceitação do regime, da submissão e obediência da população, e da colaboração de inúmeras pessoas e as diferentes instituições da sociedade. Estes não são garantidos.

Total cooperação, obediência e apoio aumentam a disponibilidade das fontes de poder necessárias e, conseqüentemente, ampliarão a capacidade de poder de qualquer governo.

Por outro lado, a retirada de colaboração popular e institucional com os agressores e os ditadores diminui, e pode até cortar a disponibilidade das fontes de poder de que todos os governantes dependem. Sem disponibilidade dessas fontes, o poder dos governantes enfraquece e, finalmente, se dissolve.

Naturalmente, os ditadores são sensíveis à ações e ideias que ameaçam sua capacidade de fazer o que gostam. Os ditadores são, portanto, susceptíveis de ameaçar e punir aqueles que desobedecem, fazem greve, ou deixam de cooperar. Mas, esse não é o fim da história. Repressão, até mesmo brutalidades, nem sempre produzem uma retomada do grau necessário de submissão e de cooperação para que o regime funcione.

Se, apesar da repressão, as fontes de poder podem ser restringidas ou cortadas por tempo suficiente, os resultados iniciais podem ser incerteza e confusão dentro da ditadura. É provável que isso seja seguido por um claro enfraquecimento do poder da ditadura. Com o tempo, a retenção

das fontes de poder pode produzir a paralisia e impotência do regime, e em casos graves, sua desintegração. O poder de ditadores morrerá, lenta ou rapidamente, de inanição política.

O grau de liberdade ou a tirania em qualquer governo é, conseqüentemente, em grande parte um reflexo da determinação relativa dos súbditos de serem livres e sua disposição e capacidade de resistir aos esforços para escravizá-los.

Contrariamente à opinião popular, mesmo as ditaduras totalitárias dependem da população e das sociedades que governam. Como o cientista político Karl W. Deutsch observou em 1953:

*O poder totalitário só é forte se ele não tem que ser usado com muita frequência. Se o poder totalitário precisa ser utilizado em todos os momentos contra toda a população, é improvável que continue poderoso por muito tempo. Uma vez que os regimes totalitários exigem mais poder para lidar com seus súbditos do que outros tipos de governo, tais regimes exigem mais hábitos generalizados e confiáveis de cumprimento de normas entre seus povos, mais que isso, eles precisam ser capazes de contar com o apoio activo de pelo menos partes significativas da população em caso de necessidade.<sup>(5)</sup>*

Neste caso, só a aplicação do desafio político permanente, levará ao uso do poder totalitário, que por sua vez se vai desgastando. Estará sob tensão e eclodirá inevitavelmente em algum momento.

O teórico inglês do século XIX, John Austin descreveu a situação de uma ditadura confron-

---

<sup>(5)</sup> Karl W. Deutsch, "Cracks in the Monolith," in Carl J. Friedrich, ed., *Totalitarianism* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1954), pp. 313-314.

tando um povo descontente. Austin argumentava que, se a maioria da população está determinada a destruir o governo e está disposta a suportar a repressão para fazê-lo, então o poder do governo, incluindo aqueles que a apoiavam, não poderia preservar o governo odiado, mesmo que ele recebesse ajuda externa. O povo desafiador não poderia ser forçado a voltar à obediência e submissão permanente, concluía Austin.<sup>(6)</sup>

Nicolau Maquiavel muito mais cedo argumentou que o príncipe “. . . que tem o público como um todo como seu inimigo nunca poderá estar seguro, e quanto maior a sua crueldade, o mais fraco seu regime se torna” .<sup>(7)</sup>

A aplicação prática e política dessas ideias foi demonstrada pelos heróicos resistentes noruegueses contra a ocupação nazista, pelos bravos poloneses, alemães, tchecos, eslovacos, e muitos outros que resistiram à agressão comunista e à ditadura e, finalmente, ajudaram a produzir o colapso do regime comunista na Europa.

Este, naturalmente, não é fenômeno novo: casos de resistência não violenta, ocorriam já em 494 A.C., quando plebeus retiraram sua cooperação de seus senhores patrícios romanos.<sup>(8)</sup> Luta não violenta tem sido empregada em vários mo-

---

<sup>(6)</sup> John Austin, *Lectures on Jurisprudence or the Philosophy of Positive Law* (Fifth edition, revisada editada por Robert Campbell, 2 vol., London: John Murray, 1911 [1861]), vol. I, p. 296.

<sup>(7)</sup> Niccolo Machiavelli, “Os Discursos sobre os dez primeiros livros de Tito Lívio,” nos discursos de Nicolau Maquiavel Londres (: Routledge e Kegan Paul, 1950), vol. I, p. 254.

<sup>(8)</sup> Ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action* (Boston: Porter Sargent, 1970. 75 e frequentemente para outros exemplos históricos.

mentos pelos povos de toda a Ásia, África, Américas, Australasia, ilhas do Pacífico, assim como da Europa.

Três dos factores mais importantes para determinar em que grau o poder de um governo será ou não controlados, são:

- O desejo relativo da população de impor limites ao poder do governo,
- A força relativa das organizações independentes e instituições dos súbditos de retirar colectivamente as fontes de poder, e
- A capacidade relativa da população de reter seu consentimento e apoio.

### **Centros de poder democrático**

Uma característica de uma sociedade democrática é que existem, independente do estado, um grande número de grupos e instituições não governamentais. Estas incluem, por exemplo, famílias, organizações religiosas, associações culturais, clubes desportivos, instituições económicas, sindicatos, associações estudantis, partidos políticos, vilas, associações de bairro, de jardinagem, clubes, organizações de direitos humanos, grupos musicais, sociedades literárias, entre outros. Esses órgãos são importantes para servir os seus próprios objectivos e também para ajudar a atender às necessidades sociais.

Além disso, esses órgãos têm um grande significado político. Eles fornecem as bases institucionais e de grupo através das quais as pessoas podem exercer influência sobre o rumo da sua sociedade, e resistir a outros grupos ou ao governo quando eles são vistos como interferindo injus-

tamente sobre os seus interesses, actividades ou finalidades. Indivíduos isolados, não integrantes desses grupos, geralmente são incapazes de produzir um impacto significativo sobre o resto da sociedade, muito menos sobre um governo e, certamente, não sobre uma ditadura.

Se a autonomia e a liberdade das instituições civis independentes (fora do controle do governo) podem ser mantidas ou restabelecidas, elas são muito importantes para a aplicação do desafio político. A característica comum dos exemplos citados em que as ditaduras foram desintegradas ou enfraquecidas tem sido a corajosa aplicação em massa do desafio político pela população e suas instituições.

Conforme foi dito, estes centros de poder proporcionam as bases institucionais a partir das quais a população pode exercer pressão ou pode resistir aos controles ditatoriais. No futuro, elas farão parte da base estrutural indispensável para uma sociedade livre. Sua independência e crescimento contínuos, portanto, são muitas vezes um pré-requisito para o sucesso da luta de libertação.

Se a ditadura foi amplamente bem-sucedida em destruir ou controlar organismos independentes da sociedade, será importante para os resistentes criarem novos grupos sociais e instituições independentes, ou reafirmar o controle democrático sobre os organismos sobreviventes ou parcialmente controlados.

Naturalmente, nada disto significa que fragilizar e destruir as ditaduras é fácil, nem que toda tentativa será bem sucedida. E certamente não significa que a luta estará livre de baixas, porque aqueles que ainda servem os ditadores provavel-

mente reagirão em um esforço para forçar a população a retomar a cooperação e a obediência. Por isso, devemos lembrar sempre a recomendação encorajadora de Nelson Mandela: “por mais difícil que seja a batalha, não vamos nos render. Dure o tempo que durar, não vamos nos cansar”.

Por outro lado, é necessário ter bem clara a ideia de que a resistência ao autoritarismo, é pacífica, mas não pacifista ao estilo da visão cristã. Dão-me uma bofetada à esquerda e disponibilizo a direita. Não! Quando for necessário dever-se-á atear fogo em instituições e partir lugares simbólicos com vista a bloquear o funcionamento daquilo que sustenta a ditadura, mas nunca atingir pessoas e bens privados eticamente adquiridos, sob pena de cometermos actos que contradizem a democracia que juramos querer instituir.



## IV. FRAQUEZAS DAS DITADURAS

*“Se você descobrir o ponto fraco do oponente, você tem que afectá-lo com rapidez. Capture, inicialmente, aquilo que for muito valioso para o inimigo. Não deixe que seja revelado a hora do seu ataque.”* — Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra”.

As agências de inteligência, polícia, milícias *kaenches*, forças militares, prisões, campos de concentração e esquadrões da morte são controlados por um punhado de poderosos. As finanças de um país, os recursos naturais e as capacidades de produção são muitas vezes arbitrariamente saqueadas por ditadores e utilizadas para apoiar a vontade dos ditadores.

Em comparação, as forças da oposição democrática parecem frequentemente extremamente fracas, ineficazes e impotentes. Essa percepção de invulnerabilidade contra a impotência torna improvável a oposição eficiente. Na realidade a ditadura tem calcanhar de Aquiles, ou seja, pontos fracos. A expressão “calcanhar de Aquiles” refere-se a parte vulnerável de uma pessoa, de um plano, ou de uma instituição que se for atacado não oferece qualquer protecção.

O mesmo princípio se aplica a ditaduras cruéis. Elas, também, podem ser conquistadas, mas mais rapidamente e com menor custo, se os seus pontos fracos puderem ser identificados e o ataque concentrado neles.

## Fraquezas das ditaduras

Entre os pontos fracos das ditaduras estão os seguintes:

- A cooperação entre uma multidão de pessoas, grupos e instituições necessárias para operar o sistema pode ser limitada ou revogada.

- Os requisitos e os efeitos das políticas do passado do regime de alguma forma limitam sua capacidade actual de adoptar e implementar políticas conflitantes.

- O sistema pode se tornar rotineiro em sua operação, menos capaz de se adaptar rapidamente às novas situações.

- O pessoal e os recursos já alocados para as tarefas existentes não estarão facilmente disponíveis para novas necessidades.

- Os subordinados com medo de desagradar seus superiores podem não relatar informações precisas ou completas necessárias pelos ditadores para tomar decisões.

- A ideologia pode corroer, mitos e símbolos do sistema podem se tornar instáveis.

- Se uma forte ideologia estiver presente, que influencie a visão da realidade das pessoas, a firme adesão a ela pode causar desatenção às condições e necessidades reais.

- A deterioração da eficiência e competência da burocracia, ou controles e regulamentos excessivo podem tornar ineficazes as políticas e operação do sistema.

- Os conflitos institucionais e rivalidades pessoais internas e hostilidades podem prejudicar e até mesmo interromper o funcionamento da ditadura.

- Intelectuais e estudantes podem se tornar inquietos em resposta às condições, restrições, doutrinalismo e repressão.

- O público em geral pode, ao longo do tempo, tornar-se apático, cético e até mesmo hostil ao regime.

- Diferenças regionais, de classe, culturais, ou nacionais podem se tornar agudas.

- A hierarquia de poder da ditadura é sempre instável, até certo ponto, e às vezes extremamente instável. Os indivíduos não só se mantêm na mesma posição no ranking, mas pode subir ou descer até outros graus, ou ser totalmente removido e substituído por novas pessoas.

- Secções da polícia ou das forças armadas podem agir para alcançar seus próprios objectivos, mesmo contra a vontade estabelecida dos ditadores, inclusive através de golpe de Estado.

- Se a ditadura é nova, é necessário tempo para que ela se torne bem estabelecida.

- Com tantas decisões tomadas por tão poucas pessoas nas ditaduras, erros de julgamento, política e acção provavelmente ocorrerão.

- Se o regime visa evitar esses perigos e descentraliza controlos e tomada de decisão, seu controlo sobre as alavancas centrais do poder pode ser ainda mais corroído.

- Uma vez que os detentores de poder na ditadura são criminosos, corruptos, incompetentes crónicos, gatunos e todo antro de maledicência possível, não têm tempo para promover o bem-estar, traduzindo-se numa carência social insuportável. Esta atmosfera de carência, deve ser aproveitada e capitalizada pelas forças revolucionárias.

Para além dos calcanhares de Aquiles gerais, acima identificados, pode-se sondar outros de acordo com o contexto de actuação. Para isso, as forças democráticas devem reunir, estudar e debater com seriedade sobre a existência ou não de outros pontos onde podem bater para levar a baixo a *montanha do mal*.

### **Mal a evitar frente as fraquezas da selvajaria ditatorial**

A identificação dos pontos fracos da ditadura, não pode ser motivo para descontrolo emocional. Deve-se manter claro a ideia de que a luta pressupõe muita racionalidade, estratégia, planeamento, ciência.

O núcleo duro que lidera o movimento para democracia (não chefe, mas liderança que pode ser colegial ou individual aberta rotativa), deve, logo no princípio, estabelecer uma metodologia de trabalho onde se possa evitar debates infantis e infrutíferos. Deve haver concordância em relação ao método geral de luta. Não faz sentido ter no núcleo de decisão indivíduos que discordam do derrube do ditador, sob pena de perderem tempo e em casos extremos ser um factor que inviabilizaria e adiaria o nascimento e a instituição de uma nova sociedade.

Em síntese, deve haver consenso na questão substancial: o método de luta – a desobediência civil – mas pode-se perfeitamente discordar e discutir sobre questões acessórias e transitórias. Por exemplo, podemos debater se vale a pena ter apoio externo para a luta, podemos discutir aspectos logísticos, cronograma das acções etc, mas não o

método de luta. Quem põe em causa o método de luta deve ser convidado com respeito e honra a sua dignidade para criar um movimento com pessoas que partilham o método no qual acredita.

### **Golpes fortes e incisivos contra as fraquezas da ditadura**

Com o conhecimento de tais fraquezas inerentes a tirania, a revolução democrática pode procurar agravar estes “calcanhares de Aquiles” deliberadamente, a fim de alterar drasticamente o sistema ou desintegrá-lo.

A conclusão então é clara: apesar da aparência de força, todas as ditaduras têm fraquezas, ineficiências internas, rivalidades pessoais, deficiências institucionais, e conflitos entre organizações e departamentos. Essas fraquezas, ao longo do tempo, tendem a tornar o regime menos eficaz e mais vulnerável às mudanças de condições e resistência deliberada. Nem tudo o que o regime se propõe a realizar será completado. Às vezes, mesmo as ordens directas de Hitler nunca foram aplicadas porque aqueles abaixo dele na hierarquia se recusaram a cumpri-las. O regime ditatorial pode, às vezes, até mesmo desmoronar rapidamente, como já observamos.

Identificadas as fraquezas, deve-se seguir a orientação do filósofo Chinês, Sun Tzu, quando afirmou, no seu livro *A Arte da Guerra*, que “diante de uma larga frente de batalha, procure o ponto mais fraco e, ali, ataque com a sua maior força.



## V. A APLICAÇÃO DO PODER DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: EXERCITANDO O PODER

*“Diante de uma larga frente de batalha, procure o ponto mais fraco e, ali, ataque com a sua maior força.”* – Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra”.

Quais são então os meios disponíveis que oferecerão à resistência democrática vantagens distintas e tenderão a agravar as deficiências identificadas das ditaduras? Que técnica de acção capitalizará sobre a teoria do poder político discutida no Capítulo Três? A alternativa de escolha é o desafio político.

O desafio político ou a desobediência civil tem as seguintes características:

- Ele não aceita que o resultado será decidido por meio de combates escolhidos pela ditadura.
- É difícil para o regime combatê-lo.
- Ele pode agravar a única fraqueza da ditadura e pode cortar suas fontes de poder.
- Ele pode, ao actuar, ser amplamente disperso, mas também pode ser concentrado em um objectivo específico.
- Ele leva a erros de julgamento e acção pelos ditadores.
- Ele pode utilizar eficazmente a população como um todo, grupos e instituições da sociedade na luta pelo fim da brutal dominação de uns poucos.
- Ele ajuda a espalhar a distribuição de poder

efectivo na sociedade, tornando mais possível o estabelecimento e a manutenção de uma sociedade mais democrática.

## **O funcionamento da luta não violenta**

A luta não violenta é um meio muito mais complexo e variado que a violência. Em vez disso, a luta é travada por armas psicológicas, sociais, económicas e políticas aplicadas pela população e as instituições da sociedade. Estas têm sido conhecidas sob vários nomes de protestos, greves, não cooperação, boicotes, ruptura e o poder do povo. Conforme mencionado anteriormente, todos os governos só podem governar enquanto recebem reposição das fontes necessárias do seu poder a partir da cooperação, submissão e obediência da população e instituições da sociedade. O desafio político, ao contrário da violência, é perfeitamente capaz de cortar aquelas fontes de poder.

## **Armas e disciplina não violenta**

O erro comum de campanhas de desafio político no passado é a dependência de apenas um ou dois métodos, tais como greves e demonstrações em massa. De facto, existe uma multiplicidade de métodos que permitem aos estrategistas da resistência concentrar e dispersar a resistência, conforme necessário.

Cerca de duas centenas de métodos específicos de acção não violenta foram identificados, e há certamente dúzias de outros. Esses métodos são classificados em três grandes categorias: protesto e persuasão, não cooperação e intervenção. Mé-

todos de protesto não violento e persuasão são demonstrações largamente simbólicas, incluindo paradas, marchas e vigílias (54 métodos). A não cooperação é dividida em três subcategorias: (a) não cooperação social (16 métodos), (b) não cooperação económica, incluindo boicotes (26 métodos) e greves (23 métodos), e (c) não cooperação política (38 métodos). A intervenção não violenta, por meios psicológicos, físicos, sociais, económicos ou políticos, tais como jejum, ocupação não violenta, e governo paralelo (41 métodos), é o grupo final. Uma lista de 198 desses métodos está incluída nas páginas mais adiante e são as chaves operativas para a luta (Cap. XI).

Existem algumas técnicas que não dependem da resistência de forma directa, mas sim da nossa capacidade diplomática de convencer a comunidade global a estar do lado da razão. Por exemplo, o embargo económico e não cooperação diplomática, como formas de enfraquecer o regime, depende da boa vontade de actores externos, mas a nossa capacidade de luta interna e de convencimento é fundamental.

Em contraste com meios militares, os métodos de luta não violenta podem ser focados directamente sobre as questões em jogo. Por exemplo, uma vez que a questão da ditadura é essencialmente política, então as formas políticas da luta não violenta seriam cruciais. Estas incluiriam a negação de legitimidade aos ditadores e a não cooperação com os seus regimes. A não cooperação também seria aplicada contra políticas específicas. Às vezes, protelação e procrastinação podem ser praticadas tranquilamente e até mesmo secretamente, enquanto em outros momentos a

desobediência aberta e desafiadora em manifestações públicas e greves podem ser visíveis a todos.

Alguns métodos de luta não violenta exigem que as pessoas pratiquem actos não relacionados com suas vidas normais, tais como a distribuição de folhetos, operação de imprensa clandestina, greves de fome, ou sentar-se nas ruas. Esses métodos podem ser difíceis de serem realizados por algumas pessoas, excepto em situações muito extremas.

Outros métodos de luta não violenta, ao invés exigem que as pessoas continuem a levar aproximadamente suas vidas normais, embora de maneira um pouco diferentes. Por exemplo, as pessoas podem comparecer ao trabalho, ao invés de fazer greve, mas, então, deliberadamente trabalhar mais devagar ou de forma menos eficiente que o habitual. “Erros” podem ser cometidos conscientemente, com maior frequência. A pessoa pode ficar “doente” e “incapaz” para trabalhar em determinados momentos. Ou, pode simplesmente se recusar a trabalhar. Pode-se ir a cultos religiosos em que o acto expressa, não só as convicções religiosas, mas também as convicções políticas. *Pode-se agir para proteger as crianças contra propaganda dos atacantes através de educação em casa ou em aulas ilegais.* Pode-se recusar a participar de certas organizações “recomendadas” ou obrigatórias às quais não se teria aderido livremente em épocas anteriores. A semelhança de tais tipos de acção com as actividades habituais das pessoas e o grau limitado de afastamento de suas vidas normais pode tornar a participação na luta de libertação nacional muito mais fácil para muitas pessoas.

Uma vez que a luta não violenta e a violência funcionam de maneiras fundamentalmente diferentes, mesmo a resistência violenta limitada durante uma campanha de desafio político será contraproducente, pois transformará a luta numa atmosfera em que os ditadores têm uma vantagem esmagadora (guerra militar). A disciplina não violenta é a chave para o sucesso, e deve ser mantida, apesar de provocações e brutalidades pelos ditadores e seus agentes.

A manutenção da disciplina não violenta contra os adversários violentos facilita o funcionamento dos quatro mecanismos de mudança em luta não violenta (discutidos abaixo). A disciplina não violenta é também extremamente importante no *processo de jiu-jitsu político*. Neste processo, a brutalidade crua do regime contra os activistas claramente não violentos se reflecte politicamente contra a posição dos ditadores, causando discórdia em suas próprias fileiras, bem como fomentando suporte aos resistentes entre a população em geral, os defensores habituais do regime e terceiros.

Os registos históricos indicam que, embora baixas em termos de mortos e feridos devem ser esperadas em desafios políticos, elas serão muito menores que as baixas em guerra militar. Além disso, este tipo de luta não contribui para o ciclo interminável de matança e brutalidade.

O abandono ou o controle do medo é um elemento fundamental para destruir o poder dos ditadores sobre a população em geral.

## **Infiltração, abertura, sigilo e altos padrões**

Sigilo, engano e conspiração subterrânea apresentam problemas muito difíceis para um movimento que esteja a usar acção não violenta. Muitas vezes, é impossível impedir que a polícia política e agentes de inteligência fiquem informados sobre intenções e planos. Do ponto de vista do movimento, o segredo não está apenas enraizado no medo, mas contribui para o medo, o que amortece o espírito de resistência e reduz o número de pessoas que podem participar numa determinada acção. Ele também pode contribuir para suspeitas e acusações, muitas vezes injustificadas, dentro do movimento, a respeito de quem é um informante ou um agente dos adversários.

O sigilo também pode afectar a capacidade de um movimento de permanecer não violento. Em contraste, a abertura com relação a intenções e planos não só terão efeito contrário, mas contribuirão para uma imagem de que o movimento de resistência é de facto extremamente poderoso. O problema é, naturalmente, mais complexo do que isso sugere, e há aspectos importantes das actividades de resistência que podem exigir sigilo. Uma avaliação bem informada será necessária por aqueles que têm conhecimento sobre as dinâmicas da luta não violenta, e também do significado de vigilância da ditadura na situação específica.

A edição, impressão e distribuição de publicações proibidas, o uso de transmissões ilegais de rádio do interior do país, bem como a colecta de informações sobre as operações da ditadura estão entre os tipos especiais limitado de actividades, onde um alto grau de sigilo será necessário.

A manutenção de elevados padrões de comportamento na acção não violenta é necessária em todas as fases do conflito. Factores tais como o destemor e manutenção de disciplina não violenta são sempre necessários. É importante lembrar que um grande número de pessoas pode, muitas vezes, ser necessário para efectuar mudanças específicas. Mas, esses números podem ser obtidos como participantes de confiança somente com a manutenção dos elevados padrões do movimento.

### **Mudando as relações de poder**

O grupo não violento pode, em grande medida, por suas acções exercer influência sobre o aumento ou a diminuição do poder relativo do grupo adversário (na realidade é inimigo, na medida em que representa perigo à vida). Por exemplo, a resistência não violenta corajosa e disciplinada diante das brutalidades dos ditadores pode induzir inquietação, insatisfação, insegurança e, em casos extremos, até mesmo um motim entre os próprios soldados do ditador e a população. Essa resistência pode também resultar na crescente condenação internacional da ditadura. Além disso, o uso hábil, disciplinado e persistente de desafio político pode resultar em maior ou menor participação na resistência por pessoas que normalmente dariam o seu apoio tácito ao ditador ou, geralmente, permaneceriam neutras no conflito.

### **Quatro mecanismos de mudança**

A luta não violenta produz mudança de quatro maneiras. O primeiro mecanismo é o menos pro-

vável, embora tenha ocorrido. Quando os membros do grupo adversário (inimigo) estão emocionados com o sofrimento da repressão imposta aos corajosos resistentes não violentos, ou estão racionalmente persuadidos de que a causa dos opositores é justa, eles podem vir a aceitar os objetivos dos resistentes. Esse mecanismo é chamado de conversão. Embora casos de conversão em ação não violenta efectivamente ocorram algumas vezes, eles são raros, e na maioria dos conflitos isso simplesmente não ocorre ou pelo menos não em escala significativa.

Muito mais frequentemente, a luta não violenta opera mudando a situação de conflito e a sociedade de modo que os adversários simplesmente não possam fazer como eles querem. É essa mudança que produz os outros três mecanismos: acomodação, coerção não violenta, e desintegração. Qual destes ocorre depende do grau em que as relações de poder absoluto e relativo são deslocadas em favor dos democratas.

Se os problemas não são os fundamentais, as demandas da resistência democrática numa campanha limitada não são consideradas ameaçadoras e o conflito de forças alterou as relações de poder em algum grau, o conflito imediato pode ser encerrado através de um acordo, uma divisão da diferença ou um compromisso. Este mecanismo é chamado de acomodação. Muitas greves são resolvidas dessa maneira, por exemplo, com ambos os lados alcançando alguns dos seus objetivos, mas não conseguindo tudo o que queria. Um governo pode perceber que este tipo de solução tem alguns benefícios positivos, tais como diminuir a tensão, criar uma sensação de “justiça”, ou polir

a imagem internacional do regime. É importante, portanto, que grande cuidado seja tomado na selecção das questões sobre as quais um acordo por acomodação seja aceitável. A luta para derrubar uma ditadura não é um deles.

As forças militares do ditador podem se tornar tão pouco confiáveis que elas simplesmente não mais obedecem às ordens de reprimir os resistentes. Embora os líderes ou líder dos oponentes permaneçam em seus cargos, e se aferrem a seus objectivos iniciais, sua capacidade de agir eficientemente lhes foi tirada. Isso é chamado de coerção não violenta.

Em algumas situações extremas, as condições de produção de coerção não violenta são levadas ainda mais longe. O chefe dos adversários, de facto, perde toda a capacidade de agir e sua própria estrutura de poder desmorona. A auto-direcção dos resistentes, não cooperação e desafio tornam-se tão completas que agora falta aos adversários até mesmo um simulacro de controle sobre eles. A burocracia do adversário recusa-se a obedecer à sua própria liderança. As tropas do adversário e polícia se amotinam. Os habituais apoiantes do adversário ou a população repudiam sua antiga liderança, negando que eles tenham qualquer direito de governar. Daí, seu apoio e obediência antiga desaparecem. O quarto mecanismo de mudança, a desintegração do sistema dos oponentes é tão completa que nem sequer têm energia suficiente para se render. O regime simplesmente se estilhaça.

## **Efeitos democratizantes da desobediência civil**

Em contraste com os efeitos da centralização de sanções violenta, o uso de técnica de luta não violenta contribui para a democratização da sociedade política de diversas maneiras.

Uma parte do efeito democratizante é negativa. Ou seja, em contraste com meios militares, esta técnica não fornece um meio de repressão sob o comando de uma elite dominante que pode se voltar contra a população para estabelecer ou manter uma ditadura. Líderes de um movimento de desafio político podem influenciar e aplicar pressão sobre seus seguidores, mas eles não podem prendê-los ou executá-los quando eles discordarem ou escolher outros líderes.

Outra parte do efeito democratizante é positiva. Ou seja, a luta não violenta oferece à população os meios de resistência que podem ser utilizados para alcançar e defender sua liberdade contra os ditadores existentes ou futuros. Abaixo estão alguns dos efeitos positivos da democratização que a luta não violenta pode ter:

- Experiência na aplicação de luta não violenta pode resultar em a população ser mais auto-confiante em desafiar as ameaças do regime e a capacidade para repressão violenta.

- A luta não violenta fornece os meios de desafio não cooperativo pelos quais a população pode resistir a controles antidemocráticos sobre eles por qualquer grupo ditatorial.

- A luta não violenta pode ser usada para afirmar a prática das liberdades democráticas, como a liberdade de expressão, liberdade de imprensa,

organizações independentes, liberdade de reunião diante de controles repressivos.

- A luta não violenta contribui fortemente para a sobrevivência, renascimento e fortalecimento dos grupos independentes e instituições da sociedade, conforme discutido anteriormente. Estes são importantes para a democracia devido à sua capacidade de mobilizar a capacidade de poder da população, e impor limites ao poder efectivo de qualquer aspirante a ditador.

- A luta não violenta fornece meios pelos quais a população pode exercer poder contra polícia repressiva e acção militar por um governo ditatorial.

- A luta não violenta fornece métodos pelos quais a população e as instituições independentes podem, no interesse da democracia, restringir ou cortar as fontes de poder para a elite dominante, ameaçando assim a sua capacidade para continuar a sua dominação.

### **Complexidade da luta não violenta**

Como vimos a partir desta discussão, a luta não violenta é uma técnica complexa de acção social, envolvendo uma multiplicidade de métodos, uma série de mecanismos de mudança, e requisitos específicos de comportamento. Para ser eficiente, especialmente contra uma ditadura, o desafio político exige um planeamento e preparação cuidadosa.

Os interessados em participar precisarão entender o que lhes é exigido. *Recursos precisarão ter sido disponibilizados.* E os estrategistas precisarão ter analisado como a luta não violenta pode ser aplicada mais eficazmente. Agora, voltamos

nossa atenção para este último elemento crucial:  
a necessidade de planeamento estratégico.





## VI. A NECESSIDADE INEVITÁVEL DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

*“Sem um planeamento estratégico competente, ninguém sobreviverá nestes tempos globalizados.”* – Michael Porter.

*“Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes factores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando, a disciplina.”* – Sun Tzu, Filósofo Chinês, In: “A Arte da Guerra”.

Chegamos a um ponto mais do que chave. Sem um plano estratégico de luta, não será possível a erosão da ditadura. Tal plano deverá ser um documento construído com todo cuidado, e nele deverá conter o objectivo central, as acções de curto, médio e longo prazo, a logística, as questões financeiras e possíveis fontes monetárias para suportar a luta. O plano deverá conter um eixo para diplomacia e solicitação de fundos. No contexto de Angola, o caminho será olhar para fora, uma vez que toda máquina financeira de grande vulto está sob tutela do ditador e a luta precisa de milhões de dólares para lograr êxitos.

Às vezes, um acto em particular da ditadura enraiveceu tanto o povo que eles se lançaram em acções sem ter a mínima ideia de como o levante poderia terminar. Em outros momentos, uma pessoa corajosa ou um pequeno grupo pode ter

agido de modo a despertar apoio. A queixa específica pode ser reconhecida pelos outros como semelhante a injustiças que haviam experimentado e, eles também, podem assim juntar-se à luta. Às vezes, um apelo específico à resistência de um pequeno grupo ou indivíduo pode encontrar uma resposta inesperadamente grande.

Embora a espontaneidade tenha algumas qualidades positivas, com frequência ela tem inconvenientes. Frequentemente, os resistentes democráticos não previram as brutalidades da ditadura, de modo que eles sofreram gravemente e a resistência desmoronou. Às vezes, a falta de planejamento dos democratas deixou decisões cruciais ao acaso, com resultados desastrosos. Mesmo quando o sistema opressor foi derrubado, a falta de planejamento sobre como lidar com a transição para um regime democrático contribuiu para o surgimento de uma nova ditadura.

### **Planeamento realista**

Segundo Sun Tzu, “todos podem ver as táticas de minhas conquistas, mas ninguém consegue discernir a estratégia que gerou as vitórias.” Nesta lógica, os resistentes têm a obrigação de construir um plano estratégico de luta, sob pena de acusarem ingenuidade e falta de racionalidade e nem o mínimo uso da inteligência.

No futuro, acção popular não planejada, sem dúvida, desempenhará papéis importantes nos levantes contra as ditaduras. Mas agora é possível, necessário e urgente calcular os meios mais eficazes para derrubar uma ditadura, avaliar quando a situação política e humor populares estão ma-

duros, e escolher a forma de iniciar uma campanha. É necessário pensamento muito cuidadoso com base em uma avaliação realista da situação e as capacidades da população a fim de seleccionar os meios eficazes para conseguir a liberdade sob tais circunstâncias.

Se alguém deseja realizar alguma coisa, é sábio planejar como fazê-lo. Quanto maior o objectivo, mais importante se torna o planeamento. *O planeamento estratégico aumenta a probabilidade de que todos os recursos disponíveis serão mobilizados e empregados de forma eficaz.* Isto é especialmente verdadeiro para um movimento democrático — o que tem recursos materiais limitados e cujos adeptos estarão em perigo — que está tentando derrubar uma ditadura poderosa. Em contraste, a ditadura em geral terá acesso a vastos recursos materiais, força de organização e capacidade de cometer atrocidades.

“Planejar uma estratégia” aqui significa calcular um curso de acção que tornará mais provável ir da presente situação até a futura situação desejada. No âmbito dessa discussão, significa de uma ditadura para um sistema democrático futuro. Um plano para atingir esse objectivo, normalmente consiste numa série progressiva de campanhas e outras actividades organizadas, destinadas a fortalecer a população e a sociedade oprimida e enfraquecer a ditadura. Observe-se aqui que o objectivo não é simplesmente destruir a actual ditadura, mas estabelecer um sistema democrático. Uma excelente estratégia que limite seu objectivo a destruir a ditadura actualmente no poder corre grande risco de produzir outro tirano.

## Obstáculos ao planeamento estratégico

Alguns expoentes da liberdade em diferentes partes do mundo não trazem sua capacidade total para se aplicar ao problema de como conseguir a libertação. Só raramente esses defensores reconhecem plenamente a extrema importância de um planeamento estratégico cuidadoso antes de agir. Por conseguinte, isso quase nunca é feito.

Por que é que as pessoas que têm a visão de trazer a liberdade política ao seu povo tão raramente preparam um plano estratégico global para alcançar este objectivo? Infelizmente, muitas vezes a maioria das pessoas em grupos de oposição democrática não entende a necessidade de planeamento estratégico, ou não está acostumada ou treinada a pensar estrategicamente. Esta é uma tarefa difícil. Constantemente perseguidos pela ditadura e oprimidos por responsabilidades imediatas, os líderes da resistência muitas vezes não têm a segurança ou o tempo para desenvolver habilidades de pensamento estratégico.

*Em vez disso, é um padrão comum simplesmente reagir às iniciativas da ditadura.* A resistência está, assim, sempre na defensiva, procurando manter as liberdades limitadas ou os bastiões da liberdade, na melhor das hipóteses retardando o avanço dos controles ditatoriais ou causando certos problemas para as novas políticas do regime.

Alguns indivíduos e grupos, é claro, podem não ver a necessidade de amplo planeamento de longo prazo de um movimento de libertação. Em vez disso, podem ingenuamente pensar que, se eles simplesmente esposam seu objectivo fortemente, firmemente, e por tempo suficiente, ele de algu-

ma forma passará. Outros presumem que, se eles simplesmente viverem e testemunharem de acordo com seus princípios e ideais diante das dificuldades, estarão a fazer o possível para implementá-los. O casamento de metas humanas e lealdade com os ideais é admirável, mas é manifestamente insuficiente para acabar com a ditadura e conseguir a liberdade.

Outros opositores da ditadura podem ingenuamente pensar que se usam violência suficiente, a liberdade virá. Mas, conforme observado anteriormente, a violência não é garantia de sucesso. Ao invés de libertação, ela pode levar à derrota, tragédia em massa, ou ambos. Na maioria das situações, a ditadura está mais bem equipada para a luta violenta, e as realidades militares raramente, se é que alguma vez acontece, favorecem os democratas.

Há também os activistas que baseiam suas acções sobre o que “sentem” que devem fazer. Essas abordagens são, no entanto, não só egocêntricas, mas elas não oferecem orientação para o desenvolvimento de uma grande estratégia de libertação.

Acção baseada numa “brilhante ideia” que alguém teve também é limitada. O que é necessário, ao invés, é acção com base em cálculos cuidadosos dos “próximos passos” necessários para derrubar a ditadura. Sem análise estratégica, os líderes da resistência muitas vezes não sabem qual deve ser esse “próximo passo”, porque eles não pensaram bem sobre as etapas sucessivas específicas necessárias para alcançar a vitória. Criatividade e ideias brilhantes são muito importantes, mas elas precisam ser utilizadas para fazer avançar a si-

tuação estratégica das forças democráticas.

Absolutamente consciente da multiplicidade de acções que poderiam ser realizadas contra a ditadura e incapazes de determinar por onde começar, algumas pessoas aconselham “*fazer tudo simultaneamente.*” Isso poderia ser útil, mas, claro, é *impossível*, especialmente para os movimentos relativamente fracos. Além disso, essa abordagem não oferece qualquer orientação sobre onde começar, onde concentrar esforços, e como usar recursos muitas vezes limitados.

Outras pessoas e grupos podem ver a necessidade de um planeamento, mas só são capazes de pensar em curto prazo ou em bases tácticas. Eles não podem ver se o planeamento de longo prazo é necessário ou possível. Eles, às vezes, podem ser incapazes de pensar e analisar em termos estratégicos, permitindo-se ser repetidamente distraídos por questões relativamente pequenas, muitas vezes respondendo às acções do adversário, ao invés de tomar a iniciativa para a resistência democrática. Dedicando tanta energia a actividades de curto prazo, esses líderes muitas vezes não conseguem explorar vários cursos de acção alternativos que poderiam orientar os esforços globais para que o objectivo seja constantemente abordado.

Também é bem possível que alguns movimentos democráticos não planejem uma estratégia global para derrubar a ditadura, concentrando-se apenas em questões imediatas, por outra razão. No fundo, eles não acreditam realmente que a ditadura pode ser destruída por seus próprios esforços. Portanto, planejar como fazê-lo é considerado um desperdício de tempo romântico ou um

exercício de futilidade. Pessoas que lutam pela liberdade contra ditaduras brutais estabelecidas são frequentemente confrontadas por um poder militar e de polícia tão imenso que parece que os ditadores podem conseguir tudo o que quiserem. Na falta de esperança real, essas pessoas, no entanto, desafiarão a ditadura por razões de integridade e talvez, história. Embora eles nunca admitirão, talvez nunca conscientemente reconhecerão que suas acções lhes parecem impossíveis Assim, para eles, o planeamento estratégico abrangente de longo prazo não tem mérito.

O resultado de tais falhas de planeamento estratégico é, muitas vezes, drástico: a força é dissipada, as acções são ineficazes, a energia é desperdiçada em questões de menor importância, as vantagens não são utilizadas, e os sacrifícios são em vão. Se os democratas não planearem estrategicamente, é provável que eles não consigam atingir os seus objectivos. Uma mistura estranha de actividades mal planeadas não moverá à frente uma resistência mais significativa. Em vez disso, é mais provável que permita à ditadura aumentar seus controles e poder.

### **Quatro termos importantes no planeamento estratégico**

A fim de ajudar-nos a pensar estrategicamente, a clareza sobre os significados de quatro termos básicos é importante.

*Grande estratégia* é o conceito que serve para coordenar e dirigir o uso de todos os recursos adequados e disponíveis (económicos, humanos, morais, políticos, organizacionais, etc.) de um grupo

que busca atingir seus objectivos num conflito.

No planeamento de uma grande estratégia, os líderes da resistência devem avaliar e planear quais pressões e influências devem ser exercidas sobre os adversários. Além disso, a grande estratégia incluirá decisões sobre as condições adequadas e o momento certo em que campanhas de resistência inicial e subsequentes serão lançadas.

A grande estratégia define a estrutura básica para a selecção de estratégias mais limitadas para travar a luta. A grande estratégia também determina a atribuição de tarefas gerais a determinados grupos e a distribuição dos recursos a eles para usar na luta.

A estratégia está preocupada se, quando e como lutar, bem como a forma de alcançar a máxima eficácia na luta para determinados fins. A estratégia tem sido comparada ao conceito do artista, enquanto um plano estratégico é a planta do arquitecto.<sup>(9)</sup> A estratégia também pode incluir esforços para desenvolver uma situação estratégica que seja tão vantajosa que os adversários serão capazes de prever que o conflito aberto é susceptível de levar a sua derrota certa e, portanto, capitular sem luta aberta.

Ou, se não, a situação estratégica melhorada tornará certo o sucesso dos adversários em luta. A estratégia envolve também como agir para fazer bom uso de sucessos quando conseguidos

Ela envolve a implantação hábil de grupos particulares de acção especial nas operações menores. Planear para uma estratégia sensata deve levar em consideração os requisitos para o sucesso na

---

<sup>(9)</sup> Robert Helvey, comunicação pessoal, 15 de Agosto de 1993.

operação da técnica escolhida de luta. Diferentes técnicas terão exigências diferentes. Naturalmente, apenas cumprir “exigências” não é suficiente para garantir o sucesso. Outros factores também podem ser necessários.

Ao elaborar estratégias, os democratas devem definir claramente os seus objectivos, e determinar como medir a eficácia dos esforços para alcançá-los. Esta definição e análise permitem ao estrategista identificar os requisitos específicos para garantir cada objectivo seleccionado. Essa necessidade de clareza e definição aplica-se também ao planeamento tático.

*Táticas e métodos de acção* são utilizados para implementar a estratégia. As táticas estão relacionadas com o uso hábil das forças para o melhor proveito numa situação limitada. A tática é uma acção limitada, utilizada para atingir um objectivo restrito. A escolha das táticas é regida pela concepção em uma fase restrita de um conflito da melhor forma de utilizar os meios de luta para implementar a estratégia. Para ser mais eficaz, as táticas e métodos devem ser escolhidos e aplicados com uma atenção constante à consecução dos objectivos estratégicos. Ganhos táticos que não reforçam a consecução dos objectivos estratégicos podem, no final, acabar por ser desperdício de energia.

Uma tática está, portanto, preocupada com um curso de acção limitado que se encaixa dentro da estratégia mais ampla, assim como uma estratégia se encaixa dentro da grande estratégia. As táticas estão sempre preocupadas com o combate, enquanto que a estratégia inclui considerações mais amplas. Uma tática em particular só

pode ser compreendida como parte da estratégia global de uma batalha ou campanha. As táticas são aplicadas aos períodos mais curtos do que as estratégias, ou em áreas menores (geográfica, institucional, etc.), ou por um número mais limitado de pessoas, ou para objectivos mais limitados. Na acção não violenta, a distinção entre um objectivo tático e um objectivo estratégico pode ser parcialmente indicado pelo facto de o objectivo escolhido da acção ser mais ou menos importante.

*Engajamentos táticos ofensivos* são seleccionados para apoiar a realização dos objectivos estratégicos. Engajamentos táticos são as ferramentas do estrategista na criação de condições favoráveis para o lançamento de ataques decisivos contra um oponente. É muito importante, portanto, que aqueles a quem são atribuídas responsabilidades de planear e executar operações táticas, sejam hábeis na avaliação da situação, e seleccionem os métodos mais apropriados para isso. Aqueles de quem se espera participar devem ser treinados no uso da técnica escolhida e dos métodos específicos.

*Método* refere-se às armas específicas ou meios de acção. Dentro da técnica de luta não violenta, este incluem dezenas de formas particulares de acção.

O desenvolvimento de um plano estratégico eficaz e responsável para uma luta não violenta, depende da formulação e selecção cuidadosas da grande estratégia, das estratégias, das táticas e dos métodos.

A principal lição desta discussão é que o uso calculado do intelecto é necessário no cuidado planeamento estratégico para a libertação em re-

lação a ditadura. Falha em planejar inteligentemente pode contribuir para desastres, enquanto que o uso eficaz da capacidade intelectual pode traçar uma rota estratégica que criteriosamente utilizará os recursos disponíveis para mover a sociedade em direcção à meta da liberdade e da democracia.



## VII. ESTRATÉGIA DE PLANEAMENTO

*“O planeamento não é uma tentativa de predizer o que vai acontecer. O planeamento é um instrumento para raciocinar agora, sobre que trabalhos e acções serão necessários hoje, para merecermos um futuro. O produto final do planeamento não é a informação: é sempre o trabalho.”* – Peter Drucker.

*“Não existe nenhum passeio fácil para a liberdade em lado nenhum, e muitos de nós teremos que atravessar o vale da sombra da morte vezes sem conta até que consigamos atingir o cume da montanha dos nossos desejos.”* – Nelson Mandela.

Para aumentar as chances de sucesso, os líderes da resistência precisarão formular um plano abrangente de acção, capaz de fortalecer as pessoas que sofrem, enfraquecendo e destruindo a ditadura e construindo uma democracia duradoura. Para realizar tal plano de acção, uma avaliação cuidadosa da situação e das opções para uma acção efectiva é necessária. Para além de tal análise cuidadosa, tanto uma grande estratégia, quanto as estratégias específicas de campanha para conseguir a liberdade, podem ser desenvolvidas. Embora relacionados, o desenvolvimento da grande estratégia e das estratégias de campanha são dois processos separados. Somente após a

grande estratégia ter sido desenvolvida, as estratégias específicas de campanha específica podem ser plenamente desenvolvidas. As estratégias de campanha precisarão ser concebidas para atingir e reforçar os grandes objectivos estratégicos.

Todo o planeamento estratégico, entretanto, exige que os ideólogos da resistência tenham uma compreensão profunda da situação de conflito, incluindo a atenção a factores físicos, históricos, governamentais, militares, culturais, sociais, políticos, psicológicos, económicos e internacionais. As estratégias só podem ser desenvolvidas no contexto da luta particular e seus antecedentes.

Os objectivos valem uma grande luta, e por quê? É fundamental determinar o verdadeiro objectivo da luta. Nós argumentamos aqui que o derrube da ditadura ou remoção dos ditadores actuais não é suficiente. O objectivo nesses conflitos tem de ser o estabelecimento de uma sociedade livre, com um sistema democrático de governo. Clareza sobre este ponto influenciará o desenvolvimento de uma grande estratégia e das estratégias específicas que se seguem.

Particularmente, os estrategistas terão que responder a muitas questões fundamentais, tais como:

- Quais são os principais obstáculos para se alcançar a liberdade?
- Quais os factores que facilitarão a obtenção da liberdade?
- Quais são os principais pontos fortes da ditadura?
- Quais são os vários pontos fracos da ditadura?
- Em que medida são vulneráveis as fontes de

poder para a ditadura?

- Quais são os pontos fortes das forças democráticas e da população em geral?
- Quais são os pontos fracos das forças democráticas e como eles podem ser corrigidos?
- Qual é o status de terceiros, não directamente envolvidos no conflito, quem já ajuda ou pode ajudar, tanto a ditadura quanto o movimento democrático, e em caso afirmativo, de que forma?

### **Escolha de meios**

Ao nível da grande estratégica, os planeadores estrategistas, precisam escolher os principais meios de luta a serem empregues no conflito iminente. Os méritos e limitações das diferentes técnicas alternativas de luta terão de ser avaliados, tais como guerra militar convencional, guerrilha, desafio político e outros.

Ao fazer esta escolha, os estrategistas precisarão considerar questões como as seguintes: O tipo escolhido de luta está dentro das capacidades dos democratas? A técnica escolhida utiliza os pontos fortes da população dominada? Esta técnica visa os pontos fracos da ditadura, ou ela ataca os seus pontos fortes? Os meios ajudam os democratas a se tornar mais auto-suficientes, ou eles exigem dependência de terceiros ou fornecedores externos? Qual é o registo do uso dos meios escolhidos na derrubada de ditaduras? Eles aumentam ou limitam o número de vítimas e destruição que podem ocorrer no conflito iminente? Presumindo-se o sucesso em acabar com a ditadura, qual seria o efeito dos meios escolhidos sobre o tipo de governo que surgiria a partir da luta? Os tipos de

acção definidos como contraproducentes terão de ser excluídos da grande estratégia desenvolvida.

### **Planeando para democracia**

*É preciso lembrar que contra uma ditadura o objectivo da grande estratégia não é simplesmente derrubar ditadores, mas instalar um sistema democrático e tornar impossível a ascensão de uma nova ditadura.* Para realizar estes objectivos, os meios escolhidos de luta terão de contribuir para uma mudança na distribuição de poder efectivo na sociedade. Sob a ditadura, a população e as instituições da sociedade civil têm sido muito fracas, e o governo forte demais. Sem uma mudança nesse desequilíbrio, um novo conjunto de governantes podem, se assim o desejarem, ser tão ditatoriais quanto os antigos. A “revolução palaciana” ou um golpe de Estado, portanto, não é bem-vinda.

O desenvolvimento de uma capacidade de luta não violenta significa que a capacidade da ditadura para a repressão violenta já não produz tão facilmente a intimidação e submissão entre a população. A população terá à sua disposição meios poderosos para contrariar e às vezes bloquear o exercício do poder dos ditadores. Além disso, a mobilização do poder popular através do desafio político fortalecerá as instituições independentes da sociedade. A experiência de ter uma vez exercido efectivamente o poder não é rapidamente esquecida. O conhecimento e a habilidade adquiridos com a luta tornarão menos provável que a população seja facilmente dominada pelos aspirantes a ditadores. Esta mudança nas relações de

poder, no limite, acabaria por tornar muito mais provável o estabelecimento de uma sociedade democrática durável.

### **Ajuda externa**

Este ponto é mais do que chave. Controverso! Deverá ser profundamente discutido pelo movimento que pugna pelo direito à indignação e dissolução do regime. É preciso esclarecer que muitos, por falta de maturidade e romantismo irracional, afastarão a possibilidade de apoio externo para a luta.

Se quer liberdade para Angola ou outra parte do mundo sob domínio de ditadura, seja homem! Use cérebro! A ajuda externa é inevitável. Como podemos manter manifestantes durante dias ou semanas na rua sem alimentos? Onde sairá a água? Com que dinheiro compraremos flores para manifestar o nosso amor e pacifismo a humanidade à favor da qual lutamos? Como compraremos combustível, pneus, carros, etc para mover todos os meios logísticos no momento que a nossa grande parceira – a rua – ter voz e vez?

Precisaremos milhões e milhões em dinheiro para triunfar. Conseguiremos isto com inteligência e diplomacia.

Outra ajuda externa será sairmos para fora e ouvir as experiência de revolucionários da Tunísia, da Servia, do Burkina Faso, etc. Não só para apreendermos bem, como lutar, mas também, para podermos evitar os erros que foram protagonizados pelas lutas anteriores contra as ditaduras.

Você acredita que o café, chá, alimentos, ten-

das e mantas nas ruas das revoluções como a de Singapura provinham do céu?

A principal força da luta deve ser suportada a partir do interior do próprio país. Na medida em que a assistência internacional vem, ela será estimulada pela luta interna.

Como um modesto suplemento, esforços podem ser feitos para mobilizar a opinião pública mundial contra a ditadura, por razões humanitárias, morais e religiosas. Esforços podem ser feitos para obter sanções diplomáticas, políticas e económicas por governos e organizações internacionais, contra a ditadura. Estes podem assumir a forma de embargos económico e militares de armas; redução nos níveis de reconhecimento diplomático ou o rompimento das relações diplomáticas; proibição de ajuda económica e à proibição de investimentos no país ditatorial; expulsão do governo ditatorial de várias organizações internacionais e dos órgãos das Nações Unidas. Além disso, *assistência internacional, tal como a prestação de apoio financeiro e de comunicações também podem ser fornecidas directamente às forças democráticas*. Mas tudo isto só virá por meio da nossa capacidade de mobilizar o mundo e dar sinais claros de que temos um Projecto Político Filosófico de Nação. Este projecto deve ser dado à conhecer.

Há diferença clara, entre ajudar-nos com meios para a conquista da nossa liberdade e dar-nos a liberdade. Não confundamos. São completamente diferentes. Se houvesse patriotas ricos e disponíveis para ajudar as forças democráticas, eu preferiria o dinheiro proveniente de um angolano, mas todos minimamente racionais, sabem quem

possui dinheiro, de onde proveio tal dinheiro e a que grupo pertence, por isso, fontes financeiras angolanas para a revolução estão fora de hipótese. Aliás, a forma como apossaram-se do erário, é um dos motivos da luta. Fonte financeira angolana para revolução, só milagre!

### **Formulando uma grande estratégia**

Após uma avaliação da situação, a escolha dos meios e a determinação do papel da ajuda externa, os projectistas da grande estratégia deverão esboçar em grandes linhas a forma como o conflito poderia ser bem conduzido. Este plano amplo abrangeria do presente até o futuro da libertação e da instituição de um sistema democrático.

Na formulação de uma grande estratégia, esses projectistas da luta precisarão fazer uma série de perguntas: Como a luta de longo prazo deverá começar? Como pode a população oprimida reunir suficiente autoconfiança e força para agir e desafiar a ditadura, mesmo que, inicialmente, de forma limitada? Como poderia ser aumentada a capacidade da população de aplicar a não cooperação e desafio com o tempo e a experiência? Quais poderiam ser os objectivos de uma série de campanhas limitadas para recuperar o controlo democrático sobre a sociedade e limitar a ditadura? Existem instituições independentes que sobreviveram à ditadura que poderiam ser usadas na luta para estabelecer a liberdade? Que instituições da sociedade podem ser recuperadas do controlo dos ditadores, ou que instituições precisam ser criadas pelos democratas para atender às suas necessidades e estabelecer as esferas da de-

mocracia, mesmo enquanto a ditadura continua?

Como pode ser desenvolvida força organizacional na resistência? Como os participantes podem ser treinados? Que recursos (finanças, equipamentos, etc) seriam necessários ao longo da luta? Que tipo de simbolismo pode ser mais eficaz na mobilização da população?

Com que tipos de ação e em que estágios podem as fontes de poder dos ditadores serem progressivamente enfraquecidas e divididas? Como pode a população resistente persistir simultaneamente no seu desafio e também manter a necessária disciplina não violenta? Como pode a sociedade continuar a satisfazer suas necessidades básicas durante o curso da luta? Como pode a ordem social ser mantida no meio do conflito? Conforme se aproxima a vitória, como pode a resistência democrática continuar a construir a base institucional da sociedade pós-ditadura para tornar a transição tão suave quanto possível? Deve ser lembrado que não existe nem pode ser criada uma fórmula única para planejar uma estratégia para cada movimento de libertação contra as ditaduras. Cada luta para derrubar uma ditadura e estabelecer um sistema democrático será um pouco diferente.<sup>(10)</sup>

Quando a grande estratégia de luta tiver sido cuidadosamente planejada, há razões sólidas para

---

<sup>(10)</sup> Os estudos completos recomendados por Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action* (Boston, Massachusetts: Porter Sargent, 1973) e Peter Ackerman e Christopher Kruegler, *Strategic Nonviolent Conflict*, (Westport, Connecticut: Praeger, 1994). Consulte também Gene Sharp, *Waging Nonviolent Struggle: Twentieth Century Practice and Twenty-First Century Potential*. Boston: Porter Sargent, 2005.

torná-la amplamente conhecida. O grande número de pessoas necessárias para participação podem estar mais dispostas e capazes de agir se elas compreenderem a concepção geral, bem como instruções específicas. Este conhecimento pode potencialmente ter um efeito muito positivo sobre o seu moral, sua vontade de participar e agir adequadamente. As linhas gerais da grande estratégia chegariam ao conhecimento dos ditadores em qualquer caso e o conhecimento das suas características poderia, potencialmente, levá-los a serem menos brutais na sua repressão, sabendo que isso poderia se voltar politicamente contra eles próprios. A compreensão das características especiais da grande estratégia poderia, potencialmente, contribuir também para a dissensão e deserções no próprio campo dos ditadores.

Uma vez que um grande plano estratégico para derrubar a ditadura e estabelecer um sistema democrático tenha sido adoptado, é importante que os grupos pro-democracia persistam na sua aplicação. *Só em circunstâncias muito raras a luta deve afastar-se da grande estratégia inicial. Quando há provas abundantes de que a grande estratégia escolhida está errada, ou que as circunstâncias da luta mudaram, os projectistas podem precisar alterar a grande estratégia.* Mesmo assim, isso deve ser feito somente após uma reavaliação básica e um novo e mais adequado grande plano estratégico ter sido elaborado e aprovado.

### **Projectando a estratégia de campanha**

Não importa quanto possa ser sábia e promissora a grande estratégia desenvolvida para acabar

com a ditadura e instaurar a democracia, uma grande estratégia implementa a si própria. Estratégias particulares precisarão ser desenvolvidas para orientar a campanhas mais importantes destinadas a minar o poder dos ditadores. Estas estratégias, por sua vez, incorporarão e orientarão uma série de compromissos táticos que terão como objectivo aplicar golpes decisivos contra o regime do ditador. As táticas e os métodos específicos de acção devem ser escolhidos com cuidado, para que eles contribuam para atingir os objectivos de cada estratégia específica. A discussão aqui centra-se exclusivamente no nível da estratégia.

Dos estrategistas, ao planearem as campanhas mais importantes será exigido, como daqueles que planearam a grande estratégia, um conhecimento aprofundado da natureza e dos modos de operação da sua técnica de luta escolhida. *Assim como os oficiais militares precisam entender as estruturas de força, táticas, logística, munições, os efeitos da geografia, e outros, a fim de traçar a estratégia militar, os estrategistas e ideólogos do desafio político devem compreender a natureza e os princípios estratégicos de luta não violenta.* Contudo, o conhecimento da luta não violenta, a atenção às recomendações neste ensaio e as respostas às questões aqui colocadas não produzirão, elas mesmas, as estratégias. A formulação de estratégias para a luta ainda exige uma criatividade informada.

No planeamento das estratégias para as campanhas específicas de resistência selectiva e para o desenvolvimento à longo prazo da luta de libertação, os estrategistas do desafio político precisa-

rão considerar várias questões e problemas:

- Determinação dos objectivos específicos da campanha e sua contribuição para a execução da grande estratégia.

- Consideração dos métodos específicos, ou armas políticas que podem ser melhor utilizadas para implementar as estratégias escolhidas. Dentro de cada plano geral para uma campanha estratégica em particular, será necessário determinar quês planos menores e táticos, e quês métodos de acções específicas devem ser utilizados para impor restrições e pressões contra as fontes de poder da ditadura. Deve ser lembrado que a realização dos objectivos mais importantes, virá como resultado de medidas menores e específicas, cuidadosamente escolhidas e implementadas.

- Determinação se, ou como, as questões económicas devem estar relacionadas com a luta global essencialmente política. Se as questões económicas devem ser proeminentes na luta, será preciso cuidado para que os problemas económicos possam realmente ser sanados após o término da ditadura. Caso contrário, a desilusão e o descontentamento pode se instalar, se soluções rápidas não forem providenciadas durante o período de transição para uma sociedade democrática. Essa desilusão poderia facilitar o surgimento de forças ditatoriais prometendo um fim aos problemas económicos.

- Determinação com antecedência de que tipo de estrutura de liderança e sistema de comunicações funcionará melhor para iniciar a luta de resistência. Que meios de tomada de decisão e de comunicação serão possíveis durante o curso da luta para continuar a dar orientação aos resisten-

tes e à população em geral?

- Comunicação de notícia de resistência à população em geral, às forças dos ditadores e à imprensa internacional. Alegações e relatórios devem sempre ser rigorosamente factuais. Exageros e alegações infundadas minarão a credibilidade da resistência.

- Planos para actividades sociais, educacionais, económicas e políticas auto-suficientes e construtivas para atender às necessidades do povo durante o conflito iminente. Tais projectos podem ser conduzidos por pessoas não envolvidas directamente nas actividades da resistência.

- Determinação do tipo de ajuda externa desejável em apoio à campanha específica ou à luta geral de libertação. Como pode a ajuda externa ser bem mobilizada e utilizada sem tornar a luta interna dependente de factores externos incertos? Será necessário prestar atenção a quê grupos externos mais provavelmente, e mais adequadamente ajudarão, tais como organizações não governamentais (movimentos sociais, grupos religiosos ou políticos, sindicatos, etc.), governos e / ou as Nações Unidas e os seus diferentes órgãos.

Além disso, os estrategistas da resistência precisarão tomar medidas para preservar a ordem e atender às demandas sociais por suas próprias forças durante a resistência em massa contra os controles ditatoriais. Isto não só criará estruturas democráticas alternativas e independentes e atenderá às necessidades reais, mas também reduzirá a credibilidade de qualquer alegação de que repressão violenta seja necessária para deter a desordem e a anarquia.

## Disseminando a ideia da não cooperação

Para o desafio político bem-sucedido contra uma ditadura, é essencial que a população entenda a ideia da não cooperação. Conforme ilustrado pela história do “Mestre dos Macacos”. A ideia básica é simples: se um número suficiente de subordinados se recusa a continuar a sua cooperação por tempo suficiente, apesar da repressão, o sistema opressivo será enfraquecido e, finalmente, entrará em colapso.

As pessoas que vivem sob a ditadura já podem estar familiarizadas com esse conceito a partir de diversas fontes. Mesmo assim, as forças democráticas deveriam deliberadamente difundir e popularizar a ideia da não cooperação. A história do “Mestre dos Macacos” ou uma fábula semelhante poderá ser difundida por toda a sociedade. Tal história poderia ser facilmente entendida. Uma vez que o conceito geral de não cooperação é apreendido, as pessoas serão capazes de entender a relevância de futuras chamadas à prática de não cooperação com a ditadura. Eles também serão capazes por si sós de improvisar uma miríade de formas específicas de não cooperação em novas situações.

Apesar das dificuldades e perigos na tentativa de comunicar ideias, notícias e instruções de resistência, enquanto vivem sob ditaduras, os democratas têm frequentemente de provar ser isso possível.

*Mesmo sob o regime nazista e comunista, foi possível para os resistentes comunicarem-se não só com outros indivíduos, mas, mesmo com grandes audiências através da produção de jornais*

*clandestinos, folhetos, livros, e nos últimos anos via cassetes de áudio e vídeo.*

Com a vantagem de um planeamento estratégico prévio, orientações gerais para a resistência podem ser preparadas e divulgadas. Estas podem indicar as questões e circunstâncias em que a população deve protestar e recusar-se a cooperar, e como isso deve ser feito. Então, mesmo que a comunicação da liderança democrática seja cortada, e instruções específicas não tenham sido emitidas ou recebidas, a população saberá como agir em certas questões importantes. Essas orientações também forneceriam um teste para identificar falsas “instruções de resistência”, emitidas pela polícia política destinadas a provocar acção de descrédito.

### **Repressão e contra-medidas**

Os projectistas estratégicos terão de avaliar as possíveis respostas e repressão, em especial o limite da violência da ditadura às acções da resistência democrática. Será necessário determinar a forma de resistir, contra atacar ou evitar esse possível aumento da repressão, sem submissão. Tacticamente, para ocasiões específicas, as advertências adequadas à população e os resistentes sobre a repressão esperado seriam necessários, de modo que eles conheçam os riscos de participação. Se a repressão pode ser grave, os preparativos para a assistência médica aos resistentes feridos devem ser feitos.

Antecipando a repressão, os estrategistas devem considerar antecipadamente a utilização de tácticas e métodos que contribuam para alcançar

o objectivo específico de uma campanha, ou a libertação, mas que tornem a repressão brutal menos provável ou menos possível. Por exemplo, manifestações de rua e desfiles contra as ditaduras extremas pode ser dramático, mas também apresentam o risco de milhares de manifestantes mortos. O alto custo para os manifestantes não pode, contudo, efectivamente aplicar mais pressão sobre a ditadura do que ocorreria se todo mundo ficasse em casa, uma greve ou actos em massa de não cooperação de funcionários públicos.

Se tivesse sido proposto que a acção de resistência provocativa arriscando muitas baixas seria necessário para uma finalidade estratégica, então se deve considerar com muito cuidado os custos da proposta e os possíveis ganhos. Será que a população e os resistentes provavelmente se comportarão de uma forma disciplinada e não violenta durante o curso da luta? Eles podem resistir a provocações à violência? Os projectistas devem considerar que medidas podem ser tomadas para manter a disciplina não violenta, e manter a resistência apesar da brutalidades. Será que medidas, tais como promessas, declarações políticas, folhetos sobre disciplina, encarregados de manifestações e boicotes de pessoas e grupos pro-violência seriam possíveis e eficazes? *Os líderes devem estar sempre alertas para a presença de agentes provocadores, cuja missão será a de incitar os manifestantes à violência.*

### **Aderindo ao plano estratégico**

Depois de um bom plano estratégico estar implantado, as forças democráticas não devem ser

distraídos por pequenos movimentos dos ditadores que podem tentá-los a se afastar da grande estratégia e da estratégia para uma campanha específica, levando-os a concentrar as principais actividades sobre questões sem importância. Também as emoções do momento — talvez em resposta às novas brutalidades da ditadura — não devem desviar a resistência democrática de sua grande estratégia ou da estratégia de campanha. As brutalidades podem ter sido perpetradas precisamente para provocar as forças democráticas a abandonar seu plano bem definido e até mesmo cometer actos violentos, a fim de que os ditadores possam derrotá-las mais facilmente.

Enquanto a análise básica é considerada boa, a tarefa das forças pro-democracia é avançar etapa por etapa. Naturalmente, mudanças nas tácticas e objectivos intermédios ocorrerão e os bons líderes estarão sempre prontos para explorar oportunidades. Esses ajustes não devem ser confundidos com os objectivos da grande estratégia ou os objectivos da campanha específica. A cuidadosa implementação da grande estratégia escolhida e de estratégias para campanhas particulares contribuirá grandemente para o sucesso.





## VIII. APLICANDO O DESAFIO POLÍTICO OU DESOBEDIÊNCIA CIVIL

*“Eu aprendi que a coragem não é a ausência de medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas aquele que conquista por cima do medo”* — Nelson Mandela.

*“À medida que nos libertamos do nosso próprio medo a nossa presença liberta automaticamente outros”* — Nelson Mandela.

Em situações em que a população sente-se impotente e assustada é importante que as tarefas iniciais para o público sejam de baixo risco, acções de fortalecimento da confiança. Estes tipos de acções — tais como o uso de uma roupa de uma forma incomum — pode registar publicamente uma opinião divergente e proporcionar uma oportunidade ao público de participar de forma significativa nos actos de dissidência. Em outros casos, uma questão relativamente menos importante (na superfície) e a política (por exemplo, garantir um abastecimento de água potável) pode ser transformada no foco de acção do grupo. Os estrategistas devem escolher um tema cujo mérito será amplamente reconhecido e difícil de rejeitar. O sucesso em tais campanhas limitadas não só poderia corrigir queixas específicas, mas também convencer a população que ela realmente tem o potencial de poder.

A maior parte das estratégias de campanhas na luta de longo prazo não deve visar a queda completa e imediata da ditadura, mas sim ganhar objectivos limitados. Nem todas as campanhas exigem a participação de todos os sectores da população.

Ao contemplar uma série de campanhas específicas para implementar a grande estratégia, os estrategistas do desafio devem considerar como as campanhas no início, meio e perto da conclusão da luta de longo prazo serão diferentes umas das outras.

### **Resistência selectiva**

Nos estágios iniciais da luta, campanhas separadas, com diferentes objectivos específicos podem ser muito úteis. Tais campanhas selectivas podem seguir uma após a outra. Ocasionalmente, duas ou três podem se sobrepor no tempo.

*Ao planear uma estratégia de “resistência selectiva” é necessário identificar as questões ou queixas limitadas que simbolizam a opressão geral da ditadura.* Tais questões podem ser os alvos adequados para a realização de campanhas visando ganhar objectivos estratégicos intermediários no âmbito da grande estratégia geral.

Estes objectivos estratégicos intermediários precisam ser alcançáveis pela capacidade actual ou projectada de poder das forças democráticas. Isso ajuda a garantir uma série de vitórias, que são boas para o moral, e também contribuir para mudanças incrementais vantajosas nas relações de poder para a luta de longo prazo.

Estratégias de resistência selectiva devem se

concentrar principalmente sobre questões sociais, económicas ou políticas específicas. Estas podem ser escolhidas de forma a manter alguma parte do sistema social e político fora do controle dos ditadores; para recuperar o controlo de alguma parte actualmente controlada pelos ditadores; ou para negar aos ditadores um objectivo particular. Se possível, a campanha de resistência selectiva também deve atacar um ou mais pontos fracos da ditadura, conforme já foi discutido. Dessa forma, os democratas podem fazer o maior impacto possível com a sua capacidade de poder disponível.

Muito cedo, os estrategistas precisam planear, pelo menos, a estratégia para a primeira campanha. Quais são os seus objectivos limitados? Como eles ajudarão a realizar a grande estratégia escolhida? Se possível, é sensato formular, pelo menos, as linhas gerais das estratégias para uma segunda e possivelmente uma terceira campanha. Todas essas estratégias precisarão implementar a grande estratégia escolhida e operar dentro de suas directrizes gerais.

### **Desafio simbólico**

No início de uma nova campanha para enfraquecer a ditadura, as primeiras acções, mais especificamente políticas podem ter escopo limitado. Elas devem ser projectadas em parte para testar e influenciar o humor da população, e prepará-la para continuar a luta através da não cooperação e desafio político.

A acção inicial é susceptível de assumir a forma de protesto simbólico, ou pode ser um acto simbólico de não cooperação limitada ou tempo-

rária. Se o número de pessoas dispostas a agir for pequeno, então o acto inicial pode, por exemplo, envolver a colocação de flores num local de importância simbólica. Por outro lado, se o número de pessoas dispostas a agir é muito grande, então, uma parada de cinco minutos de todas as actividades ou alguns minutos de silêncio podem ser usados. Em outras situações, alguns indivíduos poderiam realizar uma greve de fome, uma vigília num local de importância simbólica, um breve boicote estudantil das aulas, ou um “sit-in” temporário num escritório importante.

Sob uma ditadura, as acções mais agressivas provavelmente enfrentariam uma dura repressão. Certos actos simbólicos, tais como uma ocupação física em frente ao palácio do ditador ou da sede da polícia política pode envolver alto risco e, portanto, não são aconselháveis para o início de uma campanha.

Acções iniciais de protesto simbólico, às vezes despertaram a atenção nacional e internacional importante — como as manifestações de rua em massa na Birmânia em 1988, ou a ocupação por estudantes e greve de fome na Praça Tiananman em Pequim, em 1989. O grande número de baixas entre os manifestantes em ambos os casos aponta para o grande cuidado que os estrategistas devem ter no planeamento de campanhas. Apesar de terem um tremendo impacto moral e psicológico, tais acções por si mesmas não são susceptíveis de derrubar uma ditadura, pois elas permanecem em grande parte simbólicas e não afectam a posição de poder da ditadura.

Geralmente não é possível cortar a disponibilidade das fontes de poder dos ditadores completa

e rapidamente no início de uma luta. Isso exigiria praticamente que toda a população e quase todas as instituições da sociedade — que já haviam sido amplamente submissas — rejeitassem absolutamente o regime e, de repente, desafiá-lo através de não cooperação forte e em massa. Isso ainda não ocorreu, e seria muito difícil de alcançar. Na maior parte dos casos, portanto, uma rápida campanha de não cooperação plena e desafio é uma estratégia irreal para uma campanha precoce contra a ditadura.

### **Distribuindo a responsabilidade**

Durante uma campanha de resistência selectiva, o peso da luta é por algum tempo normalmente suportado por um sector ou mais da população. Numa campanha posterior com um objectivo diferente, o ónus da luta seria transferido para outros grupos populacionais. Por exemplo, os estudantes podem realizar greves sobre uma questão educacional; líderes religiosos e fiéis podem se concentrar na questão da liberdade religiosa; trabalhadores ferroviários podem meticulosamente obedecer às normas de segurança, de modo a atrasar o sistema de transporte ferroviário; jornalistas podem desafiar a censura através da publicação de artigos com espaços em branco onde artigos proibidos teriam aparecido, ou a polícia pode falhar repetidamente em localizar e prender integrantes da oposição democrática procurados. Dividir as campanhas de resistência em fases, por assunto e grupo populacional permitirá que determinados segmentos da população descansem enquanto a resistência continua.

A resistência selectiva é especialmente importante para defender a existência e a autonomia de grupos e instituições sociais, económicos e políticos independentes, fora do controlo da ditadura, que foram brevemente discutidos anteriormente. Estes centros de poder proporcionam as bases institucionais a partir das quais a população pode exercer pressão ou pode resistir aos controles ditatoriais. Na luta, eles são susceptíveis de estar entre os primeiros alvos da ditadura.

### **Desmantelando (visando) o poder do ditador**

À medida que a luta de longo prazo se desenvolve para além das estratégias iniciais em fases mais ambiciosas e avançadas, os estrategistas precisarão calcular como fontes de poder dos ditadores podem ser ainda mais restringidas. O objectivo seria usar não cooperação popular para criar uma situação estratégica mais vantajosa para as forças democráticas.

À medida que as forças da resistência democrática ganham força, os estrategistas criariam não cooperação e desafios mais ambiciosos para romper as fontes do poder da ditadura, com o objectivo de aumentar a paralisia política, e no final a desintegração da própria ditadura.

Será necessário planear cuidadosamente a forma como as forças democráticas podem enfraquecer o apoio que as pessoas e grupos ofereciam anteriormente à ditadura. *Será que seu apoio pode ser enfraquecido pelas revelações das brutalidades cometidas pelo regime, pela exposição das consequências desastrosas das políticas económicas dos ditadores, ou por um novo entendimento*

*de que a ditadura pode ser terminada? Os defensores do ditador deveriam pelo menos ser induzido a se tornarem “neutros” (em cima do muro) nas suas actividades ou, preferencialmente, tornar-se apoiantes activos do movimento pela democracia.*

Durante o planeamento e implementação do desafio político e não cooperação, é muito importante prestar atenção a todos os principais adeptos e auxiliares dos ditadores, incluindo a sua camarilha interna, partido político, policia e burocratas, mas especialmente o seu exército.

O grau de lealdade das forças militares, tanto soldados quanto oficiais, à ditadura precisa ser cuidadosamente avaliado, e uma decisão deve ser tomada quanto a se os militares estão abertos à influência das forças democráticas. Será que muitos dos soldados comuns são recrutas infelizes e assustados? Será que muitos dos soldados e oficiais são alienados do regime por motivos pessoais, familiares ou políticos? Quais são os outros factores que podem tornar soldados e oficiais vulneráveis à subversão democrática?

Logo no início da luta de libertação, uma estratégia especial deve ser desenvolvida para se comunicar com as tropas e funcionários dos ditadores. Por meio de palavras, símbolos e acções, as forças democráticas podem informar as tropas que a luta de libertação será forte, determinada e persistente. As tropas devem aprender que a luta terá um carácter especial, que visa minar a ditadura, mas não para ameaçar suas vidas. Tais esforços devem visar, em última análise, minar o moral das tropas dos ditadores e, finalmente, subverter sua lealdade e obediência em favor do movimento democrático. Estratégias semelhantes

poderiam ser destinadas à polícia e funcionários públicos.

A tentativa de angariar simpatia de e, eventualmente, provocar a desobediência entre as forças dos ditadores não deve ser interpretada, no entanto, como significando o incentivo às forças militares para dar um final rápido à ditadura actual através de acção militar. Tal cenário provavelmente não instalará uma democracia funcional, porque (como já discutimos) um golpe de Estado faz pouco para reduzir o desequilíbrio das relações de poder entre a população e os governantes. Portanto, será necessário planear como oficiais militares simpáticos aos democratas podem ser levados a compreender que nem um golpe militar, nem uma guerra civil contra a ditadura é necessária ou desejável.

Oficiais simpáticos aos democratas podem desempenhar um papel vital na luta democrática, por exemplo, através da propagação de descontentamento e não cooperação das forças militares, encorajando ineficiências deliberada e ignorando silenciosamente as ordens, e apoiando a recusa de realizar a repressão. Os militares também podem oferecer várias modalidades de assistência não violenta positiva ao movimento pro-democracia, incluindo passagem segura, informações, alimentos, suprimentos médicos, e assim por diante.

O exército é uma das mais importantes fontes de poder dos ditadores, porque ele pode usar suas unidades militares disciplinadas e armas para atacar directamente e punir a população desobediente. Os estrategistas do desafio devem lembrar que será extremamente difícil, ou impossível, de-

sintegrar a ditadura, se a polícia, os burocratas e as forças militares continuarem a ser plenamente favoráveis à ditadura e obedientes na execução de seus comandos. Estratégias destinadas a subverter a lealdade das forças dos ditadores devem receber alta prioridade pelos estrategistas democráticos.

As forças democráticas devem lembrar que a insatisfação e desobediência entre as forças militares e polícias podem ser altamente perigoso para os membros desses grupos. Soldados e polícias devem esperar duras penalidades para qualquer acto de desobediência e pela execução de actos de rebelião. As forças democráticas não devem pedir que os soldados e oficiais se amotinem imediatamente. Em vez disso, onde a comunicação é possível, deve ficar claro que há uma infinidade de formas relativamente seguras de “desobediência disfarçada” que podem adoptar inicialmente. Por exemplo, polícias e soldados podem realizar as instruções para a repressão de forma ineficiente, falar em localizar pessoas procuradas, alertar os resistentes sobre repressão iminente, detenções ou deportações e falhar em comunicar informações importantes a seus oficiais superiores. Oficiais descontentes, por sua vez, podem deixar de enviar ordens para a repressão abaixo na cadeia de comando. Os funcionários públicos podem perder arquivos e instruções, trabalhar ineficientemente, e ficar “doentes” para que precisem ficar em casa até que se “recuperem”.

## Mudanças na estratégia

Os estrategistas do desafio político precisarão constantemente avaliar como a grande estratégia e as estratégias de campanhas específicas estão a ser implementadas. É possível, que a luta não possa ir tão bem como esperado. Nesse caso, será necessário calcular quês mudanças na estratégia podem ser necessárias. O que pode ser feito para aumentar a força do movimento e recuperar a iniciativa? Em tal situação, será necessário identificar o problema, fazer uma reavaliação estratégica, possivelmente transferir responsabilidades da luta para um grupo da população diferente, mobilizar fontes adicionais de poder e desenvolver cursos de acção alternativos. Quando isso é feito, o novo plano deve ser implementado imediatamente.

Por outro lado, se a luta foi muito melhor que o esperado e a ditadura está à entrar em colapso mais cedo do que o calculado anteriormente, como podem as forças democráticas capitalizar os ganhos inesperados e avançar em direcção da paralisação da ditadura? Exploraremos esta questão no próximo capítulo.





## IX. DESINTEGRANDO A DITADURA. ALELUIA, ALELUIA!

*“Explorador dos oprimidos, fora! / Dos corrompidos, fora! / O patife que desvia, fora! / (...) / A princesa que tem tudo, fora!”* – Paulo Flores.

*“A derradeira medida de um homem não é onde ele se coloca em momentos de conforto e conveniência, mas onde ele se posiciona em momentos de desafio e controvérsia.”* – Martin Luther King.

O efeito cumulativo de campanhas de desafio político bem conduzidas e bem sucedidas é o de reforçar a resistência, estabelecer e expandir as áreas da sociedade, onde a ditadura enfrenta limites ao seu controle efectivo. Essas campanhas também proporcionam uma experiência importante em como recusar a cooperação e como oferecer desafio político. Essa experiência será de grande ajuda quando chegar a hora de não-cooperação e desafio em escala maciça.

Conforme foi discutido em páginas anteriores, a cooperação, obediência e submissão são essenciais para que o ditador seja poderoso. Sem acesso às fontes de poder político, o poder dos ditadores se enfraquece e, finalmente, se dissolve. A retirada de apoio é, portanto, a principal acção necessária para desintegrar uma ditadura. Ela pode ser útil para analisar como as fontes de poder podem ser afectadas pelo desafio político.

Actos de repúdio simbólico e desafio estão entre os meios disponíveis para minar a autoridade moral e política do regime — sua legitimidade. A maior autoridade do regime, a maior e mais confiável é a obediência e cooperação que ele recebe. A desaprovação moral precisa ser expressa em acção, a fim de ameaçar seriamente a existência da ditadura. A retirada da cooperação e a obediência são necessárias para romper a disponibilidade de outras fontes de poder do regime.

Uma segunda e importante fonte de poder são os recursos humanos, o número e a importância das pessoas e grupos que obedecem, cooperam com, ou ajudam os governantes. Se a não-cooperação é praticada por grandes porções da população, o regime estará em sérios apuros. Por exemplo, se os funcionários públicos não funcionam mais com a sua eficácia normal, ou até mesmo ficam em casa, o aparelho administrativo será gravemente afectado.

Da mesma forma, se as pessoas e grupos não colaboradores incluírem aqueles que anteriormente forneciam habilidades e conhecimento especializado, então os ditadores verão a sua capacidade de implementar suas vontades gravemente enfraquecida. Mesmo sua capacidade de tomar decisões bem informadas e desenvolver políticas eficazes pode ser seriamente reduzida.

Se influências psicológicas e ideológicas — chamados factores intangíveis — que normalmente induzem as pessoas a obedecer e ajudar os governantes são enfraquecidas ou revertidas, a população estará mais inclinada à atacar e a não cooperar.

O acesso do ditador aos recursos materiais tam-

bém afecta directamente o seu poder. Com o controle de recursos financeiros, o sistema económico, a propriedade, recursos naturais, transportes e meios de comunicação nas mãos de adversários reais ou potenciais do regime, outra importante fonte de seu poder fica vulnerável ou removida. Greves, boicotes e crescente autonomia da economia, comunicações e transporte enfraquecerão o regime.

Conforme discutido anteriormente, a capacidade dos ditadores de ameaçar ou aplicar sanções — punições contra secções desobedientes, rebeldes, e não-cooperativas da população — é uma fonte central de poder de ditadores. Esta fonte de poder pode ser enfraquecida de duas maneiras. Em primeiro lugar, se a população está disposta, como numa guerra, ao arriscar sérias consequências como preço do desafio, a eficácia das sanções disponíveis será drasticamente reduzida (ou seja, a repressão dos ditadores não assegura a submissão desejada). Segundo, se a própria polícia e as forças militares se tornarem insatisfeitas, elas podem em base individual ou em massa simplesmente fugir ou desafiam directamente as ordens para prender, bater ou disparar contra os resistentes. Se os ditadores já não podem confiar na polícia e nas forças militares para realizar a repressão, a ditadura está seriamente ameaçada.

Em resumo, o sucesso contra uma ditadura entrincheirada exige que a não-cooperação e o desafio reduzam e eliminem as fontes de poder do regime. Sem reposição constante das fontes de poder necessárias, a ditadura enfraquecerá e finalmente se desintegrará. Planeamento estratégico competente do desafio político contra as di-

taduras, precisa visar as mais importantes fontes de poder dos ditadores.

### **Escalada para liberdade. Pisando sobre a boca do ditador**

Combinado com o desafio político durante a fase de resistência selectiva, o crescimento das instituições sociais, económicas, culturais, políticas autónomas progressivamente alargam o “espaço democrático” da sociedade e reduzem o controlo da ditadura. À medida que as instituições da sociedade civil se tornam mais fortes em relação à ditadura, então, não importa o que os ditadores possam desejar, a população vai gradativamente construindo uma sociedade independente, fora do seu controlo. Se e quando a ditadura intervém para interromper essa “escalada de liberdade”, a luta não violenta pode ser aplicada em defesa deste espaço recém-conquistado e a ditadura será confrontada com mais uma “frente” na luta.

Com o tempo, essa combinação de resistência e de criação de instituições pode conduzir à liberdade de facto, provocando o colapso da ditadura e a instalação formal de um sistema democrático inegável, pois as relações de poder dentro da sociedade foram fundamentalmente alteradas.

A Polónia nas décadas de 70 e 80 fornece um exemplo claro da progressiva recuperação das funções de uma sociedade e instituições através da resistência. A Igreja Católica livre tinha sido perseguida, mas nunca ficou sob controlo completo dos comunistas. Em 1976, certos intelectuais e trabalhadores formaram pequenos grupos, tais como o KOR (Comitê de Defesa dos Trabalhado-

res) para promover suas ideias políticas. A organização do sindicato Solidariedade com o seu poder para comandar greves eficazes forçou sua própria legalização em 1980. Camponeses, estudantes, e muitos outros grupos também formaram as suas próprias organizações independentes. Quando os comunistas perceberam que esses grupos tinham mudado as realidades de poder, o Solidariedade foi novamente banido e os comunistas recorreram ao regime militar.

Mesmo sob a lei marcial, com muitas prisões e perseguição implacável, as novas instituições independentes da sociedade continuaram a funcionar. Por exemplo, dezenas de jornais e revistas ilegais continuaram a ser publicadas. As editoras ilegais publicaram anualmente centenas de livros, enquanto escritores conhecidos boicotavam publicações Comunistas e editoras do governo. Actividades semelhantes continuaram noutras partes da sociedade.

Sob o regime militar de Jaruselski, o governo militar-comunista estava num ponto, descrito como se debatendo no topo da sociedade. Os funcionários ainda ocupavam escritórios e edifícios do governo. O regime ainda podia atacar a sociedade, com punições, prisões, detenções, apreensão de rotativas e similares. A ditadura, no entanto, não conseguia controlar a sociedade. A partir daí, foi só uma questão de tempo até que a sociedade foi capaz de derrubar completamente o regime.

Mesmo quando a ditadura controla todo governo, às vezes é possível organizar um “governo paralelo” e democrático. Isto cada vez mais operaria como um governo rival para o qual a lealda-

de, respeito, cooperação são dadas pela população e pelas instituições da sociedade. A ditadura, então, conseqüentemente, em bases crescentes seria privada destas características de governo. Eventualmente, o governo democrático paralelo pode substituir completamente o regime ditatorial, como parte da transição para um regime democrático. No devido tempo, então, uma Constituição seria aprovada e as eleições realizadas como parte da transição.

### **Desintegrando a ditadura. Explodindo a selva de lugar nenhum**

Embora a transformação institucional da sociedade esteja a ocorrer, o movimento de desobediência e não cooperação pode escalar. Os estrategistas das forças democráticas devem contemplar bem cedo que chegará um momento em que as forças democráticas podem ir além da resistência selectiva e lançar desafios em massa. Na maioria dos casos, será necessário tempo para criar, construir ou expandir as capacidades de resistência, e o desenvolvimento de desafios em massa só podem ocorrer após vários anos. Durante este período de transição as campanhas de resistência selectiva devem ser lançadas com objectivos políticos cada vez mais importantes. Os sectores maiores da população em todos os níveis da sociedade devem se envolver. Dado um desafio político determinado e disciplinado durante esta escalada de actividades, as fraquezas internas da ditadura tendem a se tornar cada vez mais evidentes.

A combinação de desafio político forte e criação de instituições independentes provavelmente pro-

duzirá, com o tempo a atenção da comunidade internacional favorável às forças democráticas. Ela também pode produzir condenações internacionais diplomáticas, boicotes e embargos em apoio às forças democráticas (como aconteceu no caso da Polónia).

Os estrategistas devem estar cientes de que em algumas situações o colapso da ditadura pode ocorrer muito rapidamente, como aconteceu na Alemanha Oriental em 1989. Isso pode acontecer quando as fontes de poder são maciçamente cortadas como resultado da repulsa de toda a população contra a ditadura. Esse padrão não é usual, entretanto, é melhor planear para uma luta de longo prazo (mas estar preparado para uma luta curta).

Durante o curso da luta de libertação, as vitórias, mesmo em questões limitadas devem ser comemoradas. Aqueles que ganharam a vitória devem ser reconhecidos. Celebrações com vigilância devem também ajudar a manter elevado o moral necessário para as futuras fases da luta.

### **Lidando com o sucesso de maneira responsável**

Artífices da grande estratégia devem calcular antecipadamente as maneiras possíveis e preferenciais em que uma luta bem sucedida pode ser melhor realizada, a fim de evitar o surgimento de uma nova ditadura e garantir o estabelecimento progressivo de um sistema democrático durável.

Os democratas devem calcular como a transição da ditadura para o governo interino será tratada no final da luta. É desejável naquele momento

estabelecer rapidamente um novo governo funcional. Mas, ele não deve ser apenas o velho governo com novas pessoas. É necessário calcular quês secções da antiga estrutura governamental (como a polícia política) devem ser completamente abolidas devido ao seu carácter inerentemente antidemocrático, e quês secções manter para serem submetidas a esforços de democratização posteriores. Um completo vazio governamental poderia abrir caminho para o caos ou para uma nova ditadura.

Reflexão deve ser dedicada com antecedência, determinar qual deve ser a política para altos funcionários da ditadura quando seu poder se desintegrar. Por exemplo, devem os ditadores serem levados a julgamento em tribunal? Ser-lhes-á permitido deixar o país de forma permanente? Quais são as outras opções compatíveis com o desafio político, a necessidade de reconstruir o país, e a construção de uma democracia, após a vitória? Um banho de sangue deve ser evitado, que poderia ter consequências drásticas sobre a possibilidade de um futuro sistema democrático.

*Planos específicos para a transição à democracia devem estar prontos para aplicação quando a ditadura estiver enfraquecendo ou desmoronando.* Tais planos ajudarão a evitar que outro grupo tome o poder estatal através de um golpe de Estado. Planos para a instituição do governo democrático constitucional, com plena liberdade política e pessoal também serão necessários. As mudanças ganhas a um preço enorme não devem ser perdidas por falta de planeamento.

Quando confrontado com uma população cada vez mais capacitada e o crescimento de grupos e instituições democráticas independentes — que

a ditadura é incapaz de controlar — os ditadores descobrirão que sua aventura inteira está se desfazendo. Paradas maciças da sociedade, greves gerais, paralisações em massa, marchas desafiadoras, ou outras actividades minarão cada vez mais a organização dos próprios ditadores e instituições relacionadas. Como consequência de tal desafio e não cooperação, executada com sabedoria e com participação em massa ao longo do tempo, os ditadores se tornariam impotentes e os defensores da democracia triunfariam sem violência. A ditadura se desintegraria diante da população desafiadora.

Nada desse esforço será bem-sucedido, não será fácil, e é raro rapidamente. Deve ser lembrado que, como tantas guerras militares são perdidas quantas são vencidas. Mas, o desafio político oferece uma possibilidade real de vitória. Conforme afirmado anteriormente, essa possibilidade cresce gravemente através do desenvolvimento de uma grande estratégia sensata, planeamento estratégico cuidadoso, trabalho árduo, luta disciplinada e corajosa.



## X. ALICERCES PARA UMA DEMOCRACIA REAL E DURÁVEL

*“O que chamamos democracia começa a assemelhar-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde”* — José Saramago.

*“A democracia aprende-se pelo exercício e constrói-se por meios democráticos. O exercício da democracia significa, aqui e agora: audiência ao povo, iniciativa popular, participação institucionalizada de todos na criação das condições estruturais da sua implantação”* — F. Sá Carneiro.

A desintegração da ditadura é, naturalmente, motivo de grande comemoração. As pessoas que sofreram por muito tempo e esforçaram-se por um preço enorme merecem um tempo de alegria, relaxamento e reconhecimento. Eles devem sentir-se orgulhosos de si mesmos e de todos os que lutaram com eles para ganharem a liberdade política. Nem todos viverão para ver esse dia. Os vivos e os mortos serão lembrados como heróis que ajudaram a moldar a história da liberdade no seu país.

Infelizmente, este não é um momento para redução da vigilância. Mesmo no caso de uma desintegração bem sucedida da ditadura através do desafio político, precauções cuidadosas devem ser tomadas para evitar o surgimento de um novo re-

gime opressor a partir da confusão após o colapso do antigo regime. Os líderes das forças pro-democracia devem ter-se preparado com antecedência para uma transição ordenada para a democracia. As estruturas ditatoriais precisarão ser desmontadas. As bases constitucionais e legais e os padrões de comportamento de uma democracia duradoura precisarão ser construídos.

Ninguém deve acreditar que com a queda da ditadura, uma sociedade ideal aparecerá imediatamente. A desintegração da ditadura simplesmente fornece o ponto de partida, em condições de maior liberdade, para esforços de longo prazo para melhorar a sociedade e satisfazer as necessidades humanas de forma mais adequada. Graves problemas políticos, econômicos e sociais continuarão durante anos, exigindo a cooperação de muitas pessoas e grupos na busca de soluções. O novo sistema político deve proporcionar oportunidades às pessoas com diferentes perspectivas e medidas favoráveis para continuar o trabalho construtivo e desenvolvimento de políticas para lidar com problemas no futuro.

### **Ameaças de uma nova ditadura**

140

Domingos da Cruz

Aristóteles advertiu há muito tempo que “. . . a tirania pode também se transformar em tirania...”<sup>(11)</sup>. Há ampla evidência histórica da França (os Jacobinos e Napoleão), Rússia (os bolcheviques), Irã (o aiatolá), Birmânia (SLORC), e outros lugares onde o colapso de um regime opressivo será visto por algumas pessoas e grupos como mera oportunidade para entrar em cena como no-

<sup>(11)</sup> Aristóteles, A Política, Livro V, Capítulo 12, p. 233.

vos senhores. Seus motivos podem variar, mas os resultados são aproximadamente os mesmos. A nova ditadura pode ser até mais cruel e total no seu controle do que a antiga.

Mesmo antes do colapso da ditadura, os membros do antigo regime podem tentar abreviar a luta de desafio pela democracia, encenando um golpe de Estado destinado a antecipar a vitória da resistência popular. Eles podem alegar derrubar a ditadura, mas na verdade procuram apenas impor um novo modelo renovado do antigo regime.

### **Bloqueando golpes**

Existem várias maneiras em que os golpes contra as sociedades recém-libertadas podem ser derrotados. Conhecimento antecipado daquela capacidade de defesa às vezes pode ser suficiente para impedir a tentativa. A preparação pode produzir prevenção. Imediatamente após um golpe ter começado, os golpistas exigem legitimidade, ou seja, a aceitação de seu direito moral e político de governar. O primeiro princípio básico de defesa anti-golpe é, portanto, negar a legitimidade aos golpistas.

Os golpistas também exigem que os líderes civis e da população sejam apoiantes, confusos, ou apenas passivos. Os golpistas exigem a colaboração de especialistas e assessores, burocratas e funcionários públicos, administradores e juizes, a fim de consolidar seu controle sobre a sociedade afectada. Os golpistas também exigem que a multidão de pessoas que operam o sistema político, as instituições da sociedade, a economia, a polícia e as forças militares passivamente se apresen-

tem e executem suas funções habituais, alteradas pelas ordens e políticas dos golpistas.

O segundo princípio básico de defesa anti-golpe é resistir aos golpistas através de não cooperação e desafio. A cooperação e a assistência necessária devem ser negadas. Basicamente, os mesmos meios de luta que foram usados contra a ditadura podem ser usados contra a nova ameaça, mas aplicados imediatamente. Se tanto a legitimidade, quanto a cooperação forem negadas, o golpe pode morrer de inanição política e a chance de construir uma sociedade democrática restaurada.

### **Elaboração da Constituição**

O novo sistema democrático exigirá uma Constituição que estabeleça o quadro desejado para o governo democrático. A Constituição deve estabelecer os propósitos do governo, limites dos poderes governamentais, os meios e o calendário de eleições em que os funcionários governamentais e parlamentares serão escolhidos, os direitos inerentes ao povo, e a relação do governo nacional com outros níveis inferiores de governo.

Dentro do governo central, se é para continuar democrático, uma divisão clara da autoridade deve ser estabelecida entre os poderes legislativo, executivo e judiciário do Estado. Fortes restrições devem ser incluídas às actividades da polícia, serviços de inteligência e forças militares para proibir qualquer tipo de interferência política legal.

No interesse de preservar o sistema democrático e impedir tendências e medidas ditatoriais, a Constituição deve ser preferencialmente uma que estabeleça um sistema federal com significativas

prerrogativas reservadas para os níveis estadual, regional e local de governo. Em algumas situações, o sistema suíço de cantões pode ser considerado em que áreas relativamente pequenas retêm prerrogativas mais importantes, ao mesmo tempo em que continua a fazer parte do país como um todo.

Se uma Constituição com muitas dessas características existia antes na história do país recém-libertado, pode ser sábio simplesmente restaurar sua operação, alterando-a conforme necessário e desejável. Se uma Constituição mais antiga adequada não existir, pode ser necessário operar com uma Constituição provisória. Caso contrário, uma nova Constituição precisará ser preparada. Preparar uma nova Constituição exigirá tempo e reflexão consideráveis. A participação popular neste processo é desejável e necessária para a ratificação de um novo texto ou alterações. Deve-se ser muito cauteloso sobre a inclusão na Constituição de promessas que mais tarde podem se provar impossíveis de implementar ou disposições que exigiriam um governo altamente centralizado, porque ambos podem facilitar uma nova ditadura.

No contexto angolano, efectivamente é necessária uma nova Constituição. Os democratas, em colaboração com os cidadãos deverão introduzir o direito à resistência para garantir a continuidade e aprofundamento da democracia. Este direito é igualmente um instrumento preventivo contra a arbitrariedade e o autoritarismo que podem minar a democracia.

Dever-se-à igualmente introduzir cláusulas irrevogáveis na Constituição. Por exemplo, eleições directas dos deputados e do presidente, tempo

dos mandatos presidenciais, etc.

Para a implantação de uma democracia durável, directa e cidadã, a Constituição deverá garantir ainda o dever do Estado em incentivar e estimular o nascimento permanente e contínuo de novos movimentos e líderes individuais que exigem direitos e anseiam participação política na gestão da coisa pública. Esta é a única garantia que haverá de proteger o cidadão crítico e vigilante em relação aos detentores de cargos de responsabilidade públicas.

O texto da Constituição deve ser facilmente entendido pela maior parte da população. Uma Constituição não pode ser tão complexa ou ambígua que apenas os advogados e a elite intelectual podem compreendê-la.

### **Uma política de defesa democrática**

O país libertado também pode enfrentar ameaças externas para as quais seria necessária uma capacidade de defesa. O país também pode ser ameaçado por tentativas estrangeiras de estabelecer dominação económica, política ou militar.

No interesse da manutenção da democracia interna, grande consideração deve ser dada à aplicação dos princípios básicos de desafio político para as necessidades da defesa nacional.<sup>(12)</sup> Colocando capacidade de resistência directamente nas mãos dos cidadãos, países recém-libertados puderam evitar a necessidade de estabelecer uma forte capacidade militar que pudesse ameaçar a

---

<sup>(12)</sup> Ver Gene Sharp, *Civilian-Based Defense: A Post-Military Weapons System* (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990).

própria democracia ou exigir vastos recursos económicos tão necessários para outros fins.

Deve ser lembrado que alguns grupos ignoram qualquer disposição constitucional no seu objectivo de se estabelecerem como novos ditadores. Portanto, um papel permanente existirá para a população aplicar desafio político e não cooperação contra pretensos ditadores, e para preservar as estruturas, direitos e procedimentos democráticos.

### **Uma responsabilidade meritória**

O efeito da luta não violenta não é apenas enfraquecer e remover os ditadores, mas também, dar poder aos oprimidos. Esta técnica permite que as pessoas que antes se sentiam apenas peões ou vítimas, exerçam o poder directamente, a fim de obter por seus próprios esforços, maior liberdade e justiça. Esta experiência de luta tem importantes consequências psicológicas, contribuindo para o aumento da auto-estima e autoconfiança entre aqueles anteriormente impotentes. Uma das consequências benéficas de longo prazo, importantes na utilização da luta não violenta para estabelecer um governo democrático é que a sociedade será “mais capaz” de lidar com problemas contínuos e futuros. Estes podem incluir futuro abuso governamental e corrupção, maus tratos de qualquer grupo, injustiças económicas e limitações das qualidades democráticas do sistema político. A população com experiência na utilização de desafio político, menos provavelmente será vulnerável às futuras tentativas de ditaduras.

Após a libertação, a familiaridade com a luta

não violenta fornecerá os meios para defender a democracia, as liberdades civis, direitos das minorias, e as prerrogativas do Estado, regionais, governos locais e instituições não-governamentais. Tais meios também fornecem maneiras pelas quais as pessoas e grupos possam expressar discordância de forma pacífica em questões vistas como tão importante que grupos de oposição algumas vezes, recorreram ao terrorismo ou à guerra de guerrilha.

Os pensamentos neste exame do desafio político ou da luta não violenta se destinam a ser úteis a todas as pessoas e grupos que buscam se livrar da opressão ditatorial de seu povo e estabelecer um sistema democrático durável, que respeite as liberdades humanas e a acção popular para melhorar a sociedade.

Existem três conclusões importantes às ideias esboçadas aqui:

- A libertação em relação à ditaduras é possível;
- Reflexão muito cuidadosa e planeamento estratégico serão necessários para alcançá-la, e
- Vigilância, trabalho árduo e luta disciplinada, muitas vezes a grande custo, serão necessários.

A frase muito citada, “a liberdade não é livre” é verdadeira. Nenhuma força externa virá para dar aos povos oprimidos, a liberdade que eles tanto desejam. As pessoas terão de aprender a conquistar, elas mesmas, aquela liberdade. Fácil, não pode ser.

Se as pessoas puderem entender o que é necessário para sua própria libertação, elas podem traçar rotas de acção que, através de muitas dores, podem, com o tempo, lhes trazer sua liberdade. Então, com a diligência eles podem construir uma

nova ordem democrática e preparar sua defesa. A liberdade conquistada por luta desse tipo pode ser duradoura. Ela pode ser mantida por um povo tenaz comprometido com a sua preservação e enriquecimento.



## XI. OS MÉTODOS E TÉCNICAS DE ACÇÃO NÃO VIOLENTA: RAIVA, REVOLTA E REVOLUÇÃO (RRR) NA PRÁTICA

*“Las tiranías no caen de su pedestal con boletas electorales. La fuerza bruta las sostiene, y sólo la fuerza bruta las podrá derrocar” / “As tiranias não caem do seu pedestal com boletins de votos em eleições. A força brutal sustenta a tirania, por isso, só a força brutal as poderá destituir e derrubar”- Librado Rivera.*

*“Cuando la tiranía se derrumba procuremos no darle tiempo para que se levante.” / Quando derrubarmos a tirania é preciso não dar-lhe tempo para levantar-se”- Maximilien Robespierre.*

### **Os métodos de protestos e persuasão não violentos<sup>(13)</sup>**

#### Declarações formais

1. Discursos públicos.
2. Cartas de oposição ou de apoio.
3. Declarações de organizações e instituições.
4. Declarações públicas assinadas.
5. Declarações da acusação e de intenção.
6. Comunicações de petições em grupo ou em massa.

---

<sup>(13)</sup> Esta lista foi retirada de Gene Sharp, *The Politics of Non-violent Action, Part II, The Methods of Nonviolent Action.*

Comunicação com uma audiência mais ampla

7. Slogans, caricaturas e símbolos.
8. Banners, cartazes e comunicações exibidas.
9. Folhetos, panfletos e livros.
10. Jornais e revistas.
11. Discos, rádio e televisão.
12. Escritas com fumaça no céu ou na terra.

Representações em grupo

13. Delegações.
14. Prêmios satíricos.
15. Grupos de lobby.
16. Piquetes.
17. Simulacros de eleições.

Actos públicos simbólicos

18. Exibição de bandeiras e cores simbólicas.
19. Uso de símbolos.
20. Oração e culto.
21. Entrega de objectos simbólicos.
22. Nudez em protesto.
23. Destruição de propriedade própria.
24. Luzes simbólicas.
25. Mostra de retratos.
26. Pintura como forma de protesto.
27. Novos sinais e nomes.
28. Sons simbólicos.
29. Reclamações simbólicas.
30. Gestos rudes.

Pressões sobre os indivíduos

31. “Atormentar” funcionários.
32. “Insultar” funcionários.
33. Confraternização.

34. Vigílias.

Teatro e música

35. Sketches cômicos e brincadeiras.

36. Desempenho de jogos e música.

37. Canto.

Procissões

38. Marchas.

39. Desfiles.

40. Procissões religiosas.

41. Peregrinações.

42. Cortejos.

Homenagem aos mortos

43. Luto político.

44. Simulacros de funerais.

45. Funerais demonstrativos.

46. Peregrinação a locais de sepultamento.

Assembleias públicas

47. Assembleias de protesto ou de apoio.

48. Reuniões de protesto.

49. Reuniões camufladas de protesto.

50. Invasões de aulas.

Retirada e renúncia

51. Abandono de recinto.

52. Silêncio.

53. Renúncias a homenagens.

54. Virar as costas.

**Métodos de não cooperação social**

Ostracismo de pessoas

55. Boicote social.
56. Boicote social selectivo.
57. Greve de sexo.
58. Excomunhão.
59. Interdições.

*Não cooperação com os eventos sociais, costumes e instituições*

60. Suspensão de actividades sociais e desportivas.
61. Boicote a assuntos sociais.
62. Greve estudantil.
63. Desobediência social.
64. Retirada de instituições sociais.

*Retirada do sistema social*

65. Permanência em casa.
66. Não-cooperação pessoal total.
67. Fuga de trabalhadores.
68. Santuário.
69. Desaparecimento colectivo.
70. Emigração em protesto (hégira).

**Os métodos de não cooperação económica:  
(1) Boicotes económicos**

*Acção por parte de consumidores*

71. Boicote de consumidores.
72. Não-consumo de mercadorias boicotadas.
73. Política de austeridade.
74. Retenção de aluguel.
75. Recusa de alugar.
76. Boicote nacional de consumidores.
77. Boicote internacional de consumidores.

*Acção por parte dos trabalhadores e produtores*

78. Boicote de Trabalhadores.

79. Boicote de produtores.

Acções por intermediários

80. Boicote de fornecedores e manipuladores.

Acção de proprietários e gerentes

81. Boicote de negociadores.

82. Recusa a alugar ou vender imóveis.

83. Locaute.

84. Recusa de assistência industrial.

85. “Greve geral” de comerciantes.

Acção por parte dos titulares de recursos financeiros

86. Retirada de depósitos bancários.

87. Recusa de pagamento de taxas, encargos e multas.

88. Recusa de pagamento de dívidas ou de juros.

89. Corte de fundos e de crédito.

90. Recusa da receita.

91. Recusa de dinheiro de um governo.

Acção de governos

92. Embargo doméstico.

93. “Lista negra” de comerciantes.

94. Embargo de vendedores internacionais.

95. Embargo de compradores internacionais.

96. Embargo de comércio internacional.

## **Os métodos de não cooperação económica: (2) Greve**

### Greves simbólicas

- 97. Greve de protesto.
- 98. Paralisação rápida (greve relâmpago).

### Greves agrícolas

- 99. Greve de camponeses.
- 100. Greve de trabalhadores agrícolas.

### Greves de grupos especiais

- 101. Recusa de trabalho impresso.
- 102. Greve de prisioneiros.
- 103. Greve de artesãos.
- 104. Greve profissional.

### Greves industriais comuns

- 105. Greve de estabelecimento.
- 106. Greve de indústria.
- 107. Greve de simpatia.

### Greves restritas

- 108. Greve detalhada.
- 109. Greve de recusa.
- 110. Operação tartaruga.
- 111. Operação padrão.
- 112. Informe de “doença”.
- 113. Greve por demissão.
- 114. Greve limitada.
- 115. Greve selectiva.

### Greves multi-industriais

- 116. Greve generalizada.
- 117. Greve geral.

### Combinações de greves e fechamentos económicos

- 118. Hartal (fechamento geral).
- 119. Desligamento económico.

### **Métodos de não cooperação política**

#### Rejeição da autoridade

- 120. Retirada ou contingenciamento de fidelidade.
- 121. Recusa de apoio público.
- 122. Literatura e discursos defendendo a resistência.

#### Não-cooperação dos cidadãos com o governo

- 123. Boicote de corpos legislativos.
- 124. Boicote às eleições.
- 125. Boicote de emprego e cargos no governo.
- 126. Boicote aos departamentos governamentais, agências e outros órgãos.
- 127. Retirada de instituições de ensino governamentais.
- 128. Boicote de organizações apoiadas pelo governo.
- 129. Recusa de assistência aos agentes da lei.
- 130. Remoção de sinais próprios e marcadores.
- 131. Recusa em aceitar funcionários nomeados.
- 132. Recusa a dissolver as instituições existentes.

#### Alternativas dos cidadãos à obediência

- 133. Respeito relutante e lento.
- 134. Não-obediência na ausência de supervi-

são directa.

135. Não-obediência popular.

136. Desobediência disfarçada.

137. Recusa de uma assembleia ou reunião dispersar-se.

138. Ocupação sentada.

139. Não-cooperação com o serviço militar obrigatório e deportação.

140. Ocultação, fuga e identidades falsas.

141. Desobediência civil a leis “ilegítimas”.

#### Acção de funcionários do governo

142. Recusa selectiva de assistência por assessores do governo.

143. Bloqueio de linhas de comando e informações.

144. Retardamento e obstrução.

145. Não-cooperação administrativa geral

146. Não-cooperação judiciária.

147. Ineficiência deliberada e não-cooperação selectiva de agentes da lei.

148. Motim.

#### Acção governamental doméstica

149. Evasões semi-legais e atrasos.

150. Não-cooperação por unidades governamentais.

#### Acção governamental internacional

151. Mudanças na representação diplomática e outras representações.

152. Atraso e cancelamento de eventos diplomáticos.

153. Retenção do reconhecimento diplomático.

154. Rompimento das relações diplomáticas.

- 155. Retirada de organizações internacionais.
- 156. Recusa de participação em organismos internacionais.
- 157. Saída de organizações internacionais.

## **Os métodos de intervenção não violenta**

### Intervenção psicológica

- 158. Auto exposição aos elementos
- 159. Jejum: a) Jejum de pressão moral; (b) Greve de fome (c) Jejum Satyagrahica
- 160. Julgamento reverso.
- 161. Assédio não violento.

### Intervenção física

- 162. Ocupação sentada.
- 163. Ocupação de pé.
- 164. Ocupação de meios de transporte.
- 165. Ocupação de rios.
- 166. Ocupação de usinas.
- 167. Ocupação rezando.
- 168. Ataques não violentos.
- 169. Bombardeamentos aéreos não violentos.
- 170. Invasão não violenta.
- 171. Interjeição não violenta.
- 172. Obstrução não violenta.
- 173. Ocupação não violenta.

### Intervenção social

- 174. Estabelecimento de novos padrões sociais.
- 175. Sobrecarga de instalações.
- 176. Interferência retardatória.
- 177. Intervenção com discursos
- 178. Teatro de guerrilha.
- 179. Instituições sociais alternativas.

180. Sistema alternativo de comunicação.

Intervenção económica

181. Greve reversa.

182. Greve com permanência.

183. Ocupação de terra não violenta.

184. Desafio a bloqueios.

185. Falsificação politicamente motivada.

186. Compra preventiva.

187. Apreensão de bens.

188. Dumping.

189. Patrocínio selectivo.

190. Mercados alternativos.

191. Sistemas de transporte alternativo.

192. Instituições económicas alternativas.

Intervenção política

193. Sobrecarga dos sistemas administrativos.

194. Revelação da identidade de agentes secretos.

195. Busca de prisão.

196. Desobediência civil de leis “neutras”.

197. Trabalho sem colaboração.

198. Dupla soberania e governo paralelo.

A aplicação eficaz e de sucesso, destas técnicas e táticas, *pressupõe ter uma clara consciência crítica e domínio da teoria crítica do direito*. O direito enquanto engenharia social e política é essencialmente um instrumento dos mais fortes contra os mais fracos. Embora as instituições de ensino passem uma ideia contrária, mas esta é a realidade.

Bastaria olhar para história do Direito para perceber factos e normas que confirmam a norma

como instrumento de opressão. Leis defendiam que só o homem poderia solicitar divórcio; Leis estabeleciam que o negro era inferior e por isso, podia ser propriedade e transaccionado no mercado.

Os democratas não podem perder de vista isto. Devem usar para a luta, somente as leis que os favorecem. Ou seja, que contribuem para o derube do ditador. As outras devem ser ignoradas e pisadas, porque são injustas e estão ao serviço da opressão. A lei só é lei quando é justa. Toda lei injusta não é lei, por isso deve ser negada a sua prática porque serve interesses instalados com vista a beneficiar uma facção de delinquentes, que usam a capa do Estado para justificar seus fins.

A lei das manifestações que recomenda aviso prévio, prova de maneira eloquente, a proposição que venho sustentando. O aviso visa dar tempo às forças do ditador para marcar território e reprimir a tempo e hora.

O que foi dito em relação a lei, também aplica-se às eleições. Numa ditadura não se deve participar de forma directa nem indirecta nas eleições, sob pena de contribuir para a continuidade da legitimidade do opressor e continuidade da selvaria política apocalíptica.

### **Economia de resistência à tirania**

Os democratas não podem perder de vista que tal como o Direito faz parte da engenharia de opressão, o sistema económico e financeiro oficial é igualmente uma ferramenta para manter o poder em contextos de ditadura. A partida todo mi-

litante pro-democracia é posto deliberadamente fora da estrutura de oportunidade proporcionada pela economia e finanças oficial e formal sob tutela do tirano.

Diante deste quadro, os militantes pela democracia, deverão criar uma economia de resistências que passa em primeiro plano pelo sector informal, produção independente e em nalgumas circunstâncias na esfera formal fora do controlo da tirania.

A economia de resistência é tão importante quanto o plano estratégico ou o conjunto das 198 técnicas e princípios para luta pacífica, com vista a detonar o ditador e seu grupo assim como a cultura instalada.

A economia de resistência visa basicamente manter uma vida com o mínimo de dignidade material para evitar que os resistentes rendam-se por fome, tratamento médico ou outro direito básico como uma residência. Os que partilham os ideais de liberdade têm dever moral de partilhar estratégias e práticas exitosas de captar ou multiplicar recursos, como sejam negócios, consultoria independente, ensino em instituições fora do controlo tirano, pesquisa independente, bolsas de estudos, acessória independente, transacções subterrâneas, sem esquecer fontes externas de financiamento aos activistas, uma vez que elas existem, mas nem todos acessam ou sabem como acessar.

A economia de resistência funda-se na causa última: o interesse nacional com liberdade. O dever moral de partilha entre os guerreiros pela democracia, decorre de uma visão utilitarista e do ubuntu, que consiste na promoção da “felicidade

do maior número” de companheiros de luta. Não há felicidade individual quando o outro não atingiu tal felicidade. A felicidade individual funda-se na felicidade colectiva e vice-versa. Uma vez que os democratas dizem lutar pela felicidade do maior número, pela felicidade nacional, só terão força e autoridade moral para infundir esta suposta verdade, caso entre eles sejam capazes de demonstrar tal atitude de afectividade para com o outro. A prática é o critério da verdade. No plano ético só ela (a prática) garante a coerência, por isso, Paulo Freire afirma que deve haver proximidade entre o que se diz e o que se faz.

A economia de resistência à tirania, passa também no terreno da afectividade, no fortalecimento público de uma imagem positiva dos militantes pro-democracia. A gestão das emoções dos militantes pela liberdade, pressupõe solidariedade expressa com vigor nas redes sociais, em cartazes, actos públicos ou cerimónias culturais ou outras. Quando um democrata está detido, doente, vai a julgamento, etc é necessária a presença física dos companheiros. Tal presença mantém os ânimos fortes para a luta e derrota o inimigo. Se por algum motivo não foi possível estar presente fisicamente, deve-se usar todos os meios de comunicação possíveis para expressar com clareza a ligação amorosa à vítima da tirania.

A economia de resistência pressupõe que os consumidores dos produtos dos resistentes sejam em primeira instância os membros da resistência democrática. Por isso, uma obra de arte, feita por um dos nossos deve ser adquirida. Não havendo dinheiro para aquisição, deve-se estar presente no local da cerimónia para a derrota psicológica

do inimigo e dar sinais de que protegemos os nossos companheiros. Temos estima por ele. Por outro lado, fortalece a nossa autoridade moral para governar no futuro. Uma vez que valorizamos a capacidade criativa das pessoas hoje, é sinal que ao assumirmos o poder (em tese) incentivaremos que mais criações e talentos nasçam em todas áreas, desde a ciência, arte, moda, desporto aos negócios.





## XII. A URGÊNCIA E NECESSIDADE DE UM “PROJECTO POLÍTICO FILOSÓFICO DE NAÇÃO”

*“Si los pueblos no se ilustran, si no se divulgan sus derechos, si cada hombre no conoce lo que puede, vale, debe, nuevas ilusiones sucederán a las antiguas y será tal vez nuestra suerte cambiar de tiranos sin destruir la tiranía” / “Se os povos não se mostram, se não divulgam seus direitos, se cada homem não conhece o que pode, vale e deve, novas utopias sucederão e a sorte será trocar de tiranos sem destruir a tirania”- Mariano Moreno*

A honradez e a honestidade, obriga a minha consciência moral a admitir algum erro da primavera árabe: os militantes pela democracia sabiam o que não queriam – os ditadores – mas não sabiam o que queriam do ponto de vista do que é o projecto de nação. Não tinham um projecto político filosófico de nação, por meio do qual candidatar-se-iam para assumir o poder e construir a sociedade com base naquele possível projecto de sociedade. A prova de que não tinham um projecto de nação é que deixaram que a velha guarda que conviveu com os ditadores se candidatassem e tornaram-se mais uma vez assistentes na nova sociedade nascente.

Depois da elaboração do plano estratégico de luta contra o ditador e toda sua máquina, os militantes pela democracia devem obrigatoriamente

elaborar um projecto político filosófico de nação, para que durante o processo de luta não hajam os seguintes riscos inevitáveis, caso não tenham tal plano: 1. Serem acusados de aventureiros que não sabem o que fazem; 2. Não têm uma visão ideológica e de futuro para o país pós-ditadura que pretendem derrubar; 3. Irresponsáveis que não têm um plano de transição e governação de curto, médio (plano de transição) e longo prazo (plano de governação) após a queda da cultura do mal.

O projecto político filosófico é um documento detalhado e de grande alcance sobre o que se pretende fazer para a reconstrução institucional, espiritual, ética e material do país pós-ditadura. Mas este documento deve ser visto como um draft permanentemente aberto a revisão e proposta da sociedade, uma vez que só numa ditadura é que os governantes decidem sem a intervenção cidadã.

No projecto político filosófico de nação democrática, os militantes por uma sociedade aberta e livre, deverão dizer aos cidadãos o que pretendem fazer em relação aos seguintes eixos:

*Educação.* Que tipo de educação? Que tipo de homem esta educação visará construir? Esta educação visará que interesses? Para a concretização da educação definida, como a escola estará estruturalmente? Que papel a sociedade e o estado desempenharão nesta educação?

No plano estrutural e modelo de escola, é conveniente identificar um modelo e adaptá-lo a cultura e nova sociedade nascente. Por exemplo, dizer aos cidadão que pelo sucesso e boa prática do modelo de Singapura, Dinamarca, Taiwan, Cana-

da, Finlândia, Austrália, Costa Rica, Norte-americano ou Alemão, optamos por este.

*Saúde.* Será gratuita? Esta pergunta será igualmente respondida em relação a educação. Será o modelo no qual precisaremos seguros de saúde para beneficiar o capitalismo ou dará prioridade a saúde do modelo de Estados de bem estar como na Inglaterra, Portugal, Canada, Cuba, etc.

*Assistência Social.* Os revolucionários deverão responder igualmente no seu projecto de nação, que respostas darão aos mais vulneráveis como minorias étnicas (koisans e bosquimanos), albinos, imigrantes, rastafaris, doentes crónicos, mulheres, crianças, crianças de rua e na rua, ex-militares, viúvas de guerra e órfão, idosos e jovens.

*Modelo Económico.* Deverão dizer aos cidadãos se pretendem implementar um Estado ultra-liberal proposto por Adam Smith e defendido pelos republicanos, criará uma democracia com pendor social mas aberta ao mercado onde a pessoa é o fim último ou um socialismo ao estilo de Cuba ou da URSS antiga.

No plano político deverão ainda responder como será a relação entre o cidadão e o detentor de cargos de responsabilidade pública. De subordinado ou de colaboradores?

*Política Prisional.* Na nova sociedade que os revolucionários pretendem, deverão espelhar como será a relação entre a cidadania e os sectores de defesa e segurança. As perguntas centrais são: optar-se-á pela repressão ou pela lógica preventiva. Optar-se-á pelo sistema selvático brasileiro onde o delinquente sai pior ou pelo sistema norueguês, marcado pela ultra-prevenção do crime com políticas sociais e no caso de alguém cometer

um crime a preocupação maior é a reintegração da pessoas e não matá-lo no cárcere. Os serviços secretos perseguirão cidadãos pelas suas opiniões ou terão como missão única proteger os cidadãos, os interesses nacionais e cuidar o país de ameaça externa?

*O Exército.* Terá a missão reservada pela Constituição e aquilo que os estados republicanos modernos consagram ou estará ao serviço do Presidente e do partido? Os revolucionários deverão deixar isto claro no plano de nação, porque é um aspecto chave para a verdadeira democracia.

*Política Externa e Diplomacia.* A Suíça é tradicionalmente um país pacífico. A sua visão filosófica de política externa é de não tomar partido em todas as pelejas na comunidade internacional. Para o Brasil todos os conflitos devem ser resolvidos pela via pacífica. Para os norte americanos, diálogo sim, mas quando o oponente os complica a vida, a solução é esmagar militarmente. Os militantes pela democracia devem definir uma filosofia e política externa da sociedade que pretendem construir, sem perder de vista acordos justos que o regime anterior celebrou com outros países e empresas multinacionais.

No meu entender, deve-se responder aos cidadãos qual será a nossa posição na SADC e em toda África. Como nos posicionaremos no mundo frente as grandes pelejas? Os nossos acordos de cooperação para avanço científico e tecnológico focar-se-ão para onde: sul ou norte? Dar-se-á prioridade a diplomacia económica ou política?

Para além das questões acima referidas, os militantes pela democracia, no projecto de nação, deverão introduzir também os seguintes assun-

tos, caros e chaves para um país:

- Meio ambiente.
- Agricultura.
- Energia.
- Investigação científica.
- População e estatística.
- Habitação.
- Desporto.
- Água.
- Gestão do património biogenético e florestal.
- Turismo.
- Artes, património material e imaterial.
- Política sobre o livro.
- Tecnologias de informação e comunicação.
- Transportes.
- Produção e gestão de medicamentos.
- Família.
- Modelo constitucional.
- Património epistemológico ancestral
- Grupo LGBT.
- Política linguística.
- Multiculturalismo e combate ao racismo
- Comunicação social tradicional.
- Infra-estrutura social e económica.
- Igreja.
- Memória e história.
- Movimentos sociais e populares.
- Empreendedorismo lato senso.
- Movimento sindical.
- Tecnologia jurídica.
- Justiça transicional.
- Administração pública.
- Os pobres e a pobreza.
- Luta contra corrupção.
- Justiça.

- Segurança pública.
- Direitos Humanos.
- Diáspora angolana.
- Sistema eleitoral.
- Pescas.
- Pecuária.
- Economia solidária.
- Dívida pública.
- Relação com as instituições financeiras internacionais.
- Indústria.
- Portos.
- Bio-Direitos.
- Moda e economia.
- Prostituição, ética e economia.
- Emprego.
- Lazer.
- Agricultura familiar.
- Micro finanças.
- Economia informal como valor.
- Pessoas com deficiências e acção afirmativa.
- Previdência social.
- Drogas.
- Comércio exterior.
- Salário mínimo.
- Reforma urbana/ Direito à cidade.
- Ética na política e da política.
- Segurança nutricional e alimentar.
- Reforma fiscal e tributária.
- Saneamento e gestão de resíduos.
- Arborização.
- Mobilidade urbana.
- Sistema financeiro.
- Acesso e gestão da terra.
- Política migratória.

As propostas dos militantes pela democracia devem distinguir-se claramente de todos grupos tradicionais existentes. Não se pode assemelhar nem a oposição falsária, menos ainda ao projecto do ditador. A originalidade do projecto filosófico de nação é uma condição fundamental para o sucesso e credibilidade.

O grupo pro-democracia deverá deixar claro no projecto de nação que gostaria de chegar ao poder para implementá-lo, mas de forma democrática, depois de ultrapassado o período de transição conduzido pelos revolucionários com envolvimento da sociedade.



### **XIII. ESTUDOS E FONTES ADICIONAIS SOBRE E COMO REALIZAR A EROÇÃO DA TIRANIA**

BOÉTIE, ÉTIENNE DE LA. **Discurso sobre a servidão voluntária.** Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/boetie.pdf>. Acesso em: 07/04/2015.

Neste opúsculo breve, o autor faz uma crítica indirecta ao povo. Para ele o povo só é submetido à tirania quando ama a tirania voluntariamente, por isso afirma: “O que o ditador tem a mais é que vocês são os meios que vocês lhe fornecem para se destruírem [...]”.

BLEIKER, ROLAND. **Luta não-violenta e a revolução na Alemanha Oriental. (Vol VI/SM).** Massachusetts: AEI, 2000.

Roland Bleiker analisa o papel que a “saída” e formas de “voz” de protesto jogaram no colapso do regime comunista na Alemanha Oriental. Ele inclui uma cronologia da revolução da Alemanha Oriental de 1989-1990 e extensas notas.

CRUZ, DOMINGOS DA. **Ética e existência: Quando a guerra é necessária e urgente.** João Pessoa: Icone, 2010.

Neste livro, apresento vários problemas, mas no capítulo reservado a questão política, defendo com base na teoria da guerra justa, que quando um governo humilha e nega direitos aos cidadãos, em defesa da dignidade humana e em virtude do povo ser a fonte e dono do poder delegado, deve usar o direito à manifestação para derrubar o tirano e seu grupo.

EGLITIS, OLGERTS. **Acção não violenta na**

**Libertação da Letónia. (Vol V/SM).** Massachusetts: AEI, 1997.

Esta monografia relata como o povo da Letónia usou a acção não-violenta de 1987-1991 para acabar com o domínio soviético e recuperar a independência. O autor inclui 24 páginas de documentos oficiais delineando planos da Letónia para a resistência popular contra ataques soviéticos, em 1991.

HOLST, JOHAN. **Defesa civil baseada numa nova era. (Vol II/SM).** Massachusetts: AEI, 2009.

Na esteira das revoluções pacíficas da Europa Oriental em 1989, Johan Holst esboça os principais critérios e parâmetros de uma futura ordem de segurança na Europa e explora o potencial de defesa não-violenta de base civil, como um complemento para as formas militares tradicionais de defesa. Holst, que morreu em 1994, foi Ministro das Relações Exteriores da Noruega, e ex-director do Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais, em Oslo.

MININLAIK, GRARINA. **Resistência não-violenta na Lituânia: Uma história de libertação pacífica. (Vol. VIII/SM).** Massachusetts: Albert Einstein Institution, 2014.

Resistência não-violenta na Lituânia, detalha o uso da acção não-violenta na Lituânia contra o controlo soviético, de 1940 até sua independência em 1991. O autor também detalha a adopção potencial de um componente de defesa civil com base na política de defesa nacional da Lituânia.

McCARTHY, RONALD & KRUEGLER, C. **Toward research and theory building in the study of nonviolent action. (Vol VII/SM).** Massachusetts: AEI, 2000.

Ronald M. McCarthy e Christopher Kruegler oferecem as suas ideias sobre o desenvolvimento da teoria e realização de pesquisas no campo emergente da acção não-violenta.

MARIGHELLA, CARLOS. **Manual do guerrilheiro urbano**. S.l: Sabotagem, 2003.

Apresenta técnicas e princípios para guerrilha armada no espaço urbano, mas muitos princípios e técnicas podem ser adaptadas na luta não violenta.

MULLER, JEAN-MARIE. **O princípio da não-violência: uma trajectória filosófica**. São Paulo: Palas Athenas, 2007.

Nesta obra, Muller, uma das maiores autoridade mundial quando o tópico de discussão é a não-violência numa perspectiva filosófica. Neste livro, radiografa o princípio da não-violência desde a antiguidade até a pós-modernidade, tendo com foco a filosofia, com mix de história da filosofia da não-violência.

PARKMAN, PATRICIA. **Greves cívicas e insurreições na América Latina: 1931-1961. (Vol I/SM)**. Massachusetts: AEI, 2002.

“De 1931 a 1961, onze presidentes latino-americanos deixou o cargo na sequência de greves cívicas”, escreve Parkman. “Além disso, pelo menos quatro (...) enfrentaram tentativas frustradas de forçá-los para fora, pelos mesmos meios.”

ROBERTS, ADAM. **Resistência civil na Europa do leste e a revolução soviética. (Vol IV/SM)**. Massachusetts: AEI, 1997.

Adam Roberts analisa o papel desempenhado pelo “poder do povo” no enfraquecimento dos regimes comunistas na Europa Central, a conquista da independência pelos Estados bálticos e do Les-

te, e da derrota da tentativa de golpe de Agosto de 1991, na União Soviética.

SHARP, GENE. **Como funciona a luta não-violenta**. Boston: AEI, 2000.

Como funciona a luta não-violenta é uma introdução séria à luta não-violenta, o seu funcionamento, e como ela pode ser usada contra adversários organizados, com a capacidade de impor uma dura repressão. Este livro oferece os principais conteúdos de Sharp. A política da acção não violenta em formato conciso, acessível e traduzível. Serve para estudantes, activistas e qualquer pessoa que queira aprender sobre a técnica.

SHARP, GENE. **Da ditadura para a democracia**. São Paulo: AEI, 2010.

Da ditadura para a democracia é uma introdução fenomenal para o uso da acção não-violenta para derrubar ditaduras. Originalmente publicado em 1993, na Tailândia, para distribuição entre os dissidentes birmaneses, este folheto já foi traduzida em mais de trinta línguas diferentes e se espalhou pelo mundo. Ajudou os revolucionários na primavera árabe, na Sérvia, na Ucrânia, Irão, etc.

SHARPE, GENE. **Enfrentado a luta não-violenta**. Boston: AEI, 2013.

Este novo trabalho inovador baseia-se em 50 anos de pesquisa e experiência prática e académica de Gene Sharp, auxiliando lutas não-violentas em todo o mundo. Recentemente, os activistas foram aplicando esses métodos e estratégias com grande sucesso na Sérvia e Ucrânia. No seu trabalho mais recente, aperfeiçoado, mostra como planear estrategicamente a luta não-violenta e torná-la mais eficaz. Aqui apresenta 23 lutas não-

violentas significativas e muitas vezes bem sucedidas no século XX, numa variedade de contextos culturais e políticos, e reafirma a acção não-violência como uma alternativa realista e poderosa. Ela é alternativa a passividade e a violência.

SHARP, GENE. **A política da acção não violenta (Parte 1)**. Boston: AEI, 2014.

Gene Sharp, em “A Política da acção não violenta”, representa um marco no estudo da não-violência em três volumes: Poder e luta, os métodos de acção não violenta, e a dinâmica da acção não-violenta. Poder e Luta começa com uma análise da natureza do poder político. Todas as três partes devem ser lidas para melhor sistematizar as ideias e estratégias de derrube da ditadura.

\_\_\_\_\_ **A Política da acção não violenta (Parte 2)**. Boston: AEI, 2014.

Um exame detalhado dos 198 métodos e técnicas — ilustrado com casos reais - dentro das grandes classes de protesto não-violento e persuasão, não-cooperação intervenção (social, económica e política) e não-violenta.

\_\_\_\_\_ **A política da acção não violenta (Parte 3)**. Boston: AEI, 2014.

A dinâmica da acção não-violenta examina a complexa operação desta técnica contra um adversário repressivo violento. Trabalho de base que pode preceder a luta é explorado, bem como requisitos básicos para uma luta efectiva e de sucesso.

\_\_\_\_\_ **On strategic nonviolent conflict: Thinking about the fundamentals**. Boston: AEI, 2011.

Esta obra, como construir uma estratégia para a luta não-violenta. Cobre uma variedade de tópi-

cos — como formas de identificar os objectivos de um movimento, preparando uma estimativa estratégica para uma luta não-violenta, e considerações de planeamento operacional. Esta publicação contém insights sobre as semelhanças entre a estratégia não-violenta e militar. Ela representa uma nova e importante contribuição para esse campo de estudo. Tópicos adicionais abordados no livro incluem operações psicológicas e propaganda, contaminantes que podem afectar a eficiência de um movimento não-violento, e que prestam consultas e treinamento para membros de movimentos e organizações.

\_\_\_\_\_ **Dicionário de Sharp sobre poder e luta.** Boston: AEI, 2009.

Desde Roma Antiga às lutas não violentas de Gandhi na Índia; Da Polónia e dos países bálticos, assim como as revoluções no Norte de África, as lutas não violentas têm desempenhado um papel central nos eventos mundiais ao longo dos séculos. Dicionário de Sharp sobre Poder e de Luta é uma obra de referência inovadora sobre este tema pelo “padrinho da resistência não violenta.”

O dicionário define essas ideologias, sistemas políticos, estratégias, métodos e conceitos que formam o núcleo de acção não-violenta como tem ocorrido ao longo da história e em todo o mundo, proporcionando esclarecimento necessário de linguagem, que é muitas vezes atolado em confusão.

\_\_\_\_\_ **Gandhi como um estrategista político.** Boston: AEI, 1979.

Gandhi como um estrategista político é um livro sobre as estratégias políticas usadas por Mahatma Gandhi, e suas implicações em curso e aplicabilidade fora do seu contexto indiano origi-

nal. Gandhi como um estrategista político contém 13 capítulos que são separados em duas partes principais.

Contém uma introdução de Coretta Scott King, viúva de Martin Luther King, no qual afirma que Gandhi e King cada “descobriu uma ideia cujo tempo já há muito vêm”, mas que só com Gandhi como um estrategista político que temos um único volume proporcionando “uma em análise da estratégia política de Gandhi e sua relevância para a luta social hoje.... Um caso lúcido, atraente para a acção directa não violenta como o meio mais eficaz para fazer avançar a mudança social que a humanidade já conheceu. “

\_\_\_\_\_ **Poder social e liberdade política.**  
Boston: AEI, 1999.

Estes penetrantes capítulos exortar-nos a pensar recentemente sobre problemas mais graves da sociedade — e buscar novas soluções para a ditadura, genocídio, guerra e opressão.

SHARP, GENE & JENKINS, BRUCE. **O anti-golpe.** Boston: AEI, 2000.

O golpe é uma das principais formas através da qual as ditaduras estão instaladas. Este livro detalha medidas que a sociedade civil e os governos podem tomar para prevenir golpes de estados ou usurpações de poder durante a revolução. Ele também contém medidas legislativas específicas e outras medidas que os governos e instituições não-governamentais podem seguir para se preparar para a resistência anti-golpe.

SHARP, GENE & RAGIB, JAMILA. **Auto-libertação: Um guia para planeamento estratégico para acabar com a ditadura ou outra opressão.** Massachusetts: AEI, 2005.

Este guia de planeamento estratégico tem como objectivo ajudar as pessoas que desejam planear uma grande estratégia, ou super-plano, para conseguir sua libertação da opressão e construir um sistema livre e democrático. Este documento não é relevante apenas para as pessoas que enfrentam ditaduras internas. Ele também pretende ser útil para pessoas que enfrentam qualquer tipo de opressão. Este documento curto e não pode incluir adequadas apresentações em profundidade de todo o conhecimento e as ideias necessárias para o planeamento estratégico de uma luta não-violenta para a libertação. Foram intercaladas neste texto referências para leituras publicadas, seleccionadas, e que cobrem esses tópicos importantes. O estudo cuidadoso dessas leituras seleccionadas.

SHARP, GENE. **Há alternativas realistas.** Massachusetts: AEI, 2007.

Há alternativas realistas, é uma obra curta. Séria introdução à luta não-violenta. Com base em argumentos pragmáticos, esta obra apresenta luta não-violenta como uma alternativa realista para a guerra e outros tipos de violência em conflitos agudos. Ela também contém um glossário de termos e recomendações importantes para leitura.

SHARPE, GENE. **O papel do poder na luta não-violenta. (Vol III/SM).** Massachusetts: AEI, 2009.

“... Acção não-violenta é capaz de empunhar um grande poder, mesmo contra governantes cruéis e regimes militares”, escreve Sharp, “porque ataca a característica mais vulnerável de todas as instituições hierárquicas e governos: a dependência

do governado.” Captada a partir da clássica obra em três volumes, de Sharp, a política de acção não violenta. Esta monografia resume os principais conceitos por trás da técnica de luta não-violenta.

SHARP, GENE. **Poder, luta e defesa: teoria e prática da acção não violenta**. São Paulo: Paulinas, 1983.

Uma síntese magistral do pensamento de Gene Sharp, feita por ele mesmo.

SHARP, GENE. **Fazendo a abolição da guerra uma meta realista**. Massachusetts: Albert Einstein Institution, 2014.

Este ensaio popular apresenta uma breve introdução sobre a base civil de defesa. Uma política em que os civis estão preparados para usar a resistência não violenta como um meio de defesa nacional.

\_\_\_\_\_ **Civilian based defense**. Massachusetts: Albert Einstein Institution, 2014.

Neste livro aplica-se os resultados das suas pesquisas sobre a luta não-violenta, no âmbito da dissuasão e defesa nacional. Para o público em geral, e os formuladores de políticas, ele explica como selectiva não-cooperação e desafio pela população e instituições de um país pode negar aos agressores seus objectivos, sem os riscos de uma guerra moderna.

S.A. **Como iniciar uma revolução (Film)**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IfNCVo\\_Fi9A](https://www.youtube.com/watch?v=IfNCVo_Fi9A). Acesso em: 07/04/2015.

“As ondas de espírito revolucionário varrem o mundo, as ideias de um homem continuam a inspirar, mobilizar e unir os manifestantes, dando-lhes as ferramentas para derrubar regimes au-

toritários. Calmo, despretensioso, e fala mansa. Aos 84 anos, Professor Gene Sharp é comemorado pelos revolucionários e temido pelos ditadores. Então, quais são as suas ideias, como elas têm se espalhado a partir do seu escritório minúsculo em Boston, e como elas são realmente utilizadas na realidade prática? Pela primeira vez, este filme mostra como o livro polêmico, “Da ditadura para a Democracia” foi usado contra as ditaduras da Sérvia, Ucrânia, Irão, culminando na revolução Egípcia e da revolta Síria em curso. Vemos como no livro 198 estratégicas “armas” de acção directa não violenta trouxeram resultados, e se tornou o manual padrão para quem deseja começar uma revolução. Através de entrevistas exclusivas com Gene, seus associados e os líderes revolucionários que ele inspirou, este filme vai nos bastidores de revoluções, mostrando a força do poder popular não violento. Revelando imagens filmadas secretamente no Egipto e na Síria, explora como a mídia social pode agora ser usada para ameaça aos ditadores. Esta é a história inspiradora do poder das pessoas para mudar o mundo. Melhor Documentário no Raindance Film Festival. Melhor Documentário no Festival de Cinema de Boston. Impact Award missa no Boston Film Festival. Prémio do Júri Especial em Ottawa One World Film Festival. Melhor Documentário em Fort Lauderdale Film Festival.

THOREAU, HENRY DAVID. **A desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

No âmbito da filosofia política, “A desobediência civil”, é um dos clássicos obrigatório, tanto para académicos quanto para activistas engajados na luta pela liberdade. Basicamente Thoreau

defende que os cidadãos devem resistir a lei e toda decisão injusta dos governos que intrometem-se com frequência na vida dos cidadãos. Ele foi tão coerente que recusou-se a pagar impostos e foi preso. Foi na prisão onde redigiu parte desta obra breve, mas chave para a luta não violenta.



**DOMINGOS DA CRUZ** é Graduado em Filosofia e Pedagogia pelo IDBES ( Instituto Dom Bosco de Estudos Superior-Angola) e Mestre em Ciências Jurídicas-Área de Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB-Brasil. Jornalista, Escritor com seis livros publicados e vencedor do Prémio Nacional de Direitos Humanos, Categoria Ricardo de Melo em 2009. Membro do (NCDH) Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, actuando no GT de Investigação em Segurança Pública, Violência e Direitos Humanos. É ainda Membro convidado do grupo de pesquisa sobre Retórica e Direitos Humanos do CCJ (Centro de Ciências Jurídicas). Professor de Direitos Humanos, Filosofia da Educação e Teoria da Educação. Foi porta-voz do Instituto para Media na Região Austral de África – MISA-Angola. Consultor de ONGs nacionais e internacionais.